



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO**

JOSÉ RANGEL DE PAIVA NETO

**A PSICOLOGIZAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS INFLEXÕES NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

João Pessoa/PB
2020

JOSÉ RANGEL DE PAIVA NETO

**A PSICOLOGIZAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL” E SUAS INFLEXÕES NA
POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob orientação da Professora Doutora Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Área de Concentração: Serviço Social e Política Social

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social

João Pessoa/PB
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P149p Paiva Neto, José Rangel de.

A psicologização da "questão social" e suas inflexões na política de assistência social / José Rangel de Paiva Neto. - João Pessoa, 2020.
143 f.

Orientação: Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologização. 2. Questão Social. 3. Política de Assistência Social. I. Almeida, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. II. Título.

UFPB/BC

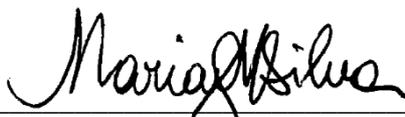
CDU 364.62(043)

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL DO ALUNO JOSÉ RANGEL DA SILVA NETO. Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de 2020 (**28/02/2020**), às **13:h30min**, via **Google Meet**, reuniram-se os membros da Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA** (Orientadora e Presidente da Banca), **DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA** (Examinadora Externa), **MARIA DAS GRAÇAS MIRANDA FERREIRA DA SILVA** (Examinadora Externa), , com o objetivo de proceder à argüição do aluno **JOSÉ RANGEL DA SILVA NETO**, sobre sua Dissertação intitulada: "**A PSICOLOGIZAÇÃO DA "QUESTÃO SOCIAL" E SUAS INFLEXÕES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**", requisito parcial e conclusivo para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Abrindo a sessão pública, a Prof.^a Dr.^a. **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA** convidou os membros à comporem a Banca Examinadora. A seguir foi concedida a palavra ao mestrando **JOSÉ RANGEL DA SILVA NETO**, para apresentar uma síntese de sua Dissertação em 30 (trinta) minutos. Concluída a exposição oral apresentada pela mestranda e procedida à argüição pertinente ao trabalho final, a Banca Examinadora se reuniu para deliberar sobre o conceito a ser atribuído à Dissertação em exame. A presidente da Banca Examinadora a Prof.^a Dr.^a. **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA**, comunica ao mestrando, à Banca e os presentes que por decisão unânime da Banca Examinadora da Dissertação em julgamento obteve o conceito **APROVADA**. Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, João Pessoa, **28 de Fevereiro de 2020**.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. **BERNADETE DE LOURDES F. DE ALMEIDA**
(Orientadora)



Prof.^a. Dr.^a. **MARIA DAS GRAÇAS MIRANDA FERREIRA DA SILVA**
(Examinadora Externa)



Prof.^a. Dr.^a. **DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA**
(Examinadora Externa)

À minha companheira de vida, de amor e de luta,
Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

AGRADECIMENTOS

Em tempos de cólera, em meio às falsas notícias, medidas aterrorizantes e dores imensuráveis que afligem os corações daqueles que ainda possuem um coração, ter a dadiwa de encontrar pessoas que ainda ousem compartilhar conosco o melhor de sua humanidade torna-se cada vez mais raro. Tenho a honra de conseguir preservar, sob minha companhia, durante o percurso da minha vida, algumas destas raridades.

Antes de situar em nomes e particularidades aqueles próximos que detêm meu apreço, gostaria de agradecer primeiramente aos anônimos que subsidiaram e que compõem/compuseram a construção da história do mundo. A toda classe trabalhadora, homens e mulheres sem nome e sem rosto, explorados, expropriados, esquecidos. Somente a partir destes existe vida material, somente a partir destes existirá emancipação humana.

Agradeço particularmente aos meus pais, Afonso e Marluce, irmãos, Afonso Jr. e Augusto e minha avó, Estelita, por todo apoio, carinho e dedicação. Pela companhia nesta trajetória. Agradeço aos que se tornaram também minha família ao longo da caminhada: Géssica Kajamylle e Constância Lima.

Agradeço aos velhos e novos amigos que foram tão importantes nesse processo e se fizeram presentes em tantos dias de luta: Aos tão próximos Cleonice Marinho, Danilo Meireles, Geovane, Glayce Kelly, Wendell Sousa, aos que o trabalho me trouxe, Mairana Maria, Jaíne Campos e Edjane Targino, aos que me acompanham desde a infância, Thiago Nunes e Rafael Feliciano, Aos que o Mestrado me proporcionou, Bruna Hávilla, Carmen Dolores e Carina Félix, aos que o direcionamento político me trouxe, Arhur Souza, Gabrielly, Nathan e Vânia.

Agradeço também às professoras que contribuíram e ensinaram não apenas as teorias e técnicas, mas também a importância da produção científica e a possibilidade de lutar sem perder a doçura, aos que me acompanharam na graduação: Fátima Catão, Fátima Pereira e Pablo Sousa Seixas; aos que se dispuseram a estar comigo no processo de qualificação e defesa, Fátima Leite e Gracinha Miranda.

Em meio ao processo formativo, gostaria de ressaltar a valorosa importância da minha professora e amiga Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida, esta que com sua companhia afetuosa e sua sabedoria inestimável dedicou-se à minha

orientação e acompanhamento na trajetória acadêmica e proporcionou não apenas um grandioso processo de aprendizagem, como também esteve em meu auxílio e defesa em momentos de grande tensionamento.

Por fim, mas não menos importante dedico um espaço para um agradecimento ao qual não há formas mensuráveis de ser plenamente realizado, nem formas possíveis de ter sua importância recompensada, agradeço a minha companheira Ingridy Lima por tudo, pela parceria, companheirismo, paciência, pela dedicação, pelo amor, por todo auxílio na minha trajetória acadêmica e não acadêmica. Sem dúvidas sem a presença dela em minha vida não seria possível sequer cogitar o ingresso numa pós-graduação.

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.

Bertold Brecht

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado Acadêmico centra-se no debate acerca das formas de enfrentamento da “Questão social” no Brasil através das políticas sociais na contemporaneidade. Essencialmente, insere-se na análise do papel moralizante, individualizante, subjetivante que essas políticas podem deter, quando operacionalizadas pelo Estado, ao condensar o fenômeno chamado psicologização da “Questão social”. O estudo tem como objetivo compreender o fenômeno da psicologização da “Questão social” por meio dos modelos político-econômicos de organização do Estado social no Brasil. Para tanto, fez-se necessário uma apreensão teórico-analítica das bases filosóficas e conjunturais que serviram de base à discussão a partir das categorias como alienação, luta de classes, conjuntura capitalista à relação com os modelos político-econômicos de Estado. Esta Dissertação fundamenta-se no método do materialismo histórico dialético, ao buscar a essência do objeto por meio das apreensões aproximadas da realidade social, considerando a diversidade de categorias que contemplam a complexidade humana. Trata-se de um estudo teórico de caráter bibliográfico e documental com abordagem qualitativa, que se realiza na perspectiva do estudo de proposições dos Planos de Governo destinados à Política de Assistência Social, que possibilitam fornecer conteúdos que permitam verificar a concretude da “psicologização” na realidade da Política de Assistência Social brasileira. As documentações levantadas contemplam os diferentes Programas ou Planos de Governo apresentados oficialmente pelos presidentes eleitos desde a década de 1990 e compreendem suas perspectivas político-econômicas adotadas, estratégias de enfrentamento da “Questão social” e principalmente, a utilização do mecanismo de psicologização nessas propostas de enfrentamento. Achados investigativos da pesquisa revelam a materialização do fenômeno da psicologização através de práticas adotadas pelo Estado brasileiro no enfrentamento das expressões da “Questão social”. O governo Collor de Melo pontuou a modernização através da individualização e da adequação aos ditames do mercado, forçando a unificação de pautas entre classes em torno de uma suposta prosperidade, democracia e o apelo à religiosidade e subjetivismo; os governos FHC pautam a redução do Estado e a busca pela autonomia individual do homem, enaltecendo o mercado como força essencial mediante as privatizações, concessões de crédito e cidadão consumidor. O governo Luís Inácio Lula da Silva tem foco no desenvolvimento social, no entanto, não descarta a presença essencial da iniciativa privada, verte em torno do empreendedorismo, da autonomia econômica, estimulando financiamentos, aumento do poder de compra atrelado ao mercado de consumo de massas, e, investe na lógica da cidadania através do consumo; o Governo Dilma Vana Rousseff expressa continuidade às diversas pautas do governo Lula, especialmente no foco do desenvolvimento social atrelado ao consumo, no foco ao estímulo ao empreendedorismo, no investimento à descaracterização da noção de classe, e, portanto, com o desmembramento em múltiplas classes ou subgrupos; e o Governo interino de Michel Temer, por sua vez, retoma aspectos mais explícitos do neoliberalismo, de cariz individualizante, sem discorrer sobre as grandes narrativas à respeito da criação de programas/projetos sociais, focando intensamente nos índices econômicos e no desprezo pela efetivação de Políticas Sociais.

Palavras-chave: Psicologização, “Questão Social”, Política de Assistência Social

ABSTRACT

The present master's dissertation focuses on the debate about the ways of coping with the "Social Issue" in Brazil through contemporary social policies. Essentially, it is inserted in the analysis of the moralizing, individualizing, subjectivizing role that these policies can have, when operationalized by the State, by condensing the phenomenon called psychologization of the "Social Issue". The study aims to understand the phenomenon of the psychologization of the "Social Issue" through the political-economic models of organization of the social state in Brazil. For that, it was necessary a theoretical-analytical apprehension of the philosophical and conjunctural bases that served as the basis for the discussion from the categories such as alienation, class struggle, capitalist conjuncture to the relationship with the political-economic models of the State. This dissertation is based on the method of dialectical historical materialism, by searching for the essence of the object through the approximate apprehensions of social reality, considering the diversity of categories that contemplate human complexity. It is a theoretical study of bibliographic and documentary character with a qualitative approach, which is carried out in the perspective of the study of proposals of the Government Plans destined to the Social Assistance Policy, which allows the provision of contents that allow to verify the concreteness of the "psychologization" in the reality of the Brazilian Social Assistance Policy. The documentations raised include the different Government Programs or Plans officially presented by the presidential candidates elected since the 1990s and comprise their adopted political and economic perspectives, strategies for coping with the "Social Issue" and mainly, the use of the psychologization mechanism in these proposals for coping. Investigative findings of the research reveal the materialization of the phenomenon of psychologization through practices adopted by the Brazilian State in coping with the expressions of the "Social Issue". The Collor de Melo government punctuated modernization through individualization and adaptation to the dictates of the market, forcing the unification of agendas between classes around an supposed prosperity, democracy and the appeal to religiosity and subjectivism; the FHC governments guide the reduction of the State and the search for the individual autonomy of the man, extolling the market as an essential force, through privatizations, credit concessions and consumer citizens. The Luís Inácio Lula da Silva government focuses on social development, however, it does not rule out the essential presence of the private sector, it focuses on entrepreneurship, economic autonomy, stimulating financing, increasing purchasing power linked to the mass consumer market, and, invests in the logic of citizenship through consumption; the Dilma Vana Rousseff government expresses continuity to the various agendas of the Lula government, especially in the focus of social development linked to consumption, in the focus on stimulating entrepreneurship, in investing in the mischaracterization of the notion of class, and, therefore, with the dismemberment in multiple classes or subgroups; and Michel Temer's interim Government, in turn, takes up more explicit aspects of neoliberalism, of an individualizing nature, without discussing the great narratives regarding the creation of social programs / projects, focusing intensely on economic indices and contempt for the effectiveness of Social politics.

Keywords: Psychologization, "Social Issue", Social Assistance Policy

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Tipologia de Esping-Andersen (1991) sobre os Regimes da Economia Política de Welfare State. Brasil, 2019	51
QUADRO 2 – Tipologia de Esping-Andersen (1991) adequada à realidade dos governos brasileiros. Brasil, 2019	62
QUADRO 3 – Planos/Programas de Governo a partir do processo de reabertura democrática brasileiro. Brasil, 2020	74
QUADRO 4 – Comparativo das categorias: Estado, “Questão Social”, Luta de Classe e Psicologização nos últimos governos brasileiros. Brasil, 2020.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO BURGUESES NA SOCIEDADE CAPITALISTA	18
1.1- ONTOLOGIA E ALIENAÇÃO.....	19
1.2- CAPITALISMO, ESTADO E ALIENAÇÃO	26
1.3- CAPITALISMO MONOPOLISTA, ESTADO E PSICOLOGIZAÇÃO.....	34
2 PROJETOS SOCIETÁRIOS E MODELOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO ESTADO: o Estado no capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira	43
2.1- A CONSTRUÇÃO DOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO ESTADO: o processo de psicologização da “questão social”	44
2.2- OS ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO DEBATE BRASILEIRO SOBRE A “QUESTÃO SOCIAL” E A FORMAÇÃO DO PROJETO SOCIETÁRIO DA CLASSE TRABALHADORA	53
2.3- NA REALIDADE BRASILEIRA É POSSÍVEL FALAR DE WELFARE STATE?	58
3 ANÁLISE DOS RECENTES PLANOS/PROGRAMAS DO GOVERNO BRASILEIRO: Estado, “questão social”, luta de classes na análise do fenômeno da psicologização	70
3.1- OS PLANOS/PROGRAMAS DE GOVERNO: elementos para compreensão da construção da Política de Assistência Social no Brasil	71
3.2- “QUESTÃO SOCIAL”, ESTADO E LUTA DE CLASSES NOS PLANOS DE GOVERNO: uma análise à luz do fenômeno da psicologização	88
3.3- O DIRECIONAMENTO POLÍTICO DOS ELEMENTOS PSICOLOGIZANTES NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	141
Apêndice A (Ficha 01 - Estado, “Questão Social” e Luta de Classes).....	141
Apêndice B (Ficha 02 – “Questão Social”, política social e psicologização).....	142

INTRODUÇÃO

Inquestionável afirmar que a introdução do capitalismo, enquanto modelo de produção, permitiu o desenvolvimento das forças produtivas e a pobreza atrelada à desigualdade. Esse novo formato de sociabilidade humana processa-se dicotomicamente entre duas classes antagônicas, uma detentora dos meios de produção e dos lucros obtidos da exploração; e a outra expropriada, a qual aliena sua força de trabalho em troca de condições de reprodução. O Estado, nesse modo de produção, adequa-se e insere-se na lógica de conservação desse sistema em torno da preservação da propriedade privada e da regulação dos interesses da classe burguesa.

As análises realizadas em torno das fases mais contemporâneas do capitalismo indicam o agudizamento da contradição central entre capital x trabalho, que dissemina expressões de mazelas sociais, denominadas de “questão social”. Essas sequelas passam a ser consideradas pelo Estado na fase do capitalismo monopolista através do reconhecimento de classe em si (dos trabalhadores), através das lutas sociais e movimentos reivindicatórios que reivindicam ações no trato dessas expressões advindas da contradição capitalista.

No entanto, o real papel do Estado burguês relaciona-se em sua essência, a proteger os interesses da manutenção do sistema capitalista. Assim, afirma-se que o Estado burguês reconhece e busca apaziguar as expressões da “questão social”, mas tal reconhecimento não significa declarar que o Estado passa a enfrentar o capital ao lado dos interesses da classe trabalhadora. Ao contrário, o Estado burguês que tem em seu alicerce influências do ideário liberal trata de engendrar ações contínuas ou pontuais para amenizar as mazelas advindas da contradição, garantindo a mínima reprodução da classe trabalhadora e a máxima eficiência possível do ciclo do sistema capitalista.

Mesmo com a criação de políticas de caráter “social”, a busca aguçada na atualidade, é de consolidar sutilmente ou não a lógica do privado, individualizando e moralizando, o que na verdade tem caráter público. Para tanto, utilizam de ações “psicologizantes”, ao adotar aspectos subjetivistas como sendo universais e

moralizando a “questão social”, por concebê-la como “problema social” de forma fragmentada e individualizada. (NETTO, 2006)

Ao tratar da psicologização, que é a categoria central deste estudo, busca-se para além de compreender sua formatação na contemporaneidade, também sua gênese, em que essa categoria conceitualmente se ancora, a partir da construção histórica que a configura até os dias atuais e como se relaciona com os projetos societários e seus consequentes modelos político-econômicos de organização do Estado.

Na atual fase do capitalismo, vivencia-se uma crise de dimensão estrutural, que inicia na década de 1970, em que o mundo passou e passa por profundas transformações devido às estratégias engendradas pelo capitalismo para sua reoxigenação frente à condição de crise sistêmica. (MÉSZÁROS, 2002) Trata-se de um processo de reestruturação forjado pelas ideias dominantes, paralelamente à multiplicação e ampliação das expressões da “questão social”, tornando-a ainda mais visível à dinâmica da sociedade capitalista.

Há uma intensificação da exploração da classe trabalhadora que incide na desarticulação dos projetos dessa classe, em um processo de descaracterização do referencial organizativo, ao mesmo tempo em que promove mudanças no processo de trabalho através de flexibilizações nos mais variados formatos e na indescritível privatização dos serviços do Estado, que acentuam a minimização ao enfrentamento da “questão social” e que reforçam a lógica privatista de forma social e cultural.

No contexto da sociedade brasileira, presenciam-se tempos sombrios com o fortalecimento do campo ideológico à direita, sobretudo a partir do governo interino do presidente Michel Temer e o atual governo de Jair Bolsonaro. Depara-se com o fortalecimento de medidas impopulares, conservadoras e liberais, que mesmo se fazendo presentes em todo percurso da organização e estruturação da sociedade capitalista, atualmente passam a estar mais evidentes devido à efervescência do retorno ao escancarado projeto neoliberal, adotado aberta e verticalmente sem acordos ou concessões algumas, conferidas à classe trabalhadora.

O Estado, frente a esse cenário, se afasta cada vez mais da função de intervenção sobre as sequelas da “questão social”, revigorando mecanismos de desresponsabilização. Assim, acaba por intervir minimamente em ações pontuais para classe trabalhadora, escancarando sua faceta de “comitê executivo da burguesia”,

enquanto repassa a responsabilidade frente às expressões da “questão social” à sociedade civil, numa tendência que estimula a culpabilização e a individualização; além de articular uma pseudo-filantropia e um crescente voluntarismo de cariz religioso, sobretudo os evangélicos neopentecostais, que estimulam a busca incessante pela salvação através de ações privatistas, que infletem diretamente no desmonte do bem público. Nesse quadro depara-se com um Estado mais centralizado na economia, travestido por um discurso de crise, em que todas as forças devem estar voltadas ao crescimento econômico de fortalecimento do capital financeiro.

Assim, as ações estatais materializadas em políticas estratégicas de governo que, já não atendem as expressões da “questão social”, retomam o discurso da responsabilização da sociedade civil.

Decerto, a “psicologização” tem sido mecanismo de uso frequente pelos modelos de organização político-econômica após a consolidação dos formatos contemporâneos do capitalismo e, essa realidade tem causado fortes impactos nas principais Políticas Sociais existentes, sobretudo nas Políticas de Assistência Social e de Saúde, que embora componham o tripé da Seguridade Social junto com a Previdência Social, apresentam um caráter universalizante, o que contraria a sua materialização centrada no indivíduo.

As Políticas Sociais que se constituíam como ganhos, mesmo que paliativos para a classe trabalhadora passam a ser mais afetadas. O desmonte é real e acontece diuturnamente, conforme exemplo cita-se, no ano de 2018, o cancelamento de 469 mil e o bloqueio de outros 654 mil benefícios do Bolsa Família; o orçamento da Educação Básica caiu de 9 milhões em 2015 para 4,4 bilhões em 2018: a Ciência e Tecnologia caiu de 6,2 bilhões em 2015 para 1,5 bilhões em 2018; em contrapartida, destaca-se o aumento salarial de 15% à Câmara de Deputados, 7,2% para o Superior Tribunal de Justiça e 11,1% para Justiça Eleitoral.

Para além do desmonte, a escolha específica para analisar a Política de Assistência Social relaciona-se ao atendimento à população de caráter universal – aqueles que dela precisem - e não contributivo, os pressupostos históricos conservadores de lógica caridosa e filantrópica, e práticas conservadoras modernas¹

¹ De acordo com Souza (2015, p.19) no que tange ao conservadorismo moderno: “Construindo uma síntese, é possível afirmar que o conservadorismo moderno, em linhas gerais: (i) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo “presentista”; (ii) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; (iii) o conservadorismo moderno também hiperdimensiona

e ecléticas, que mesclam a lógica puramente assistencial a novos elementos presenteístas, identitários, antropológicos e individualizantes.

Este estudo investigativo embasa-se no método de análise do materialismo histórico dialético, por vislumbrar a apreensão do movimento real do objeto. Para tanto, difere do que está posto na essência do que se é experienciado quanto à aparência, fundamentando-se nas diversas determinações, históricas, econômicas, socioculturais que tornam perceptíveis a busca do objeto real. (NETTO, 2011)

A materialidade é posta enquanto pressuposto ante qualquer tipo de subjetivação e interpretação, portanto o ponto de partida a se deter para além da existência fenomênica do objeto, objeto este que detém existência processual e histórica; e se apresenta enquanto dialético devido ao caráter mutável, dinâmico e por diversas vezes contraditório de sua existência. (NETTO, 2011)

A incidência da temática articula-se com a cotidianidade e a observação do movimento do real na sociedade. O estudo corporificado nesta Dissertação origina-se das inquietações advindas das instabilidades políticas e econômicas atuais, dos conflitos entre modelos políticos de organização do Estado que culminam em reflexos diretos nas ações do Estado frente à “Questão Social” - na materialização das Políticas Sociais e nas atuações ideológicas que as envolvem - que são sentidos por toda a população.

Os objetivos que permeiam este estudo, consistem: Compreender a psicologização da “Questão Social” por meio dos projetos societários e modelos político-econômicos de organização do Estado no Brasil a luz dos pressupostos ontológicos da “questão social”; Contextualizar os projetos societários e compará-los com os Planos/ Programas/ Projetos de Governos da segunda redemocratização brasileira a partir dos anos de 1990; e Identificar a base teórica, ideológica e política das práticas psicologizantes direcionadas pelo Estado no trato das expressões da “questão social” via Política de Assistência Social.

e hipostasia o saber prático; (iv) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (v) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (vi) engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as "mudanças necessárias", sem recair nas variadas formas de "totalitarismo".

Metodologicamente, este estudo tipifica-se como uma pesquisa teórica de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa ao utilizar o procedimento de análise de conteúdo através do uso de quadros demonstrativos analíticos (ou fichas) dos planos/ programas/ projetos dos governos de Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010), Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) e Michel Temer (2016-2018).

A análise dos dados qualitativos apresenta caráter comparativo entre as gestões governamentais em torno da proposta normativa e operacional da Política de Assistência Social, cujos conteúdos permitam visualizar a concretude da “psicologização” no enfrentamento das expressões da “questão social” na implementação dos serviços socioassistenciais dessa Política junto à população.

As documentações contemplam os diferentes planos/ programas/ projetos de governos, apresentados oficialmente pelos Presidentes da República no marco temporal que compreende desde a reabertura democrática a partir da década de 1990 com os governos da coligação PRN/PMDB, os governos do PSDB, os governos do PT, estendendo-se até 2018 com o governo interino de Michel Temer. Essas documentações analisam as perspectivas político-econômicas adotadas, as estratégias de enfrentamento da “questão social” e a utilização de mecanismos de psicologização na implementação da Política de Assistência Social de cada governo.

Por conseguinte, a sistematização dos conteúdos expostos em quadros demonstrativos ou fichas (apêndices em anexo) efetivou-se mediante a categorização e a organização dos modelos político-econômicos de Estado segundo a compreensão das diferenças ideológicas do projeto societário capitalista no enfrentamento da “questão social” através do uso de práticas psicologizantes na operacionalização da Política de Assistência Social.

O referencial teórico adotado ancora-se em material bibliográfico de autores referenciados na teoria crítica marxista e respectivas obras, dentre os quais, citam-se: José Paulo Netto (2006,2011), Carmelita Yazbek (2009), Yolanda Guerra (2007, 2014), Gyorgy Lukács (1979), Karl Marx (2013), István Meszáros (2002), Ivo Tonet (2011), Sergio Lessa (2011,2012), Norma Alcântara Holanda (2014), Gilmaís a Macedo (2017), entre outros, no âmbito nacional e internacional. Destaca-se ainda o estudo basilar de Esping-Andersen sobre *As Três Economias Políticas do Welfare*

State (1991) e o artigo de Diego Vasquez sobre os *Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmuss e Esping Andersen* (2007).

A estruturação desta Dissertação compõe-se de três capítulos. O primeiro intitula-se *Fundamentos da Psicologização e o Papel do Estado Burguês na Sociedade Capitalista* analisado segundo três aspectos: Ontologia e Alienação; Capitalismo, Estado e Alienação; e, Capitalismo Monopolista, Estado e Psicologização.

O segundo capítulo intitulado *Projetos Societários e Modelos de Organização Político-Econômica do Estado: o Estado no capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira* analisa a luz de três pontos: A Construção dos Modelos de Organização Político-Econômica do Estado: o processo de psicologização da “questão social; Os Aspectos Introdutórios do Debate Brasileiro sobre a “Questão Social” e a Formação do Projeto Societário da Classe Trabalhadora. Esse capítulo conclui com a questão: Na Realidade Brasileira é possível falar de Welfare State?

O terceiro capítulo denominado *Análise dos recentes Planos/ Programas/ Projetos dos Governos Brasileiros: Estado, “questão social”, luta de classes na análise do fenômeno da psicologização* a partir de três itens: Os Planos/Programas de Governos: elementos para compreensão da construção da Política de Assistência Social no Brasil; “Questão Social”, Estado e Luta de Classes nos Planos/Programas de Governos: uma análise à luz do fenômeno da psicologização; e O Direcionamento Político dos Elementos Psicologizantes na Política de Assistência Social.

Esse último capítulo parte da sucinta análise de conjuntura de cada governo, visualizando as premissas que possibilitaram ou fundamentaram as condições encontradas para viabilizar ou não a Política de Assistência Social, bem como através da análise de conteúdo dos documentos selecionados, verificou a utilização das práticas “psicologizantes”, marcadas por traços advindos das tendências moralizantes, individualizantes e subjetivizantes.

Ainda sobre o capítulo terceiro em torno da análise dos Planos/Programas de Governos, optou-se por trabalhar com fichas ou quadros demonstrativos, acima aludidos, que forneceram as condições necessárias para condensar e sintetizar as informações necessárias para se alcançar o objeto proposto. A *posteriori* realizou-se a avaliação teórica dos Planos/Programas/Projetos de governos com a utilização da 1ª ficha a partir dos preceitos políticos do liberalismo, do corporativismo-estatista e da

socialdemocracia que perpassavam os governos brasileiros, objetivando identificar o modelo político-econômico de intervenção estatal na “questão social” a partir da Política de Assistência Social.

Na segunda ficha, foram analisadas concepções psicologizantes encontradas nos Planos/Programas de governos, enfatizando especialmente as propostas que se relacionam às Políticas Sociais, com foco na Política de Assistência Social.

Para proceder às análises adotou-se a triangulação entre os dados de conjuntura dos governos brasileiros pós-reabertura democrática, os dados documentais (Planos e Programas de governos) e a interlocução com os autores/obras que embasaram o *corpus* do trabalho em uma perspectiva de totalidade metodológica.

Tais análises possibilitaram atestar a hipótese de que o fenômeno da psicologização está compreendido formalmente num referido espaço de tempo concomitante ao enfrentamento das expressões da “Questão social” por parte do Estado. Trata-se de um fenômeno de dimensões internacionais, no entanto a trajetória que tal fenômeno percorre no Brasil é após a segunda reabertura democrática, em especial, através dos direcionamentos do capital internacional para sua reestruturação.

Encontra-se à nível nacional elementos da psicologização da “Questão social” através de todos os planos de governos, a partir de tal recorte histórico, com formatos e intensidades distintas, mas que vertem pelo mesmo caminho de reprodução do sistema capitalista, introjetando no individual a culpabilização por expressões típicas da contradição do capitalismo.

Ao tratar do âmbito específico da política de assistência social, pode-se apenas deter a análise em torno dos governos petistas e posteriores, devido ao debate e materialização formal dá-se a partir deste período de governabilidade.

Em suma, mesmo diante a presença de conteúdo psicologizante imerso nas políticas sociais, deve-se ressaltar que tanto as políticas quanto o próprio Estado estão imersos na lógica do capitalismo e, portanto, campo de influência da ideologia dominante.

Por fim, seguem as considerações finais, as referências e os apêndices.

1 FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO BURGUEËS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A sociedade capitalista inaugura um sistema econômico, político, cultural e social sem precedentes na história da humanidade. A sua estrutura organizativa por meio de classes antagônicas, necessita de uma superestrutura que lhe subsidie e mantenha sua função primária intacta, que é a exploração. Entretanto, nada tem de harmonioso, paradoxalmente, é um sistema repleto de contradições que revelam em suas raízes a sua condição histórica e intrínseca, que é a de produzir pobreza na mesma proporção que se produz riqueza.

Desse sistema complexo e desigual expressam-se problemáticas que advêm do cerne de sua estrutura, como a contradição central denominada de “Questão Social”, estudada por teóricos (CASTEL, 1998; IAMAMOTO e CARVALHO, 2001; MONTAÑO, 2007; NETTO, 2001 e 2009; PASTORINI, 2004; SANTOS, 2012; TELES, 1996; YAZBEK, 2001; e outros), ou seja, o resultante da forma exploratória, pela qual se relaciona o capital com o trabalho, sendo este último alienado em seu sentido ontológico, a fim de produzir mercadorias para a acumulação de riquezas centralizadas e concentradas pela burguesia.

Evidentemente, o capitalismo não se organiza abstratamente, mas utiliza de sua ideologia, para alienar os trabalhadores, fazendo com que o trabalho se distancie do seu sentido ontológico, distanciando os sujeitos sociais do caráter teleológico da produção.

Assim, a compreensão do sistema capitalista na contemporaneidade sobre o trato das expressões da “questão social” exige o entendimento sobre categorias essenciais para a manutenção de sua ordem. O Estado se coloca como elemento basilar, que se modifica conforme o desenvolvimento das forças produtivas, sem perder o seu caráter de defesa dos interesses da burguesia, mesmo quando lhe é exigido a incorporação das demandas da classe trabalhadora. A alienação é outra categoria essencial e tem caráter primário na questão ontológica, uma vez que se vincula ao caráter modificador da categoria central, que é o trabalho, na sociedade de classes.

Desse modo, o primeiro capítulo objetiva apresentar os fundamentos da sociedade capitalista, contextualizando o viés alienante do trabalho. Em seguida

adentram-se as questões que envolvem o desenvolvimento do Estado, necessário para o entendimento da operacionalização dos mecanismos psicologizantes que perpassam no enfrentamento das expressões da “questão social” na face monopolista do capital, o que será tratado no último tópico deste Capítulo, constituindo as bases necessárias para a abstração dos fundamentos que constroem o objeto desta pesquisa.

1.1 ONTOLOGIA E ALIENAÇÃO

A condição da existência humana e sua organização em sociedade permeiam desde a condição primitiva de caça e coleta, desenvolvendo potencialmente suas forças produtivas a ponto de algumas tribos, no percurso do processo histórico, criarem condições de dominação de técnicas para garantir sua reprodução social. O processo constituído nesse desenvolvimento imprimiu no ser humano características que o diferenciou dos demais seres biológicos, pois o mesmo garantiu a transformação da natureza de forma orientada, criando/satisfazendo demandas posteriormente adquiridas. (ENGELS, 1986)

O movimento de transformação da natureza não se dá de forma aleatória, parte de uma necessidade concreta concomitantemente, às devidas condições objetivas existentes. Essa condição material garante as bases para o leque de possibilidades que se tornam alternativas de projeção previamente idealizadas na consciência a fim de alcançar um resultado, ou melhor, a fim de converter os objetos em uma nova forma de existência material.

Na transição dos seres de aspecto puramente biológicos para aqueles com características constituídas socialmente, não há o abandono das funções orgânicas, mas uma complexificação que proporciona a criação de categorias específicas que garantem uma reprodução que se amplia ao nível social. Por exemplo: a necessidade de alimentação é biológica, no entanto, aprimorar o sabor dos alimentos, definir horas para alimentar-se, utilizar ferramentas que intermediam no acesso ao ato de se alimentar são condições construídas de reprodução social.

Ao passo que se processa a transformação dos objetos, nasce com a objetivação um instrumento novo que atenderá as necessidades almeçadas, criando assim uma função, ou melhor, uma valoração para seu uso. (TONET; LESSA, 2011)

Tal processo de transformação da natureza dá-se o nome de trabalho e é característica fundante do homem quanto ser social, diferenciando-o das demais espécies animais.

O trabalho é antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. [...] Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças ao seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. (MARX, 2013, p.255)

Esse processo é garantido pela presença da mediação de elementos que primariamente advêm das substâncias encontradas na natureza, como os objetos e os meios de trabalho, como também, em paralelo, a capacidade formulada pela vontade orientada do ser humano.

Ao delinear os elementos advindos da natureza, define-se que todos eles são potencialmente objetos de trabalho, pois são formas preexistentes da dinâmica biológica, sendo passíveis de terem seus recursos captados para reprodução humana. A captação e adequação de elementos naturais geram nesse processo o surgimento de substâncias que são bases ou meios para transformação social, as matérias primas. É válido considerar que matéria prima é todo objeto que já passou pela transformação da extração, ou seja, por alguma mediação anterior de trabalho. (MARX, 2013).

Os meios de trabalho compreendem os objetos, lugares ou condições que proporcionam a transformação dos objetos. Novamente algo que passa pelo crivo da atividade orientada previamente ideada para transformação da natureza.

Para que haja a transformação, além de elementos postos, existe uma dinâmica processual que acompanha a mediação entre os elementos em cada passo do processo de trabalho.

As etapas que constituem esse processo partem inicialmente do pressuposto que existe a necessidade do ser humano em si reproduzir, seja para alimentação, para conforto, saúde e etc. A partir da necessidade expressa no campo do real vê-se simultaneamente diversos objetos também no campo concreto passíveis de serem

utilizados para conseguir o objetivo. Antes da ação, há uma prévia ideação, o indivíduo projeta em sua mente a possível consequência das alternativas concretas, e escolhe a que se torna mais conveniente. Para que finalmente haja a materialização daquilo que foi pensado, ou seja, a objetivação. (TONET; LESSA, 2011)

A transformação da natureza efetiva-se primariamente de situações concretas, reais, de necessidades que afligem o ser humano, as condições também estão postas na concretude, os objetos ou meios fazem-se dispostos na realidade para que sejam utilizados. Assim, cabe ao homem levar ao mundo das ideias aquilo que se encontra posto e refletir sobre como alcançar uma transformação da realidade que atenda suficientemente as suas demandas.

Marx (2013) ressalta que o ciclo de cada processo de trabalho encontra sua finalidade na consolidação do produto, quando o trabalho finalmente é totalmente incorporado ao objeto e este adquire existência externa ao seu criador.

Devido às transformações ocorrerem no campo da concretude, as consequências acontecem também no mesmo âmbito. A complexificação das categorias torna-se uma premissa substancial, garantindo ao ser humano, ao passo que constitui sua sociabilidade, a generalidade de categorias sociais, isto é, a construção da sua história universal.

Dizíamos que todo ato de trabalho possui uma dimensão social. Em primeiro lugar, porque ele é também o resultado da história passada, é expressão do desenvolvimento anterior de toda a sociedade. Em segundo lugar, porque o novo objeto promove alterações na situação histórica concreta em que vive toda a sociedade; abre novas possibilidades e gera novas necessidades que conduzirão ao desenvolvimento futuro. Em terceiro lugar, porque os novos conhecimentos adquiridos se generalizam em duas dimensões: tornam-se aplicáveis às situações mais diversas e transformam-se em patrimônio genérico de toda a humanidade na medida em que todos os indivíduos passam a compartilhar dos mesmos. (TONET; LESSA, 2011, p. 25-26).

Ao transformar a natureza e garantir a reprodução, o ser humano também modifica a si mesmo e o seu ambiente, ganhando experiência, dispondo de generalizações a partir de capacidades avaliativas predefinidas que o permite antecipar os resultados almejados, assim como construindo seu reconhecimento e a consequente construção do coletivo e do individual, com base naquilo que o mesmo objetivou.

O próprio processo de objetivação possibilita ao sujeito externar aquilo que foi obra de seu processo de trabalho, criando um novo objeto que detém características que refletem o próprio criador. O objeto, nesse momento, adquire existência própria e material para além do seu criador e sua existência retroage ao nível da consciência do sujeito, que por sua vez se identifica com aquilo que foi criado e amplia a complexificação das suas novas produções através do conhecimento adquirido, como também garante a criação de novas demandas a partir das novas situações advindas com o objeto.

O sujeito tem um papel ativo; sem a posição do sujeito não se torna viável seja a percepção, seja a reprodução da imagem na consciência, seja o conhecimento prático e relevante sobre a objetividade material. Pois a posição teleológica dirigida à ação de transformar o mundo objetivo elabora a seleção ante a infinitude intensiva e extensiva dos objetos e processos naturais, que torna possível confrontar as possibilidades reais de um comportamento prático no sentido de transformar o ser objetivo. (COSTA, 2017, p. 24)

Para Lukács (1979) o trabalho é pressuposto ontológico e ato teleológico fundamental do ser humano quanto ser social e, conseqüentemente permite a constituição de formas cada vez mais complexas desse ser. Sendo o responsável, mesmo nas suas formas mais rústicas pelo desenvolvimento de contínuas condições de reprodução social.

Costa (2017, p.20) observa que “[...] o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo”, de forma que ao mesmo tempo preserva elementos primários do processo criativo e proporciona bases para o avanço e complexificação, modelando a *posteriori* toda prática social.

Holanda (2014) corrobora com o debate de que o processo de trabalho se complexifica através do movimento próprio da dialética materialista, adequando conseqüentemente a constituição histórica das bases para os moldes de sociabilidade e individualidade/subjetividade no sujeito social a partir da realidade concreta.

A complexificação, que comporta a constituição humana, encontra-se sensivelmente visualizada dentro do processo de trabalho, mediante a dinâmica da dialética materialista, na qual o concreto precede a ideação e a ideação retorna ao concreto.

Enquanto expressão da transformação encontra-se inserido no desenvolvimento desse processo um fenômeno essencial à compreensão da

complexificação: a exteriorização. Esse fenômeno garante ao sujeito enxergar-se no que foi produzido após a possibilidade escolhida e introduz capacidades avaliativas e internalizadoras que retroagem ao nível da consciência.

Trata-se de um movimento paralelo à objetivação no qual a materialidade do percurso processado garante a escolha pelas possibilidades concretas e a identificação do produtor com sua obra, criando o reconhecimento/identificação de si a partir do que foi produzido. (HOLANDA, 2014) Nesse entendimento, assevera Lessa (2012, p.125),

A objetivação corresponde ao momento de transformação teleologicamente orientada do real, e a exteriorização ao momento da ação de retorno da objetivação e do objetivado sobre o indivíduo agente. Em outras palavras, a exteriorização corresponde ao momento pelo qual a objetivação, ao confrontar o sujeito com a realidade a ele externa, ao dar origem a um produto que se distingue ontologicamente do sujeito e que, nesta medida, adquire uma história, sua, própria, relativamente autônoma em relação a seu criador, exercer uma ação de retorno sobre o próprio sujeito que o criou. Em poucas palavras, ao constituir o objeto enquanto ontologicamente distinto do sujeito, a objetivação e o produto dela resultante exibem uma autonomia relativa diante do sujeito agente- e esta autonomia relativa é o fundamento ontológico último das diversificadas ações de retorno do objetivado sobre os indivíduos.

Costa (2017) ressalta que a produção concreta da transformação da realidade obtida na objetivação é um marco de fundamental importância para sociabilidade, enquanto a exteriorização caracteriza um marco fundamental para individuação. Trata-se de um movimento com dois polos intimamente relacionados, a conexão do homem com sua totalidade e com sua singularidade de forma interdependente.

A referida autora reflete que apesar de serem momentos diferentes de um mesmo processo ambos são indissociáveis. A exteriorização apenas faz presente mediante processo de objetivação, impossibilitando o ser humano transformar-se tautologicamente pelas vias da pura e isolada ideação. O homem transforma-se apenas através da materialidade das ações humanas. No entanto, os momentos de objetivação e exteriorização não atuam de forma igualitária no ser humano.

Costa (2017) relata que a objetivação garante uma maior homogeneização do comportamento concreto gerando um efeito mediano a qual deve ser encaixado em um limiar. Enquanto isso, a exteriorização permite a possibilidade de propiciar um

comportamento mais heterogêneo, pois trata-se dos fundamentos potenciais para o desenvolvimento da individualidade e conseqüentemente da personalidade humana.

É importante considerar que a condição de exteriorização, por configurar-se de construção da ideia, pode sofrer um desenvolvimento desigual, não acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas, pois à mesma pode ser atravessada por vias que possibilitam o falseamento da consciência.

O desenvolvimento desigual advém do radical fracionamento do produtor com a produção a partir do processo inaugural da artificialidade da separação do trabalho, ou melhor, da divisão social do trabalho que se conforma, nos termos de Mézaros (2002), o início do metabolismo social do capital, ou seja, de unidades básicas, não naturais que atravessam e fundamentam a lógica do capital em diversos modelos societários.

Leandro Konder (2009, p.64) corrobora com a afirmativa de Mézaros, ao resgatar a divisão social do trabalho como o mote do desenvolvimento desigual e dos esvaziamentos de sentido encontrados no não reconhecimento.

Com a divisão social do trabalho é que a situação muda. A divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu semelhante, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido.

Ao se reportar ao marco da divisão social do trabalho, faz-se necessário compreender que se difere da divisão natural do trabalho, a separação entre grupos de tarefas distintas e de faixas etárias distintas faz-se totalmente compreensível para execução e posterior complexificação do trabalho.

No entanto, a divisão social traduz a segregação entre os momentos do processo de trabalho. Nessa lógica, Konder (2009) fundamenta seus estudos com as contribuições teóricas de Marx e Lukács, por compreender que a divisão social do trabalho tem seu início na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual.

A divergência entre teoria e prática possibilita o ser humano uma apreensão desigual e desarticulada do abstrato com o material, fazendo emergir idealmente a compreensão falsa na consciência humana de que o campo das ideias emerge de forma autônoma e divorciada da realidade concreta. (KONDER, 2009)

Esse autor discute que dessa divisão social do trabalho dimana derivações dicotômicas em várias dimensões, corpo e alma, matéria e espírito, realidade objetiva e subjetiva, que aparentam coexistir de maneira autossuficiente.

Como apontado por Holanda (2014), a discrepância no desenvolvimento do material em relação ao campo da abstração, das forças produtivas paralelo ao desenvolvimento individual/subjetivo configura a limitação do desenvolvimento das potencialidades humanas.

A concrecência de dois momentos (objetivação e exteriorização), não exclui, portanto, a possibilidade de conflitos entre os dois momentos, pois o homem pode ser obrigado a atos de objetivação que não correspondem a um verdadeiro desenvolvimento da subjetividade. Aí estaria, de acordo com Lukács, a raiz do fenômeno da alienação (conceito capital dos escritos da juventude, mas também da maturidade de Marx), onde a multiplicação das atitudes e das capacidades humanas induzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas não é acompanhada de uma autoafirmação da personalidade: a multiplicação das qualidades dos sujeitos funciona, neste caso, para reprodução de um sistema cuja lógica escapa de uma verdadeira exteriorização do sujeito cujas energias estão confiscadas por objetivações estranhas às suas necessidades profundas. (TERTULIAN apud COSTA, 2017, p. 85)

A exteriorização desigual ou impossibilitada, paralela à objetivação cada vez mais estranhada, permitidas pela divisão social do trabalho e das segregações que a mesma operacionalizou, oferecem margens suficientes para a constituição de informações equivocadas, desagregadas da realidade que retroagem ao nível da consciência, moldando-a, porém, com conteúdo que não corresponde à realidade concreta, portanto, um conteúdo desagregado da realidade e possivelmente errôneo. O falseamento da consciência humana dá-se a nomenclatura de alienação e corresponde a uma categoria que se torna ponto chave ao desenvolvimento da organização da sociedade em diversos modos de produção.

A alienação, apesar de ter seus fundamentos no âmago do processo de transformação do homem, encontra nos modos de produção, em que a sociedade se organiza, diversos formatos distintos, ocupando dimensões diferentes da vida cotidiana. Por exemplo, nos estudos de Feuerbach encontram-se críticas à alienação promovida pela religião, a independência e estranheza dada a forças místicas exteriores incontroláveis pelo homem. Karl Marx, por sua vez, contribui com a análise

de que as alienações também se fazem presentes na filosofia, no senso comum, na arte, na moralidade, entre outras demais áreas. (BOTTOMORE, 1983).

Para melhor compreender a efetivação da alienação na vida contemporânea faz-se necessário aprofundar essa categoria paralelamente a uma análise histórica, contextualizando como os modos de produção e as consequentes formas de organização da sociedade interpretaram a questão da alienação, como ela foi utilizada para fins de manutenção das ordens vigentes, como ela interferiu na capacidade de emancipação e quais mecanismos foram possíveis a partir dela.

1.2 CAPITALISMO, ESTADO E ALIENAÇÃO

O desenvolvimento das forças produtivas e a transformação que o processo de trabalho promoveu, garantiram à humanidade a consequente estruturação de sua organização social, possibilitando desenvolver cada vez mais categorias que complexificam as relações do homem. Essa complexificação permite a ordenação da reprodução social do ser humano através de modos de produção.

Mészáros (2002) discute a partir dos conceitos e categorias encontrados em Marx, elaborando complexificações proporcionadas pelo processo de trabalho e suas consequências, em que o ser humano constrói consigo um metabolismo social, um *modus operandi* da vida social, com seus mecanismos diversos que afetam as diversas dimensões da vida humana.

O processo revolucionário forjado pela burguesia garantiu adentrar ao modo de produção mais contemporâneo em que a humanidade chegou: o Modo de Produção Capitalista.

Esse processo revolucionário detinha consigo um caráter de transformação, em uma ofensiva contra o Absolutismo, alentava uma perspectiva de desenvolver o modo de sociabilidade, a ciência, a cultura, os formatos de produção, possibilitando, como apregoava os ideais iluministas, a liberdade, igualdade e fraternidade.

Contudo, após a tomada do poder, a classe burguesa assume uma postura de conservação da manutenção do poder obtido. A burguesia torna-se a classe burguesa e tem em sua posse os meios necessários para realizar a produção, instrumentos, maquinários, localidades, matérias-primas. A única peça que lhes falta é exatamente a

força de trabalho, a mão de obra, a motricidade palpável para que o processo de trabalho se concretize.

Dessa forma a burguesia busca na classe antagônica, que se forma concomitantemente expropriada dos meios de produção, o trabalho vivo que possa ocupar o espaço da produção. A classe antagônica por sua vez, que detém a necessidade de garantir sua reprodução, pela ausência de condições, submete-se a tal formato de trabalho, mas isso não ocorre de modo brando, ao contrário, a captura da consciência do trabalhador só é possível a partir da construção de um sistema que não é só produtivo, mas também ideológico.

A sociedade burguesa institui um sistema científico, político, cultural, econômico e social para consolidar sua lógica de reprodução, proporcionando um sistema que expande seus tentáculos em todas as dimensões da vida humana com o propósito de garantir as alienações, obnubilando a essência dos fenômenos de modo que assegure um modo de produção determinado pelo poder e pelas relações de troca.

O objetivo é de firmar as bases econômicas que fundamentam sua lógica, avalizando seu circuito fundamental de produção-circulação-consumo, para tanto construindo falseamentos necessários à sua manutenção.

O capitalismo cria necessidades que não são históricas e nem tão pouco biológicas dos sujeitos sociais, mas que passam a ser incorporadas e instituídas como certas, modificando costumes e hábitos, desestruturando o sentido ontológico da vida social. O grande aliado do capitalismo para erguer sua superestrutura é a instituição do Estado, que ao ser incorporado pela lógica de classe, não só serve enquanto comitê da burguesia, para a proteção dos negócios, como expande suas atividades para a garantia da reprodução e financiamento do grande capital.

A guinada ideológica da burguesia direcionada à conservação do sistema constituído é reconhecida por autores materialistas histórico-dialéticos, sobretudo Lucaks (2010), como “decadência ideológica da burguesia”, ou seja, o abandono das premissas revolucionárias e a adesão à manutenção da ordem vigente, de onde surgiu o pensamento irracional, subsidiário da razão instrumental.

Esse modo de produção redimensiona inúmeros fatores da sociabilidade e individualidade humana com base no *ethos* burguês, proporcionando um metabolismo social típico do capitalismo, isto é, um metabolismo do capital.

O metabolismo societário do capital que se configura e toma forma a partir dos elementos trazidos pelo modo de produção, inaugura consigo elementos novos, atrelados a elementos antigos na dinâmica daquele momento histórico.

No entanto, a ordem vigente ancora-se na pedra de toque desse modo de produção: a transformação de tudo em mercadoria. A mercadoria é objeto de desejo/fetice de todas as classes e possui como fim último a retroalimentação da acumulação centralizada e concentrada de riquezas através da exploração de classe. (TONET; LESSA, 2011) Nessa direção, cita-se Marx (2013, p. 786),

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados.

A categoria alienação esteve inserida na lógica de diversos modos de produção desde a relação do escravo com seu proprietário, a relação do servo com o senhor das terras e expressa especialmente a divisão social do trabalho, a qual permitiu o distanciamento entre produzido e produtor (HOLANDA, 2014).

No entanto, é na sociedade capitalista que se amplifica de forma catastrófica. Konder (2009) reflete que a propriedade privada impulsionada pela expansão das forças produtivas, perpassando desde a manufatura até a industrialização, elimina a individualidade e as características potencialmente humanas, com a cada vez mais crescente divisão social do trabalho e pela lógica mercadológica, em que até mesmo as pessoas são produtos, são instrumentalizadas.

Processa-se uma descaracterização das coisas e não apenas uma redução dos homens à condição de coisas. “A propriedade privada não aliena apenas a individualidade dos homens, mas também a individualidade das coisas. A terra não tem nada a ver com a renda do latifundiário, a máquina não tem nada a ver com o lucro. Para o latifundiário, a terra só tem a significação da renda que lhe proporciona” (MARX; ENGELS apud KONDER, 2014, p.146, grifos do autor)

Nesse entendimento, o Modo de Produção Capitalista passa a se estruturar de forma a atender e assegurar sua manutenção. Esse modo garante que essa organização social seja mediada por um organismo “representativo” da totalidade

social, sendo este o Estado, um organismo com suposta autonomia para estabelecer-se.

Muitos teóricos adentram na discussão sobre a real natureza do Estado, desde os mais clássicos até o mais contemporâneos. Entre os autores clássicos destacam-se os contratualistas (J. Althusius (1557-1638), Thomas Hobbes (1588-1679), B. Spinoza (1632-1677), S. Pufendorf (1632-1694), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), I. Kant (1724-1804), (MATTEUCCI, 1998), e outros), que direcionam a constituição teórica do Estado moderno a partir do regulamento ideal de contratos sociais que visam instituir o respeito aos “direitos naturais”.

O primeiro destes, Hobbes, postula a existência de um Estado da vida, que é a instância primeira e natural do homem, na qual não há limites ao livre arbítrio e que segundo o mesmo resultaria num conflito caótico da existência humana, sendo necessário enquanto resposta imediata, para convivência social, de uma forma que tivesse absoluta soberania para estabelecer o controle e a regulação da população. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Por outro lado, John Locke ressalta que a passagem do Estado natural para a sociedade civil ou política parte de um consentimento coletivo para que não houvesse a violação dos “direitos naturais” de nenhum indivíduo, como o direito à propriedade, por exemplo. Necessitando logicamente que o Estado seja uma instância de regulação. (Ib.Id.)

Por fim, entre os autores contratualistas, aquele com o pensamento mais aproximado do democrático foi o Rousseau, por conceber que o Estado deveria surgir e agir de acordo com a vontade do povo, postulando que tais vontades deveriam ser construídas individualmente para que quando unidas as individualidades pudessem tornar-se mais aproximadamente a forma genuína de uma vontade geral. Rousseau também refletiu sobre a possibilidade de uma rotatividade na representação popular para que os representantes não usurpassem de forma total o poder que deveria ser de direito da maioria da população. (Ib.Id.)

A grande guinada nos estudos sobre Estado acontece a partir de Hegel (1770-1831) que destoa da noção dos contratualistas desde o princípio, por não visualizar a questão contratual que sobrepõe a natureza pelo Estado moderno, por considerar a sociedade civil e o Estado político como esferas separadas, a sociedade civil sendo o campo da particularidade humana, dos interesses individuais que englobam questões

econômicas, jurídicas, administrativas, sociais; enquanto que a esfera do Estatal é composta pela totalidade, os interesses coletivos, sendo responsável pelo bem de ordem pública e pela sociedade civil. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Assim, o Estado mantém e organiza a ordem social produzida pelo desenvolvimento histórico, tal como se manifesta no nível da sociedade civil, e configura-se como esfera superior da sociedade, que determina e contrapõe a finalidade coletiva ao interesse individual, o bem público ao bem-estar particular. Assim “contra o sistema da vida privada e seus componentes, por um lado, o Estado é uma necessidade externa” e é o poder mais alto, o que fixa e impõe coativamente as condições jurídicas nas quais o processo social pode explicitar-se na esfera civil; por outro lado, o Estado é a finalidade imanente do sistema da vida privada e de seus componentes, na medida em que se põe como integração dos interesses e das realidades particulares na realidade universal da coletividade. (Ib.Id, p.32)

Hegel refere-se ao Estado como instância elevada, externa, com desenvolvimento para uma forma superior que instaura sob a sociedade civil os interesses da soma das individualidades. No entanto, em estudos mais aproximados da real composição e dinâmica da sociedade, Marx destaca que o Estado se forma como elemento central para manutenção da dinâmica do modo de produção capitalista, atuando como representante da burguesia, de forma direta e indireta. (MANDEL, 1977).

É importante ressaltar que Marx não deixou em seus escritos um material dedicado unicamente ao estudo do Estado, entretanto, a partir das categorias às quais ele realiza as devidas mediações para constituição da aproximação do seu objeto, deparando-se inúmeras vezes com a instituição estatal, ao afirmar que o “Estado é o grande balcão de negócios da burguesia”.

Essa conceituação de Marx origina-se de Hegel para caracterizar o Estado e a sociedade civil enquanto consequências de uma estrutura estabelecida no modo de produção, pautada nas relações sociais de produção. Portanto, o primeiro grande ponto considerado é do Estado e sociedade civil como superestruturas que se colocam diretamente sob a influência da estrutura do sistema.

Marx referencia o Estado como uma esfera subordinada ao modo de produção, por não deter autonomia para mediar igualmente os interesses individuais ou coletivos, expressando apenas as estratégias de manutenção de classe burguesa.

As funções do Estado nos primórdios do capitalismo ligavam-se principalmente ao caráter opressor, punitivo. A base era o liberalismo, no qual o Estado aparecia como um órgão de ação mínima, pois a orientação filosófica era de que o ser humano apresentava uma tendência natural à auto-organização social, promovida pelo desenvolvimento do desejo da acumulação individual. Propunha que o *ethos* natural do humano era individualista e este não deveria ser atrapalhado diretamente por nenhuma instância, como o Estado. (BEHRING, 2000)

Por conseguinte, no início do capitalismo cabia ao Estado apenas ser o encarregado da defesa entre indivíduos e coletivos de indivíduos, ou seja, de punir aqueles que não se adequavam à lógica através das legislações sociais e pelo exército. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

O Estado fez-se presente e essencial na consolidação do modo de produção capitalista, como produto desse sistema. O capitalismo não é fruto do Estado, ao contrário, seu desenvolvimento e plenitude, tal como se pode visualizar hoje. O Estado só pôde ser evidenciado devido ao desenvolvimento do metabolismo do capital, que permitiu o isolamento das esferas pública e privada da sociedade, a generalização da sociedade de mercadorias, baseada na propriedade privada. Nas palavras de Mandel (1982, p. 335), o Estado burguês “[...] se distingue de todas as formas pré-capitalistas de governo pelo fato e não se basear em relações extra- econômicas de coerção e dependência, mas em relações “livres de trocas””.

Nessa mesma direção interpretativa, afirma Carnoy (1998, p.69-70),

Na medida em que o Estado surgiu da necessidade de conter os antagonismos de classe, mas também apareceu no interior dos conflitos entre elas, torna-se geralmente um Estado em que predomina a classe mais poderosa, a classe econômica dominante, a classe que, por seu intermédio, também se converte na classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. O Estado antigo era acima de tudo, o Estado dos proprietários de escravos para manter subjugados a estes, como o Estado feudal era o órgão da nobreza para dominar os camponeses e servos, e o moderno Estado é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.

Diante da constituição do Estado e a suas análises aproximadas da dinâmica real deste, evidencia-se durante a explanação que existe um determinismo da classe burguesa sobre os movimentos históricos, em especial na ocupação do Estado. Porém, a história da sociedade de classes não tem apenas um lado.

É notório que durante todo o percurso histórico a classe trabalhadora nunca esteve totalmente submissa aos interesses da classe burguesa, e, no capitalismo não seria diferente. O capitalismo que traz dentro de si mesmo o modelo de exploração do trabalho, tornou cada vez mais latente a discrepância de qualidade de vida entre as duas classes, de um lado quem detém excessivamente para além do que precisa para sobreviver, e, do outro, pessoas que vivem com apenas o necessário para sobrevivência ou até mesmo menos do que o necessário.

O Estado burguês tem sua parcela de contribuição na organização dessa lógica, tratando-se de ser o campo de ocupação dos interesses da burguesia, mas também, devido à lógica contraditória do sistema capitalista, o Estado conforma-se como um espaço “representativo dos interesses coletivos”, de tal modo acaba sendo espaço passível de ser disputado também pelos interesses da classe trabalhadora.

Tais disputas são advindas dos processos ditos democráticos, proporcionados em certos momentos históricos, por proporcionar o adentramento, vez outra, de representantes da classe trabalhadora. Todavia, toda composição do processo em si é bem tendenciosa e regida principalmente pelos interesses da classe burguesa. É importante salientar que não apenas por dentro do Estado, como também por fora dele através da esfera da sociedade civil, em que houve disputas por condições de reprodução para a classe trabalhadora. Esse movimento ocorreu por meio de pressões populares com enfrentamentos, greves, manifestações, que pesavam para estrutura dominante.

A partir das Revoluções Industriais, as condições que já eram precárias para os trabalhadores, acabam por agravar-se ainda mais, tanto pelas transformações no mundo do trabalho concomitantes a transformações na vida daqueles que vivem dele, como também na sociedade, na cultura e nos modos que a produção encontrava para garantir o aumento da acumulação.

Como já explicitado, as condições previamente já se encontravam exploradas, o capitalismo conduz o signo irreparável da contradição fundado nas suas próprias prerrogativas: a discrepância entre capital x trabalho, em que uma classe acumula riquezas, enquanto a oposta, socializa o trabalho. A essa contradição fundante do capitalismo dá-se o nome de “Questão Social” e é a partir dela que se originam as mazelas proporcionadas pelo capitalismo à sociedade.

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27).

A classe burguesa encontrava formatos de amplificar os lucros, precarizando a exploração da classe trabalhadora, criando estratégias de acumulação cada vez mais intensas, o que gerava concomitantemente a acumulação de riquezas concentrada nas mãos da burguesia e inúmeras sequelas para classe trabalhadora, tal qual o aprofundamento da miserabilidade, a fome, o desemprego, a falta de saneamento básico, a falta de moradia dentre outras expressões.

O fenômeno do pauperismo era a principal expressão da “questão social” nos primórdios da industrialização. A classe trabalhadora vivia sobre estado total de precariedade, como analisou Engels, na obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” (1845). Não se tratava de qualquer pobreza, mas de uma pobreza que se produz e reproduz diante da forma estrutural do sistema capitalista.

As tensões de classe² tonaram-se cada vez mais claras e intensas, requisitando que o sistema pudesse fazer algo para que sua lógica não viesse colapsar futuramente, seja pelas tensões, seja pela brutal exploração.

O capitalismo definiu ao seu “comitê executivo” novos parâmetros para adequar-se à estrutura que estava explícita, e, tais parâmetros expressavam novas características para a figura do Estado. Dessa vez, deveria intervir ativamente na reprodução social, de modo que apaziguasse os conflitos de classe, ao mesmo tempo em que aproveitava do poder instituído por tal condição aparente do Estado, enquanto organismo “superior” à sociedade civil para reproduzir a lógica dominante através de estratégias que utilizavam o falseamento da consciência em inúmeras dimensões.

Nesse lapso temporal, o Estado se apropria da “Questão Social”, incorporando, minimamente, as demandas da classe trabalhadora, a fim de proteger o *modus operandi*, sobre o discurso de que as sequelas sociais eram resultantes da formação da sociedade moderna³, podendo ser ação de uma intervenção política estatal, sem

² Ressalta-se a Revolução de 1848, primordial para o processo de conscientização da classe trabalhadora, enquanto classe para si, como sujeitos pensantes capaz de se organizar coletivamente.

³ É sobre este debate que Netto (2011) trata a utilização das aspas (“”) para se referir a termo “questão social”. Para ele o termo político, cunhado, inicialmente, pelos trabalhadores, foi aos poucos incorporado pelo Estado e suas formulações concretas. Além disso, Santos (2008) adverte para a

alterar a dinâmica societária, mas sim a preservando.

Ao longo do percurso histórico, o capitalismo utiliza-se de diversos mecanismos para proporcionar o falseamento dentro da consciência da classe trabalhadora. No tópico seguinte, a discussão pauta-se na lógica contemporânea do capitalismo e nos mecanismos utilizados para o enfrentamento das expressões da “Questão Social” e como a alienação torna-se categoria cada vez mais essencial para reprodução da lógica dominante, por meio da “psicologização”.

1.3 CAPITALISMO MONOPOLISTA, ESTADO E PSICOLOGIZAÇÃO

Compreender o processo de enfrentamento da “questão social” ao longo do desenvolvimento capitalista exige a análise sobre as alterações sofridas pela sociedade na fase monopolista do capital, que conduz a uma dinâmica diferenciada na relação entre o Estado e a Sociedade Civil.

Essa mudança se relaciona sobre medida, com o reconhecimento da “questão social” por parte dos trabalhadores, como sendo fruto da forma desigual e exploratória, na qual a sociedade burguesa se estrutura. Além disso, a própria dinâmica capitalista, própria do desenvolvimento das forças produtivas trata de requisitar um trabalhador, que seja também um cidadão de direitos, uma vez que se abre mais um campo de mercado, com o sujeito consumidor. A lógica é que esse trabalhador, submetido à lógica capitalista, imerso em um grau tonificado de alienação, não se veja mais como explorado, mas um sujeito capaz de consumir.

Como tratado anteriormente, a estrutura do Estado nos primórdios do capitalismo carregava como centralidade seu caráter opressor. As expressões da “questão social” se davam por meio do policiamento e da punição da classe trabalhadora, em um aspecto individualista das mazelas sociais, conforme analisa Netto (2011).

Ao passo que a classe trabalhadora se organiza e pauta reivindicações coletivas, o Estado necessita intervir de maneira que o ciclo rotativo da produção-circulação-consumo da mercadoria não seja alterado. O projeto da Modernidade, que antes tinha como viés unificado e regulado de pauta, se ramifica e o Estado –

utilização das aspas para demarcar a “questão social” como um conceito, sendo suas expressões categorias que se materializam na realidade.

enquanto administrador da sociedade capitalista – passa a mediar modelos distintos de organização político-econômica de sociedade em uma evidente lógica de legitimação do capital que nada se assemelha a neutralidade, defendida por autores clássicos da Sociologia⁴.

A monopolização lidera o controle de mercado, que possibilita a ampliação dos lucros através de fusões, acordos de incorporações empresariais (*pools*, cartéis, trustes, *holdings*, corporações) que transformam a concorrência numa imensa falácia, pois com a concentração e centralização do capital em monopólios agudiza-se ainda mais a discrepância entre trabalho x capital, sendo assim tal formato re-oxigena a organização capitalista. Por consequência, amplia e padroniza o preço da mercadoria, criando para além de um consumo um mercado infinitamente mais precário do subconsumo, crescendo gradativamente as margens de lucro e elevando a taxa de acumulação, além de “economizar” trabalho vivo e ampliar o processo de exploração da classe trabalhadora ao passo em que se investe em novas tecnologias. (NETTO, 2009).

Esse autor destaca outros dois elementos decorrentes da monopolização que são de fundamental importância para compreensão dessa dinâmica: o fenômeno da supercapitalização, no qual o capital encontra dificuldade de valorização, devido ao seu excesso e encontra como via de solução parcial o autofinanciamento ou o escoamento para gastos com atividades que não geram valor. E, por outro lado, dá-se o fenômeno do parasitismo, que em suma reflete que os novos modos organizacionais, em especial o capital financeiro, possibilitaram a separação entre ser proprietário e ser gestor, deixando o capitalista isento de qualquer atividade à frente da estrutura organizacional, participando apenas ativamente da obtenção de lucros.

Sem dúvida, a transição para um modelo de monopolização vem paralelamente ao desenvolvimento dos meios de produção. Essa transformação que permite a incorporação de aglomerações industriais/empresariais e insere lógicas gerenciais e de escoamento, expande de forma catastrófica a divisão do trabalho, o que garante maior estranhamento e consequente individualização da classe trabalhadora, ao passo que diminuem aspectos concorrenciais dentro da classe burguesa e concentram ainda mais os meios de produção.

⁴ Faz-se referência a Durkheim e seus contemporâneos.

Toda essa dinâmica que se estrutura exige uma nova oxigenação social, política e cultural. A humanidade vai se adequando às necessidades do capitalismo, da sua forma fetichizada, o que exige uma formatação das relações sociais, sem alterar a sua dinâmica acumulativa, sobretudo em contextos de crises, de colapso do ciclo lucrativo do capital.

O reconhecimento pelo Estado das expressões da “questão social” foi uma necessidade daquele espaço temporal, sobretudo no início do séc. XX aos anos de 1970, capaz de amenizar as fraturas existentes, que apresentavam a face falaciosa da sociedade burguesa, pressionada pelo poder organizativo dos trabalhadores.

Mandel (1982) destaca três funções fundamentais do Estado nessa etapa do capitalismo: a primeira origina-se das circunstâncias que permitiram a continuidade da produção capitalista, as quais não podiam ser financiadas pelos setores privados da burguesia. Ou seja, o capitalismo não aplicava mecanismos de auto-reprodução de modo direto através da classe burguesa, invés disso, fornecia capacidade ao Estado para que este gerisse aspectos e condições de planejar e realizar as ordens necessárias para a reprodução do sistema.

A segunda característica reconhecida pelo autor consistiu na força opressora do capitalismo que era organizada e praticada pelo Estado, e seriam disponibilizadas de forma contínua (a exemplo da Polícia e Exército), sendo aceitos e materializados por um discurso disfarçado de Segurança Nacional, mas que em seu âmago convinha para defender a propriedade privada da classe burguesa.

A terceira característica relaciona-se à formação da ideologia burguesa e tem permeado a conexão moderna do Estado no seio da sociedade. O Estado passa a conduzir a ideologia capitalista como única saída para a harmonia societária, passando a executar a função de Estado provedor. O Estado, apesar de ser apresentado como mecanismo neutro e mediador, intermediando a organização societária e sendo campo de ocupação de todas as classes, não se configura dessa forma na realidade concreta, como previamente exposto. O Estado opera de fato enquanto comitê executivo da classe burguesa, conforme se referia Marx.

Ao dicotomizar em duas classes distintas, o bloco histórico do capitalismo construiu dois projetos societários antagônicos, o da classe burguesa, enquanto classe dominante ou dirigente e a classe trabalhadora, enquanto classe explorada.

Projetos estes que se configuram de acordo com os interesses e o arcabouço teórico-cultural, instituído e defendido por cada classe.

Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos *macroscópicos*, como propostas para o *conjunto* da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos [...]. Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, *projetos de classe*, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). (NETTO, 1999, p.2 *grifos do autor*)

Contudo, a consolidação e o reconhecimento desses projetos societários, advêm efetivamente entre os séculos XIX e XX, com o florescimento da monopolização do capital. O crescimento progressivo das contradições que compõem a lógica do capitalismo, a conseqüente organização da classe trabalhadora e das ofensivas capitaneadas pelo projeto societário contra hegemônico abalou a estabilidade soberana do capitalismo. (BEHRING, 2000)

Com sua soberania ameaçada, o capitalismo reorganiza-se em torno de estratégias que garantam sua manutenção. Nesse momento histórico, o Estado tem suas responsabilidades ampliadas e utilizadas para aumentar o controle das flutuações da economia e apaziguar as instabilidades de classe. (Ib. Id.)

O capitalismo, que em sua forma introdutória pautava-se sob a orientação do livre mercado e das demais premissas liberais, acaba por gradativamente abandonar os embates concorrenciais e inserir nessa dinâmica, além da discrepante acumulação de riquezas por apenas uma diminuta parte da sociedade, também a amplificação da concentração e centralização dos meios de produção.

O projeto societário dominante não apenas na fase monopólica, mas no bloco histórico do capitalismo como um todo, é o projeto da classe burguesa, tendo no Estado seu canal de operacionalização enquanto instância pseudo superior à sociedade civil.

Como anteriormente aludido, o Estado nessa fase passou a intervir nas expressões da “questão social”, de modo a garantir formatos de enfrentamento à miserabilidade e demais sequelas. Netto (2011) reflete que esse enfrentamento não ocorreu de forma despretensiosa, de pura reestruturação das condições de reprodução da classe trabalhadora, mas detinha simultaneamente a intervenção social enquanto ferramenta de apaziguamento e de condições de reprodução, ao

mesmo tempo que inseria a lógica de orientação liberal, inserindo o discurso de que as sequelas faziam parte da culpa do próprio sujeito que era afetado por ela.

Na verdade, o que se passa é que a incorporação do caráter público da “questão social” vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais. Ocorre que uma redefinição do público e do privado na idade do imperialismo, que atende tanto à invasão de todas as instancias sociais pela lógica monopólica quanto a conservação de âmbitos onde se movem vetores contabilizados à órbita individual. (Ib. Id., p.36)

Destarte, a lógica dominante consegue trabalhar as expressões da “questão social” por meio da responsabilização dos sujeitos sociais. A responsabilização por não se adequar às condições de reprodução da lógica é incorporada à vida do trabalhador, buscando o desatrelamento da totalidade com a singularidade, transferindo ao íntimo, ao singular o comportamento e pensamento de incongruência que deve ser enfrentado por estratégias de ajustamento.

Netto (2011) afirma que essa direção ideológica não se limita apenas ao puro condicionamento da lógica individualizante do liberalismo, mas esse reforço à exaltação da esfera privada traduz um *modus operandi* trazido pelo formato monopolista do capital que busca oferecer espaços ideais e personalismos inautênticos na lógica dominante que se expõem como sinal de adaptação.

A conquista do âmbito privado expressa os ditames do consumo e da consequente sociabilidade capitalista monopolista para o íntimo das pessoas, ocupando espaço fixo no cotidiano, seja no trabalho, no tempo livre, nas relações familiares, na cultura, na estética, no erótico, em todos os âmbitos privados possíveis. Trata-se de uma mercantilização de todas as relações que galgam espaços cada vez maiores buscando a valorização do capital, forjando individualidades. (NETTO, 2011)

A introjeção dessas mais diversas alienações à consciência é a faceta já vislumbrada com efervescência nas contribuições teóricas de Adam Smith (1723-1790) na obra *Leituras sobre Justiça, polícia, receita e armas*, na qual primariamente versa sobre um “espírito comercial” para o capitalismo, que adentraria ao trabalhador não apenas nas situações de trabalho, mas também nas de não trabalho (tempo livre, lazer, relações familiares), oferecendo um complemento lógico ao ciclo do sistema e propondo uma “evolução” das possibilidades humanas através do consumo. (MÉSZAROS, 2002)

Somente a partir do capitalismo monopolista que os sujeitos encontram-se imersos firmemente em falseamentos que introjetam e naturalizam ao nível da consciência, padrões criados para manutenção e ampliação da lógica capitalista.

Como aponta Netto (2011), a consciência imersa numa variabilidade de projeções fomentadas pela lógica dominante, bombardeada com frequência de informações que destoam da objetivação do sujeito, o ser humano expropriado de projetos e estranhado frente à naturalização social dos padrões capitalistas, acaba recorrendo à esfera ético-moral, campo específico e primário do ser social, que tende a ser previamente capturado através de mecanismos do bloco histórico da burguesia.

Ingenuidade é afirmar que a esfera ético-moral deriva da contemporaneidade. Na verdade, esta se baseia na lógica estrutural do sistema e manifesta-se desde as relações de produção. Esse formato é constante na história do capitalismo e resgatado sempre que necessário à manutenção do sistema.

Netto (2011) discute que tal condição alienante é denominada psicologização; e é um mecanismo que promove a proliferação desse falseamento, que ao mesmo tempo em que responsabiliza o indivíduo, transferindo o ônus da “questão social” a questões singulares, exclui o papel fundamental das relações econômicas e históricas, além apontar possibilidades que gravitam em torno da moralização.

A rota da psicologização passa num primeiro momento, pela determinação da problemática da “questão social” como sendo externa às instituições da sociedade burguesa – ela deriva não das suas dinâmicas e estrutura, mas de um conjunto de dilemas mentais e morais. (NETTO, 2011, p.45-46)

Autores reconhecidos nacional e internacionalmente no campo de análise crítica da conjuntura política, econômica e social, como: José Paulo Netto (2011), Yolanda Guerra (2007/2014), Carmelita Yazbek (2009), Maria Lúcia Barroco (2003), Marina Maciel Abreu (2002) e outros compreendem que esses mecanismos de transferências ideológicas e morais são recursos amplamente utilizados pelo capitalismo desde os primeiros enfrentamentos a “questão social”, forjados pelo Estado.

A utilização de recursos morais individualizantes que encontram materialização cada vez mais recorrente na contemporaneidade é entendida enquanto “psicologização” e é essa a pedra de toque deste estudo investigativo.

A “psicologização” compreende um mecanismo burguês baseado na alienação, que busca obnubilar a essência material, sob a aparência fenomênica ideológica liberal. Consiste praticamente no ataque aos aspectos mentais e morais do desvio no enfrentamento da “Questão social”, como forma de maior absorção da naturalização das desigualdades, ao desviar o foco e enfraquecer a luta de classes. (NETTO, 2011)

De acordo com Abreu (2002, p.90) a “psicologização” [...] atribui à natureza as leis do movimento histórico, subtraindo dos sujeitos a direção consciente na construção desse movimento e remetendo para a esfera moral o específico do social. Na apreensão de Barroco (2003, p.94), trata-se da: “[...] tendência ao “ajustamento social”; a psicologização da questão social transforma as demandas por direitos sociais em “patologias””.

Guerra, Ortiz, Santana e Nascimento (2007, p.250) indicam que a psicologização: “[...]” se expressa como individualização da “questão social”, transformada em problemas pessoais; essa forma de expressão é apenas uma dentre outras maneiras de o pensamento conservador conceber a “questão social”.

Yazbek (2009, p.19) condensa o enfoque individualista, psicologizante e moralizador da “questão social” em uma mesma esfera: “[...] que define a questão social como de responsabilidade dos indivíduos que a vivem, quer por seus problemas psicológicos, quer por suas condutas morais inadequadas”.

Para Guerra (2014), a psicologização incide direccionalmente a comportamentos que limitam, que redimensionam a solução da expressão da “questão social” ao seu portador, culpabilizando e responsabilizando, através da operacionalização de medidas instrumentais para controlar a sociedade.

Assim, as ações estatais materializadas em políticas estratégicas de governo, que já não davam conta de solucionar as mazelas sociais, fincam-se na responsabilização da sociedade civil. Decerto, a “psicologização” tem causado fortes impactos na classe trabalhadora, ao imputar a forma de atuação e compreensão do Estado frente às mazelas sociais, resultantes da lógica contraditória do capitalismo. O caráter dado ao enfrentamento da “questão social” não é algo abstrato, mas fruto de estratégias necessárias à manutenção da ordem, realizadas pelo arcabouço da cientificidade burguesa, que reflete a disputa por projetos societários.

Se observar os primórdios da industrialização, detecta-se o modo de atuar o Estado ao conduzir as expressões sociais de maneira articulada à ideologia liberal,

em sua formatação clássica de individualizar e responsabilizar os sujeitos sociais, além de punir aqueles que por desventura se atrevessem a realizar uma insurreição.

Após a crise de 1929, fica exposta nas entrelinhas a forma lucrativa do capital em conscientizar a classe trabalhadora, por meio do Estado, que passou a atuar na execução das Políticas Sociais, via garantia de direitos, para, assim, manter sobre controle a correlação de forças entre as classes.

Nessa fase de reorganização do capitalismo, a atuação do Estado enveredou ao lado da intensificação da alienação e do fetiche da mercadoria, não apenas individualizando, como responsabilizar as sequelas sociais como sendo fruto do desajustamento social. Na atualidade, essa atuação do Estado permanece, afasta-se do entendimento de que há uma sociedade desigual e adota o discurso de mera benevolência e solidariedade, executando investimentos diretos ao capital e ainda alimenta sua ideologia junto à maioria.

Compreender o trato dado às expressões da “questão social” exige o reconhecimento de pensamentos antagônicos, que resumidamente – com todas as divergências que há até entre os mesmos campos teóricos – se dividem entre aqueles que reconhecem as mazelas sociais como expressão da forma alienante e exploratória em que se constitui a sociedade capitalista, formulado pelo campo crítico do conhecimento, destacada pela tradição marxista; e, aqueles que naturalizam e tratam de explicá-la por meio da desvinculação da lógica produtiva, sendo fruto de causas naturais, biológicas e até mesmo religiosas.

As respostas dadas à sociedade revelaram compreensões opostas sobre as expressões da “questão social”, enquanto uns debatem o fim do sistema capitalista, outros defendem a reforma desse sistema, a naturalização e a responsabilização individual. Nas palavras de Santos (2008, p.26).

Compreender a “questão social” como expressão das desigualdades sociais oriundas do modo de produção capitalista é uma clara inflexão nos fundamentos do debate instaurado pelas ciências sociais. Este toma como argumento central para a abordagem da “questão social”, as mudanças nas formas de “solidariedade” ou “coesão social”, donde desaparecem as conexões mais essenciais da constituição desses valores como complexos historicamente determinados da sociabilidade. Explicita-se, assim, a diferencialidade ideopolítica dada pelo conservadorismo imanente ao debate da “questão social” nas ciências sociais: o elenco de fenômenos denominado como “questão social” apresenta-se “deshistoricizado” e “des-economizado”, denotando as características próprias da “apologia indireta” [...]. A

separação dos fenômenos sociais em relação aos seus fundamentos econômicos e históricos [...] obscurece as potencialidades da razão na direção da totalidade, o que acaba sendo funcional para a pretensa “naturalização” e aparente positividade do capitalismo.

As expressões da “questão social” tomam formas diferenciadas, diante das diversas fases do desenvolvimento capitalista e dependem da força ideológica para manter-se sob o véu aparente da alienação em graus mais profundos ou não.

Na contemporaneidade, essas questões adentram à subjetividade humana, no alcance do Estado que se aproxima cada vez mais da barbárie que acompanha uma gestação social adoecida, articulada sob as rédeas de projetos societários e modelos de organização político-econômica de extrema direita, que representam a forma do capital fetiche em seu auge.

A compreensão dos projetos societários e modelos de organização político-econômica fazem-se primordiais para entender quais são as interlocuções e estratégias no trato das expressões da “questão social” na contemporaneidade. Essa compreensão esclarece o quanto à psicologização é utilizada em cada modelo distinto e quais são as diferenças. Nesse sentido, parte-se da hipótese teórica de que em sua forma social liberal, a tendência de uma “psicologização” das expressões da “Questão Social” se faz mais acentuada, ao contrário do caráter do liberalismo clássico que determina uma individualização e a saída pelo livre comércio, como a história mostra quando se trata de recuperar o lhe é pertinente.

2 PROJETOS SOCIETÁRIOS E OS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DA SOCIEDADE: o Estado no capitalismo contemporâneo e a realidade brasileira

À medida que as forças produtivas vão se desenvolvendo sob a égide do sistema capitalista, há estratégias diferenciadas adotadas pelo capitalismo a depender da organização político-econômica. Assim, há projetos societários antagônicos que também geram modelos opostos de organização político-econômica, que passam a disputar e a pautar delineamentos para a sociedade.

A burguesia formata o seu projeto societário, centrado em estratégias de manter e aprofundar o caráter exploratório da sua forma lucrativa, atualmente não mais utilizando a força opressora do Estado de modo primordial, mas sim utilizando o poder político para supor uma conciliação entre as classes. Os trabalhadores, por sua vez, se contrapõem à forma organizativa e estrutural do sistema capitalista, em períodos de maior efervescência, dependendo do nível de conscientização política.

Na contemporaneidade, vivencia-se um marco temporal de aprofundamento do mecanismo ideológico de alienação da burguesia, que tem custado aos trabalhadores e, conseqüentemente, à sua organização coletiva de modo que até mesmo assegurar o caráter “psicologizante” da “questão social” tem se colocado como um desafio.

Em torno dessa perspectiva, o presente Capítulo objetiva analisar a formação histórica dos projetos societários e respectivos modelos de organização político-econômica a partir da perspectiva de classe, singularizando o debate para a compreensão da realidade brasileira com suas características próprias de uma economia periférica e dependente.

O debate em torno dos projetos societários finca-se na cientificidade das correntes teóricas como pano de fundo de modo a contextualizar as inflexões liberais, social-liberais, neoliberais, etc, bem como a construção crítica e propositiva, do campo crítico socialista, de cariz marxiano.

No terceiro tópico deste Capítulo, se introduz a primeira parte da pesquisa bibliográfica e documental ao proceder ao levantamento do que se entendem como Modelos de organização político-econômica brasileira no recorte temporal da instituição do sistema democrático de direito em decorrência promulgação da Constituição da República Federativa em 1988. Nessa intencionalidade, busca-se

apresentar as bases para o delineamento da pesquisa que se expressará no capítulo terceiro.

2.1 A CONSTRUÇÃO DOS MODELOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA DO ESTADO: o processo de psicologização da “questão social”

A fase contemporânea do capitalismo, dita monopolista/imperialista, as expressões da “questão social” são tonificadas pelas alterações que ocorrem no mundo do trabalho, na relação entre o Estado e a Sociedade Civil, conforme analisado anteriormente, nas mais variadas dimensões da sociedade, sejam em âmbito político, econômico, social e cultural.

As péssimas condições de vida, materializadas pela fome, moradias insalubres, desemprego, somando-se ainda captura da individualidade/subjetividade humana, além da ênfase no aumento da produtividade, o autoritarismo evidenciado nos empregos, a repetição mecanizada do trabalho, as incertezas sociais, os acidentes de trabalho põem em evidência a essência de espoliação desse sistema, de modo que o acirramento e a desigualdade entre as classes se tornam ainda mais latentes. (NETTO, 2006; VASQUEZ, 2007)

Vasquez (2007, p.45) aponta que naquele momento histórico há uma fragilização “[...] das formas tradicionais de proteção social, tais como família e solidariedade”. É de se esperar que não houvesse um apassivamento da classe explorada frente a tais excludentes condições que se expressam e tornam essa classe fortalecida politicamente, exigindo o reconhecimento e ações frente às expressões da “questão social” que passam a ser engendradas pelo Estado – nessa fase intervencionista e mediadora – a fim de minimizar ou ao menos mascarar os efeitos danosos dessa contradição, garantindo ao capital a sua “salvação”.

Como ocorre essa verdadeira operação de salvamento? O Estado assegura os lucros monopolistas de várias maneiras. Indiretamente, o financiamento público ao setor privado ocorre por meio do orçamento do Estado e de contratos públicos. No entanto, as formas diretas – créditos, subvenções, garantias de empréstimos, responsabilidade estatal por campos de investimento complementares etc. – são cada vez mais predominantes. Dessa forma, há uma desvalorização do capital social, com o intuito de elevar a massa e a taxa de lucros dos monopolistas. (BEHRING, 2015, p.39).

O controle da classe trabalhadora passa a ser realizado por meio das legislações sociais, que correspondem aos interesses da acumulação ampliada, assegurando a reprodução da força de trabalho e o controle ideológico da sociedade de classes.

A luta de classe – a qual não deve ser esquecida, pois é elemento constitutivo da dinâmica da sociedade capitalista – garantiu o reconhecimento dos trabalhadores como cidadãos de direito, no entanto, é preciso que não se engane a luta dos trabalhadores se opõe à lógica dominante porque não há conquista permanente e emancipatória enquanto perdurar esse modelo de sociedade. Por isso, a luta deve ser permanente, enquanto ponto de tensionamento da estabilidade burguesa.

Naquele momento histórico, o mundo estava permeado pelo conflito entre os projetos societários, frente à crise eminente do sistema capitalista, eclodida em 1929. Estava posto uma possibilidade de cunhar um movimento que, se concretizado, poderia alcançar uma transformação societária.

A alternativa materializou-se através de grupos revolucionários em especial socialistas e comunistas que carregavam em si a lógica do projeto societário da classe trabalhadora. Destaca-se nessa dinâmica a Revolução Russa de 1917 e seus posteriores desdobramentos como anexação de outros países, criando a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas em 1922, a Revolução de Agosto no Vietnã em 1945, a Revolução Comunista Chinesa de 1950, a Revolução Cubana de 1959, entre outras.

A ofensiva revolucionária aliada aos fatores apontados forneceu subsídios suficientes para constituição de um modelo que pudesse oferecer proteção social à classe trabalhadora através de uma instituição externa a ela. Para tanto, oferecer essa proteção, implicava diretamente no reconhecimento de Direitos Sociais, que se materializam via Políticas Sociais, amparando a classe explorada de forma que a mesma pudesse alcançar sua reprodução.

Além disso, o alcance de direitos elementares poderia colocar a classe trabalhadora em um patamar não desejado pela burguesia, ocasionando o seguinte dilema: continuar exercendo um Estado puramente policialesco e protetivo e correr o risco de radicalizar a luta de classes? Ou garantir um sistema mínimo de direitos, que pudesse exercer o controle sobre os trabalhadores, correndo o risco de uma emancipação política caminhar para a emancipação humana?

O cerne das Políticas Sociais tem seu marco histórico nesse dilema, que é próprio da estrutura capitalista, na relação estabelecida entre o Estado – representante do capital – e a Sociedade. Trata-se de uma relação complexa e que carrega a contradição em que germina, atendendo condições econômicas, políticas, culturais e sociais com caráter de “mão dupla”, por beneficiar tanto o capital, garantindo a manutenção da força de trabalho e o apaziguamento da luta de classe, como a classe trabalhadora, por meio da garantia das condições de reprodução. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

A compreensão das Políticas Sociais como uma conquista civilizatória, não implica na afirmação de que essas são o meio e o fim para a superação da condição capitalista. A Política Social não é a raiz da questão, não é a solução para a desigualdade que se estabelece com o Modo de Produção Capitalista, mas ela representa um avanço importante para a continuidade dos trabalhadores na luta, sobretudo em algumas realidades, como é o caso brasileiro. (Ib. Id.,)

É importante registrar que a expansão das Políticas Sociais via Estado na sociedade capitalista se atrela a uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo. Fruto do desenvolvimento das forças produtivas do capital, a fase dos monopólios, trouxe novas configurações para a sociedade de classe e exigia uma face mais humanizada do capitalismo, buscando sua globalização nos países centrais.

A formação do Estado Social foi o resultado dessas novas configurações econômicas, sociais e políticas em um lapso temporal que era necessário negar o caráter liberal clássico do Estado para cunhar uma “união” entre o Capital e o Trabalho.

O colapso que ocorreu na economia nos anos de 1929, na chamada Grande Depressão com a queda da Bolsa de Valores de Nova York, foi interpretado como uma falha do caráter liberal. A saída da crise, perpassada por duas Guerras Mundiais, foi a reestruturação produtiva com a instauração do fordismo, um modelo de acumulação que se baseava na produção em massa, com a utilização pesada do trabalho morto, em detrimento do trabalho vivo.

A lógica subsidiária que se desenvolve a partir daí reside nas formulações de Keynes, que acreditava que a diminuta atuação do Estado frente à sociedade, estaria dando margem a proliferação da desarmonia nas relações de classe e que a solução

estaria em estabelecer uma política de pleno emprego, com concessões garantidas pelo Estado no atendimento às reivindicações da classe trabalhadora.

Keynes não foi o primeiro a questionar a política liberal, como sinaliza Pereira (2011). Marx já tinha criticado, porém o questionamento de Keynes se diferenciava da crítica de Marx, pelo fato de não indicar a necessidade de superação do capitalismo, mas o ajustamento para sua manutenção.

Os processos de crise do capitalismo são imprescindíveis para o entendimento do desenvolvimento do caráter social do Estado. É nas crises que se encontram o momento de acirramento das contradições do capitalismo, exigindo uma maior organização política e é também durante as crises que o capitalismo busca saídas para se reorganizar e se reestruturar.

Contraditoriamente, como se constata, é em meio à crise capitalista que se tem o período de expansão das Políticas Sociais nos países desenvolvidos. Para Netto (2006) esse processo passa do crivo da intervenção estatal para a recuperação da lucratividade capitalista. Além disso, é relevante frisar as entranhas das Guerras Mundiais quanto à utilização do poder bélico para expandir o capitalismo e proporcionar o cenário ideológico, necessário para estabelecer os preceitos do modelo acumulativo, responsável pela reestruturação do capital.

Assim há o desenvolvimento do Estado Social, pelas repercussões do New Deal nos Estados Unidos e na constituição do Welfare State na Europa. Esse foi um período de esplendor, de generalização das Políticas Sociais, chamado inclusive dos “anos de ouro”, por garantir políticas de pleno emprego, determinados pelo crescimento do orçamento público do Estado para os gastos no âmbito do social.

O Estado de Bem-estar Social, em suas mais variadas formas e particularidades, foi também impulsionado pelo modelo de organização política e econômica cunhado pela social democracia, um movimento dos trabalhadores que rompe por dentro do socialismo, com a negativa da participação política e propõe barganhar o poder por dentro das instituições do Estado capitalista.

Não se tratava de uma união entre o pensamento da classe trabalhadora ao da burguesia, pelo contrário, a defesa pelo Estado de Bem-estar Social estava na concepção da emancipação política e na possibilidade de ocupar o Estado para assim, modificá-lo. Contudo, a visão dos representantes do capital trabalhava na concepção

de que havia a necessidade de instituir uma postura protecionista, capaz de aquecer o mercado e estimular a proporção direta entre a produção e o consumo.

Autores de referência no estudo da proteção social, tal como Esping-Andersen, evidenciaram a construção e os desdobramentos do Estado de bem estar social em diversos países. É de conhecimento comum que o modelo contou com as análises econômicas fornecidas por Keynes na década de 1930, no entanto apenas colocado em prática, com maior efervescência, no pós-Segunda Guerra Mundial, pelas reivindicações da social democracia.

Esping-Andersen (1991) utiliza a terminologia do Welfare State não apenas como garantia de bem estar básico para os trabalhadores, mas também enquanto sistema de estratificação que busca o reordenamento das relações na sociedade. Entende-se por estratificação a possível classificação ou organização das dimensões social, econômica, política e cultural da população, variando conforme as condições objetivas encontradas ou construídas em determinada localidade.

Vazquez (2007) sugere que nos estudos de Esping-Andersen, o Welfare State se funda a partir dos ditames impostos pela monopolização e industrialização da época. No entanto, a tipologia estratificada advém do grau de organização da classe trabalhadora e das lutas constituídas em cada país que permitiram construir formatos baseados em diversos modelos políticos de organização da sociedade.

É fato que com as transformações trazidas pela monopolização imprimem uma nova dinâmica nas relações mundiais. As relações capitalistas submetem-se a esse modelo que se estrutura em um poder global, mundializado, que utiliza das mais variadas formas para reproduzir de forma ampliada o capital.

No século XX o capitalismo continua a desenvolver-se como modo de produção material e espiritual, simultaneamente nacional e internacional, a rigor um processo civilizatório universal. Essa tendência, inerente a este modo de produção desde os seus primórdios, revela-se bastante acentuada ao longo da época contemporânea. A despeito das oscilações cíclicas, suas crises e contradições, ele se generaliza e se recria como um modo de produção material e espiritual de âmbito global. Compreende relações, processos e estruturas regionais, nacionais e mundiais, envolvendo indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, etnias, nações e continentes. (IANNI, 2013, p.53)

Nesse processo transformador da realidade derivadas das mudanças no capitalismo, verifica-se uma heteroginização das correntes ideológicas. A expressão

dicotômica promovida pela dualidade entre projeto societário da burguesia e projeto societário da classe trabalhadora ganham mediações com novas tendências que aparecem e multiplicam-se.

Ao longo da história sucedem-se os lemas que denotam o empenho de governantes de alguns países mais fortes em desenhar a face e o destino de outros países, continentes ou mesmo o mundo todo; progresso, evolução, reforma, revolução, industrialização, urbanização, revolução de expectativas, crescimento, desenvolvimento, modernização, racionalização. Muitas vezes acompanhados de governos: liberais, bonapartistas, bismarckianos, fascistas, nazistas, falangistas, nasseristas, populistas, stalinistas e outros. (IANNI, 2013, p.129)

Para esse autor, o florescimento de “[...] modelos políticos de organização da sociedade” (Id.,lb.,p.139) reflete em condutas adotadas pela sociedade civil e pelo Estado. Tais modelos ancoram-se nos projetos societários antagônicos, mas expressam e adaptam-se à realidade concreta que se apresenta. O referido autor explicita que tal pluralidade de modelos acompanha o ritmo globalizante de uma insistente fragmentação da realidade social nessa fase histórica e esses modelos por diversas vezes buscam camuflar os reais interesses do antagonismo de classe.

Os modelos políticos de organização da sociedade atravessam a composição dos modelos de proteção social. Vazquez (2007) analisa a aplicabilidade da estratificação dos modelos em três tipologias de Welfare State distintas, originalmente indicadas por Esping-Andersen (1991), a partir do contexto de organização da classe trabalhadora, o grau de desembarcadorização, industrialização e a conjuntura da dinâmica do Estado, mercado e família.

A primeira corresponde ao modelo onde predomina políticas focalizadas, como nos EUA. Neste sistema, predomina o forte dualismo entre os beneficiários dos serviços sociais públicos e aqueles que buscam proteção social no mercado. O segundo sistema de estratificação é aquele onde predomina o modelo de seguro social introduzido por Bismark na Alemanha. Este modelo visa consolidar as divisões entre os assalariados, aplicando programas diferenciados para grupos distintos em termos de classe e status. O segundo objetivo era vincular as lealdades do indivíduo diretamente à monarquia ou à autoridade central do Estado (Esping-Andersen, 1991, p.105). O Estado concedia subsídios aos fundos previdenciários de status diferenciado; este modelo é característico da Alemanha, Áustria, Itália e França. A terceira forma de estratificação social é o modelo que promove a igualdade de status através de políticas universais que se desenvolvem em países como Suécia, Dinamarca e Noruega. No entanto, este modelo pode implicar num dualismo,

quando a classe média busca no mercado benefícios complementares aos patamares mínimos estabelecidos, como no Canadá e Grã-Bretanha; quando isto acontece, o resultado é que o espírito maravilhosamente igualitário do universalismo se transforma num dualismo semelhante ao do estado de assistência social: os pobres contam com o Estado e os outros com o mercado (1991, p.106). (VÁZQUEZ, 2007, p.52. Grifos do autor)

Desse modo, Vázquez (2007) explica a divisão proposta por Esping-Andersen em três tipos de Welfare State: o Welfare State Liberal é aquele onde há uma limitadíssima cobertura de programas sociais direcionados aqueles em condições extremamente precárias de existência, enquanto existe um investimento no mercado, com incentivos especialmente às áreas de saúde privada, educação privada e previdência privada. Também se caracteriza pelo enfraquecimento da organização da classe trabalhadora e do predomínio da cultura individualista.

A segunda tipologia refere-se ao modelo de Welfare State Conservador-corporativista, cujo formato predomina o clientelismo, segregando a proteção social especialmente de acordo com as categorias profissionais e em grande parte das vezes através das contribuições exercidas por estas, também se destaca pelo alto índice de comprometimento com a moral e as tradições e os investimentos em desmobilização e enfraquecimento dos movimentos dos trabalhadores.

A terceira tipologia consiste no Welfare State Social-democrata, marcado pela universalidade com políticas de ampla abrangência, com concepções de direitos sociais que garantem a igualdade, sem estabelecer pré-requisitos de contribuição ou baixa renda.

QUADRO 01 - *Tipologia de Esping-Andersen (1991) sobre os Regimes de Economia Política do Welfare State.*

Liberal	Corporativista	Social-democrata
Desmercadorização baixa	Desmercadorização média	Desmercadorização alta
Estratificação alta	Estratificação alta	Estratificação baixa
Estado residual	Estado clientelista	Estado essencial
Assistência social	Seguro social	Políticas sociais universais
Pobres e necessitados	Segurados	Cidadãos
Alta fragmentação-carência	Alta fragmentação-ocupação	Baixa fragmentação
Benefício mínimo	Benefício meritocrático	Benefício padronizado

Fonte: Esping-Andersen (1990, 1991). Elaboração do autor

O Welfare State respondeu ao processo contraditório da sociedade capitalista, quando atendeu por um lado, a demanda da classe trabalhadora – principalmente os esforços reivindicatórios da social democracia – e por outro, quando utilizou de tais demandas para traçar a caricatura de um Estado positivo para o social, enquanto legitimava e reafirmava o seu caráter burguês.

O colapso do capitalismo a partir dos anos de 1970 derrotou a objetividade do Welfare State. No campo dos intelectuais orgânicos da esquerda, tratou-se de uma incorporação errônea dos direitos trabalhistas, que resumiu a luta de classe a reformas políticas. Já para os setores da direita, o Welfare State teria ocasionado à derrocada da estabilidade econômica devido aos grandes gastos que impunham a manutenção dos direitos plenos. (FIORI, 1997)

Segundo esse autor, diversos foram os fatores que destituíram o Estado de Bem-estar Social. O capitalismo necessitava se reestruturar da crise que se iniciava e a concessão de direitos foi o primeiro alvo a ser atacado, uma vez que o capitalismo necessitava fortalecer o mercado, ao tornar os serviços que eram públicos em privados, gerando mais e mais lucros, além de que retiraram de cena os deveres Estatais de mediar e regular as ações do mercado perante a sociedade civil.

O projeto Keynesiano, que estatizou as relações do mercado, aos poucos foi dando lugar aos demais modelos, que na verdade não trazem exatamente nada de novo, pois se baseiam nas velhas práticas liberais que tomam formatos pseudo-novos de privatização, terceirização e desregulamentação do mundo do trabalho.

Ao analisar esse cenário, Castel (2001) descreve as perdas que a classe trabalhadora vivencia diante do contexto pós-Estado de Bem-estar Social, ao apontar para a necessidade de reconstrução do Estado protetor. Para esse autor, o mundo passa a ser inserido em uma nova dinâmica, a qual irá determinar uma “nova questão social”, por ver na contemporaneidade um caos muito mais ligado ao fim do pacto entre a classe trabalhadora e o capital, do que a própria contradição capitalista, a qual se compreende como ineliminável.

De acordo com Castel (2001), o fim do Welfare State proporcionou uma crise da sociedade salarial, resultado da falência do modelo protetivo, gerando vulnerabilidade social, constituída pelo que esse autor chama dos “inempregáveis”.

Faz-se importante salientar que apesar da concretude das perdas da classe trabalhadora pós-Estado de Bem estar social, a dinâmica que se expressa não trouxe novidades, discordando do que afirma Castel, mas, decerto, são expressões derivadas da única e típica “Questão Social” do capitalismo que se espraiou contemporaneamente nos conflitos políticos manifestados. Obviamente, essa nova formação do Estado revelou o caráter de um Estado Social, ou seja, a possibilidade de os trabalhadores acessarem as condições mínimas de subsistência.

Entretanto, por outro lado, a contemporaneidade das funções do Estado, mediadas pelas concessões do período áureo do Welfare State, fez com que o projeto da classe trabalhadora, que tinha como fim a superação da sociedade capitalista mantivesse-se na disputa, mas aos poucos, houve a incorporação dos ditames burgueses, negando a necessidade da superação do capitalismo.

Assim, pode-se afirmar que o Welfare State passou a ser visto como proposta capaz de solucionar, dentro do próprio capitalismo, as expressões da “questão social”. Por isso, há uma defesa pelo retorno do Estado de Bem Estar Social, a qual direciona esse projeto como caminho capaz de manter a harmonia da sociedade burguesa e que apesar de não ser consenso entre os setores da esquerda, apresenta-se como viável para pautar uma emancipação política.⁵ (CASTEL, 2001).

Apesar da direção do Estado de Bem-estar Social se materializar como ganhos efetivos à classe trabalhadora deve-se enfatizar o potencial adquirido pela classe burguesa no processo de adentramento da particularidade humana através dos dilemas mentais e morais proporcionados concomitantemente ao enfrentamento da “Questão Social” pelas políticas sociais, a introjeção naturalizada do formato contemporâneo do capitalismo que captura o indivíduo e o torna além de funcional, defensor e refém de sua lógica. Noutros termos: esse é o caráter da crítica ao modelo welfariano e/ou aos modelos que embasam na concessão do capital ao trabalho, garantir direitos sociais via políticas sociais. Mas, de que direito está se falando?

No que tange à realidade dos países “subdesenvolvidos” a exemplo do Brasil, não se pode afirmar a existência de um Estado de Bem-estar Social nos moldes europeus, principalmente no período em que ocorreu o desenvolvimento social

⁵ Para a realização do debate sobre a social democracia na visão da tradição marxista, indica-se a leitura de: MOTTA, L. E. A respeito da questão da democracia no marxismo. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Nº13. Brasília, janeiro – abril de 2014, pp 19-51.

européu. Apenas com o fim do regime militar, a América Latina conseguiu instituir um sistema de proteção social.

2.2 OS ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DO DEBATE BRASILEIRO SOBRE A “QUESTÃO SOCIAL” E A FORMAÇÃO DE UM PROJETO SOCIETÁRIO DA CLASSE TRABALHADORA

No Brasil, o reconhecimento das expressões da “questão social” tem particularidades próprias da forma pela qual o capitalismo se desenvolveu e formatou a dinâmica do Estado. Não houve, no país, uma revolução, nos moldes tradicionais, mas sim a combinação do novo com o velho. Ou seja, o capitalismo se estruturou sobre a herança conservadora e aristocrática da oligarquia coronelista, realizando uma modernização conservadora.

Até 1930 as intervenções sobre as expressões da “Questão Social” do Brasil estiveram ligadas aos setores da Igreja Católica, que ensejavam um momento de renovação e viam uma oportunidade para aproximar-se da sociedade. Atuava na intervenção caridosa e filantrópica junto à população necessitada em momentos de possibilidade ou conveniência.

A partir dos anos 1930, os governos de Getúlio Vargas - Governo Provisório (1930-34), Governo Constitucional (1934-37) e Estado Novo (1937-1945) -, caracterizaram-se pelo desenvolvimento das potencialidades do capitalismo no território nacional, que passou a conviver com os setores agroexportadores. As condições de trabalho e sobrevivência da classe trabalhadora pressionaram o capital para a tomada de decisões que amenizassem a precária situação dos trabalhadores. Ao relacionar esse recorte temporal com o cenário internacional, compreende-se que se trata da fase de expansão do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, o que justifica a guinada de Vargas na formulação de um Estado forte em sua atuação, não apenas protetiva, mas política e econômica.

O caráter das Políticas Sociais, na sua execução, era pontual e individualizador, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento do capitalismo, ajustando os indivíduos à lógica dominante de controle do trabalho. Behring e Boschetti (2011) apontam que no primeiro momento as Políticas Sociais, no Brasil, eram tecnocráticas e pragmáticas, ou seja, obedeciam ao caráter positivista e doutrinário, somado ao modelo liberal adotado pela política brasileira. As camadas sociais que estivessem

mais organizadas conseguiam pressionar o Estado a ter suas demandas atendidas, o que dependia da participação da categoria profissional no ciclo lucrativo do capitalismo. Como exemplo, cita-se a posição dos trabalhadores marítimos e ferroviários, que na época conseguiram ser vistos, sobretudo, por ocupar um lugar importante na circulação da mercadoria.

Os investimentos do Estado no campo social ligavam-se ao reconhecimento de alguns direitos trabalhistas e ao seguro previdenciário. Nesse recorte temporal, ocorre a criação do Ministério do Trabalho (em 26 de novembro de 1930)⁶, além de ações no campo da Assistência Social, com a criação da Legião Brasileira de Assistência Social (1942) e a instituição dos Institutos Previdenciários, e outros.

A era Vargas vivenciou um momento de resplandecência da organização política dos trabalhadores, que sofria influência dos movimentos internacionais que estavam em voga, na disputa pelo socialismo. Desse modo, Vargas adotou o populismo, fazendo concessões entre o Capital e Trabalho para garantir a harmonização do desenvolvimento capitalista em terras brasileiras, dando a base para o modelo desenvolvimentista alçado por Juscelino Kubitschek posteriormente.

O cenário que se configurava mundialmente era de uma onda expansiva de lucratividade do capitalismo, com o modelo fordista/keynesiano, no campo da economia. Já no campo ideológico, vivencia-se a disputa entre a União Soviética, que representava os interesses socialistas e os Estados Unidos, representantes da ordem mundial capitalista. O Estado estava adotando a funcionalidade de garantir a prevenção contra as crises que lhe são inerentes, atuando pelo viés estratégico econômico de controle das crises, incentivo ao consumo e com a estratégia política de legitimação e controle dos trabalhadores. (BEHRING, 2011).

A partir dos anos 1960 houve uma eclosão de golpes militares nos países latinos americanos que tinham como objetivo “proteger” os países subdesenvolvidos do que eles chamavam de “ameaça comunista”. A instalação de regimes ditatoriais na América Latina relaciona-se ao caráter subdesenvolvido do capitalismo e a necessidade de mundialização do capital. O modelo desenvolvimentista não apresentou progresso, exigindo dos países subdesenvolvidos a entrada mais drástica na internacionalização do capitalismo.

⁶ Esse Ministério foi extinto em 2019, durante o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

A expansão do capitalismo era a necessidade primária dos países desenvolvidos, sendo ao Brasil imposto o sustento do modelo desenvolvimentista nos moldes do capitalismo imperialista. Netto (2006) chamou as principais ações desenvolvidas de uma contrarrevolução preventiva, que objetivava a manutenção do imperialismo nos países latino americanos, somado a desmobilização das frentes organizadas, compostas pelos trabalhadores.

Paradoxalmente, foi durante o contexto ditatorial que o Brasil volta a ter uma expansão das Políticas Sociais. Isso se justifica pela necessidade de apaziguar os ânimos e apresentar um governo “sustentável”. O Estado cumpriu esse papel, garantindo Políticas Sociais aos mais variados segmentos.

É importante que se diga que a expansão das Políticas Sociais não se constituía como benevolência do Estado, ao contrário, tratava-se da necessidade de legitimação e camuflagem das atrocidades realizadas pela Ditadura Militar. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011; NETTO, 2006).

Bravo (2007) aponta que durante esse período a ação do Estado funcionava através do binômio repressão-assistência, que ao mesmo tempo em que buscava alcançar a maior regulação possível das relações da sociedade, apresentava uma tendência econômico-social que manteve e aprofundou as expressões da “questão social”. No âmbito da coerção, tem-se amplamente o autoritarismo veiculado pela intensa repressão popular, utilizando do aparato coercitivo com as forças armadas à frente de ações persecutórias, tortura, regulação, censura, aprisionamentos, mortes. Na conotação assistencial, cita-se a ampliação burocratizada da máquina estatal com a finalidade de contribuir com a regulação e com a acumulação do capital, realizando paralelamente uma forma de apaziguar os ânimos da população.

Após período de conflitos e em busca da retomada da democracia, processava-se a derrocada da ditadura militar, que culminaria *a posteriori* em avanços políticos para classe trabalhadora com a promulgação da Constituição Federal de 1988, Esta asseguraria conquistas embasadas na legitimação da democracia e cidadania como o Sistema de Seguridade Social, pautado no tripé das Políticas de Assistência Social, Previdência e Saúde, constituindo assim, a Proteção Social, que mais tarde se precarizaria em razão do caráter flexível, privatista e desregulado do modelo de proteção social adotado pelo capitalismo, como saída da crise do capitalismo iniciada nos anos de 1970.

A reorganização capitalista, direcionada pelos organismos internacionais, impõe um novo modelo acumulativo de cunho flexível, atrelado à desregulamentação do mundo do trabalho e da proteção social, embalados pela ideologia política neoliberal. A nova lógica acumulativa do capitalismo, que em nada altera a sua contradição fundante, objetiva a globalização da economia, por meio do capitalismo financeiro, com expansão do setor de serviços.

O retorno à lucratividade é a questão central do processo de reorganização capitalista, ou seja, manter sob as condições necessárias para a extração do lucro o ciclo da mercadoria que, em períodos de crise, tende a ser suprimido pela sua própria contradição. Diante desse cenário, o desenvolvimento tecnológico passa a subsidiar a produção-circulação e consumo da mercadoria, que se expande, sobretudo na forma imaterial.

O avanço da revolução tecnológica e informacional a serviço do capital subsumiu a compressão espaço-tempo que permite a generalização da sociedade da mercadoria e modifica hábitos culturais, o âmbito político e econômico, agindo através da captura dos aspectos subjetivos e individuais, além de intensificar o processo de coisificação do homem e personificação das coisas.

No plano concreto, depara-se com a desregulamentação de direitos trabalhistas, a desarticulação de sindicatos, jornadas de trabalho flexíveis/voláteis, trabalho multifuncional, ampliação do setor privado, entre outras medidas, que desembocam diretamente na multiplicação e ampliação das expressões da “questão social”, tornando-a ainda mais visível à dinâmica da sociedade capitalista. (MÉSZÁROS, 2002).

É importante atentar que tal sistema de produção não se limita à economia, mas perpassa a cultura, as artes, o cotidiano, a política, a ideologia, as relações sociais, como apontam Tonet e Lessa (2011, p.65) “[...] o capital impõe a sua dinâmica própria a toda a reprodução social. Em um polo, como estruturador de um mercado mundial e, em outro polo, como estruturador da vida cotidiana [...]”.

Essa é a lógica mundial a partir dos anos de 1970 nos países desenvolvidos. No Brasil esse cenário se cruza com o processo de redemocratização e construção da Constituição de 1988, que vai tratar a Política Social por meio da Seguridade Social, estruturada no tripé da Assistência Social, Saúde e Previdência, combinando traços do modelo beveridgiano e bismarkiano, por conter na Saúde o caráter universal,

a Assistência para aqueles que dela precisarem e a Previdência a continuidade do modelo contributivo, com um adendo para a gerência de Benefícios assistenciais, a exemplo do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Assim, o modelo cidadão de direitos, usuário das Políticas Sociais, esbarra-se com o projeto neoliberal, engendrado pela Reforma do Aparelho do Estado, no governo de FHC em 1995, que preconiza a privatização, a terceirização e a desregulamentação do mundo do trabalho e da proteção social. O Estado passa ter sustentação no neoliberalismo, que prega um Estado mínimo para os investimentos sociais, e, máximo para a garantia da ordem capitalista. O cerne dessa lógica é a concepção de que o mercado em harmonia é capaz de se autorregular, porém, o neoliberalismo utiliza o Estado para garantir suas condições de produção e reprodução e sucatear o âmbito público para louvor do setor privado. (MOTA, 2009).

O caráter mercadológico, adensado na contemporaneidade do capitalismo, aliado ao aprofundamento da alienação e do fetiche da mercadoria, coloca o acesso ao direito, via políticas sociais como sendo pertencentes ao campo do privado. Ou seja, as Políticas Sociais saem da perspectiva do direito – garantido aos trabalhadores pela Seguridade Social brasileira via Constituição de 1988 – e passam a ser ofertadas pelo sistema privado, como mercadoria. (MOTA, 2009)

Essa realidade advém do modelo do Estado após a crise de 1970. A pauta defendida pelos trabalhadores era por um Estado protecionista, forte, capaz de mediar as relações via o sistema de direito sociais, no entanto, o que se constituiu no Brasil foi um Estado neoliberal, centrado na privatização e terceirização do setor público e vitalizado pela desestruturação das leis trabalhistas (2018) e pela recente Reforma da Previdência Social (2019).

Para Mota (2012), a crise estrutural do capitalismo representou o esgotamento do modelo que fundamentou o Estado “Welfariano”, e por isso, a atual guinada do capitalismo aponta por mais mercado ao invés de mais Estado, direcionando o debate para o campo da moral sobre a crítica individual aos “maus” capitalistas, em detrimento “*do capitalismo sério, real, produtivo, democrático e redistributivo*”. (MOTA, 2012, p. 10 grifos da autora).

O Estado recupera o debate da moral, que se apresenta sobre o enaltecimento do “cidadão consumidor”, em um planejamento que sataniza o público e apresenta o

privado como a opção mais digna e aprimorada, dentro do mundo tecnológico e desenvolvido.

A ofensiva político-social e ideológica para assegurar a reprodução desta realidade passa pela reforma do Estado e pela redefinição de estratégias que devem ser formadoras de cultura e sociabilidade, imprescindíveis à gestação de uma reforma intelectual e moral conduzida pelo grande capital para estabelecer novos pactos e parâmetros para o atendimento das necessidades sociais – sem romper com a lógica da acumulação e do lucro. Essa reforma busca transformar o cidadão sujeito de direitos num consumidor; os trabalhadores em empreendedores e os desempregados em utentes da assistência social. (MOTA, 2012, p. 10).

Esse cenário apresenta alterações no Estado brasileiro com a chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir dos anos 2000, representando um movimento de resistência que ocorreu na América Latina, no enfrentamento às concepções neoliberais. A chegada de um governo dito de “esquerda” ao poder implica na elevação da confiança da classe trabalhadora em torno da radicalização dos direitos sociais e o afastamento do projeto em curso, levantando as seguintes indagações: o PT foi capaz de cunhar um modelo oposto ao projeto dominante? Ou acabou por alimentar as concepções psicologizantes para o enfrentamento da “questão social”? É tarefa dos partidos políticos radicalizarem a luta de classe por meio dos seus projetos de governos?

2.3 REALIDADE BRASILEIRA: É POSSÍVEL O WELFARE STATE?

Os traços culturais, sociais, políticos e econômicos da formação burguesa brasileira explicam a natureza do poder de barganha dos trabalhadores e, em consequência, a forma organizativa do capitalismo.

Como aludido anteriormente, no Brasil, diante da sua formação sócio-histórica, não vivenciou o modelo de Welfare State, nos moldes daquele originário dos países europeus, mas foi nítida a expansão dos direitos sociais, via Políticas Públicas, nos últimos anos da década 2000.

A partir dos anos 2000, passou-se a regular, de modo efetivo, a rede de proteção social brasileira, planejada nos anos de 1990. Criaram-se sistemas estruturados nos três entes federativos, expandindo propostas de modelos básicos

para a realidade brasileira, sobretudo, a educação superior e a Política de Assistência Social.

Destacar os esforços dos intelectuais que se detêm aos estudos sobre a forma política da proteção social brasileira, de um “Estado de Bem-estar Social” é uma tarefa importante, que se coloca na ordem do dia como imprescindível. Desse modo, no atual contexto, as críticas realizadas pela esquerda tomam grande evidência e relevância sobre a funcionalidade do sistema de proteção brasileiro, da sua capacidade valorativa de reproduzir o capitalismo, hoje mais do que nunca, sob a ameaça de destituição do que ainda não é sólido, do que ainda está em construção, perante as investidas de retorno ao caráter mais arcaico dos traços sócio-históricos do Brasil para os direitos sociais, a compreensão da forma Política do enfrentamento da “questão social”.

À luz da teoria de Florestan Fernandes (1976) sobre a formação burguesa brasileira, encontra-se a chave que descreve as minutas de elementos que são dependentes um do outro e que servem para explicar a forma pela qual o Estado enfrenta as expressões da “questão social”, são elas: a formação democrática, os direitos sociais e a sua materialização via Políticas Sociais.

A fragilidade de constituir e garantir a efetividade de um sistema de seguridade brasileiro fixa raízes mais profundas. Diante do atual cenário de recessão do caráter público do Estado, questiona-se qual foi o momento da história que o modelo de Seguridade Social, aprovado pela Constituição de 1988, começou a mostrar sinais de falência a partir das pequenas conquistas dos últimos anos, e que passam a ser caracterizadas pelo retrocesso na contemporaneidade?

A marca do desenvolvimento periférico, alicerçado sobre os escombros do coronelismo, da política do favor, é manifesta no modelo de enfrentamento das problemáticas sociais que se evidenciam na realidade brasileira. Corroborando com a análise anteriormente elucidada por este estudo, as ações de enfrentamento pelo Estado, mesmo na perspectiva do direito, apresentam traços heterogêneos, fragmentados, setorizados e com um grau de abrangência baixo, seguindo uma tendência que se coloca anterior a sua institucionalização.

A ampliação das funções do Estado na realidade brasileira, pela via das Políticas Sociais se deu antes da promulgação da Constituição de 1988, contudo, o debate em torno da formação da Seguridade Social só é tonificado nesse recorte

temporal, em que a organização dos trabalhadores, através dos movimentos sociais, toma proporção e apresentam um cenário de disputa política mais acirrada.

Vasquez (2007) chama atenção sobre a utilização do termo Seguridade Social para explicar a realidade brasileira. Para esse autor, o modelo econômico adotado, concomitantemente, com a construção da Seguridade Social no Brasil, quebra a lógica de uma proteção social com cobertura universal, distanciando-se da perspectiva adotada pelos países europeus, na visão “welfariana”, portanto, o país não teria/não vive sobre a racionalidade de um Estado de Bem-estar Social.

A natureza da intervenção do Estado, mesmo como o postulado a partir de 1988, não rompe com a formação sócio-histórica do Brasil e, por conseguinte, não consegue dar respostas contrárias ao movimento internacional do grande capital, de fortalecimento do ideário neoliberal, urdido como estratégia para a resolutividade da crise que se iniciou em 1970. A fragilidade da luta de classe dos trabalhadores brasileiros, envoltos em um sistema organizativo do capitalismo de caráter dependente e subordinando à burguesia estrangeira, incide no poder de barganha por políticas públicas de cobertura universal, dando fôlego para que o Estado continue a tratar as expressões da “questão social” pelo viés individualizante, com o reforço das questões morais, que encontram na psicologização a sua forma de ser.

Tomando como ponto de partida as análises de Esping-Andersen, retomadas principalmente por autores como Vasquez (2007), pode-se afirmar que na realidade brasileira, a construção inconclusa do que poderia resultar em um Welfare State, tem caráter híbrido, conferindo um cariz diferenciado às Políticas Sociais, comprovado pelo fato da Política de Saúde ser posta como universal, a Previdência com caráter contributivo e a Assistência Social, para aqueles que dela necessitarem.

Essa propositura híbrida vai mais além ao categorizar a Proteção Social brasileira de acordo com os estudos realizados por Esping-Andersen (1991) acerca da existência dos três regimes de Economia Política do Welfare State, desenvolvidos nos países desenvolvidos. Desse modo, evidencia-se a hibridez da Seguridade Social brasileira por contemplar traços: liberais (Política de Assistência Social), conservador-corporativos (Previdência Social) e socialdemocratas (Política de Saúde). Obviamente, o afastamento dessa face híbrida do modelo protecionista brasileiro dependeria da guinada política e organizativa dos trabalhadores na disputa pelo espaço democrático.

Na realidade, o direcionamento pela via do neoliberalismo traçou o perfil das Políticas Sociais que se diferencia das bandeiras de luta que alavancaram o debate da Proteção Social no processo de reabertura democrática, pós-ditadura militar. As legislações que deram corpo ao tripé da Seguridade Social transcreveram os interesses do grande capital na mercadologização dos direitos sociais, aliados à ampliação da lucratividade do mercado. Por essa razão, até os governos do Partido dos Trabalhadores (2013-2016), a correlação entre Trabalhadores – Estado – Mercado seguiu a tendência, de modo afrontoso, da focalização, privatização e terceirização. Com isso, não está se afirmando que os governos petistas romperam com essa direção e instauraram o novo viés da socialdemocracia, mas se reconhece a forma organizativa em que foi realizada essa concessão, de forma que, ao menos, houve uma ressignificação legal dos direitos sociais, que resultou em avanços sociais para as camadas menos favorecidas, no nível da pobreza relativa.

Em uma análise comparativa, com base no modelo de classificação de Esping-Andersen (1991), apresenta-se a realidade brasileira da Proteção Social, a partir dos anos 2000 até o governo de Michel Temer, da seguinte forma:

QUADRO 02 - Tipologia de Esping Andersen (1991) adequada à realidade dos governos brasileiros a partir de 1990. Brasil, 2019.

Governo Collor	Governos FHC	1º Governo Lula	2º Governo Lula	Governos Dilma (até 2016)	Governo de Michel Temer (2016/2018)
Desmercadoriz ação baixa (modelo liberal)	Desmercadoriz ação baixa (modelo liberal)	Desmercadoriz ação alta (modelo social-democrata)	Desmercadoriz ação média (modelo corporativista)	Desmercadoriz ação baixa (modelo liberal)	Desmercadoriz ação baixo (modelo liberal)
Estratificação alta (modelo liberal)	Estratificação alta (modelo liberal)	Estratificação baixa (modelo social-democrata)	Estratificação alta (modelo liberal)	Estratificação alta (modelo liberal)	Estratificação alta (modelo liberal)
Estado residual (modelo liberal)	Estado residual (modelo liberal)	Estado residual (modelo liberal)	Estado residual (modelo liberal)	Estado residual (modelo liberal)	Estado clientelista (modelo corporativista)
Assistência Social (modelo liberal)	Assistência Social (modelo liberal)	Assistência Social (modelo liberal)	Assistência Social (modelo liberal)	Seguro Social (modelo corporativista)	Seguro Social (modelo corporativista)
Pobres e necessitados (modelo liberal)	Cidadãos (modelo social-democrata)	Cidadãos (modelo social-democrata)	Cidadãos (modelo social-democrata)	Cidadãos (modelo social-democrata)	Pobres e necessitados (modelo liberal)
Alta fragmentação da carência (modelo liberal)	Alta fragmentação carência (modelo liberal)	Alta fragmentação carência (modelo liberal)	Alta fragmentação carência (modelo liberal)	Alta fragmentação carência (modelo liberal)	Alta fragmentação carência (modelo liberal)
Benefício mínimo (modelo liberal)	Benefício mínimo (modelo liberal)	Benefício mínimo (modelo liberal)	Benefício mínimo (modelo liberal)	Benefício mínimo (modelo liberal)	Benefício meritocrático (modelo corporativista)

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O panorama da Proteção Social brasileira permite afirmar que o processo estabelecido se deu de forma dual ou híbrida, que se repete e institui uma singularidade no tempo, mesmo com a ascensão de partidos comprometidos com a classe trabalhadora.

Pensar a materialização de um sistema de proteção social é refletir sobre a alteração da relação existente entre o Estado e a sociedade civil, considerando os interesses do grande capital e as determinações históricas de desenvolvimento social, político e cultural, de cada país dentro da ordem societária. Nesse sentido, Mota (2015) chama atenção para o percurso que coloca o Brasil entre os países que passam a desenvolver um modelo de Proteção Social.

Essa autora avalia que a necessidade de expansão da mundialização do capitalismo, com as transformações no mundo do trabalho e o processo de reorganização da forma acumulativa cria um cenário de interesse do desenvolvimento no sentido de “regular” os trabalhadores.

O Brasil formula seu modelo de Proteção Social justamente nesse lapso temporal, em que a grande capital se expande em busca de aprofundar o caráter mercadológico, na tentativa de restituir a onda de expansão dos “anos dourados” (1945-75) do capital. Retoma-se essa questão para explicar que, aliado ao modelo social do desenvolvimento brasileiro, a relação estabelecida entre Sociedade Civil – Estado – Mercado para a construção do Welfare State nos moldes dos países europeus, especificamente, correspondia a um período de expansão lucrativa do capital, que passava a incorporar as reivindicações dos trabalhadores, diametralmente diferente do que ocorreu na realidade brasileira, que o processo de construção da Proteção Social sempre esteve associado à necessidade de retorno lucrativo do capitalismo, observando os aspectos contraditórios da concessão dos direitos sociais nessa lógica.

A construção do Sistema de Seguridade Social brasileiro se dá, assim, em um contexto em que está disseminando uma cultura da crise que associava a queda na taxa de lucro às benesses do Welfare State nos países desenvolvidos, conforme Mota (2015, p. 161-162 *grifos da autora*) assevera:

[...] a análise dos limites e das possibilidades da seguridade social no Brasil, sob o prisma do *welfare*, é extremamente complexa. Não apenas porque as condições históricas são distintas, mas, principalmente, porque o paradigma da *crise* do Welfare State nos

chega eivado de argumentos que reforçam as reformas de cunho neoliberal.

Assim, as conquistas que levaram à promulgação da Constituição Federal de 1988, que apresenta o capítulo sobre a Seguridade Social (Art. 194 – Capítulo II Da Seguridade Social), sofrem ataques severos para a sua materialização, em razão da incorporação dos ideais neoliberais pelo Estado brasileiro, que ensejam instituir um sistema de garantia de direitos que favoreça muito mais os interesses da burguesia, do que a classe dos trabalhadores reivindica.

Mota (2015) recupera as categorias gramscianas referentes ao consenso e cultura para explicar a formação da Seguridade Social brasileira como uma necessidade de fixar a cultura da crise, diante da necessidade capitalista de readequação do projeto societário da burguesia. O momento de reorganização do capitalismo exigia a instauração de uma cultura que legitimasse a sua “nova” forma de ser, garantindo a manutenção da hegemonia burguesa, assim como foi no período do fordismo, como exemplificado por Mota (2015) ao tratar da obra gramsciana “Americanismo e Fordismo”.

[...] a nova correlação de forças que surge na sociedade, a partir dos anos 80, obrigou o capital a absorver as exigências do trabalho. No entanto, esse processo de absorção de algumas das demandas dos trabalhadores também permitiu que a burguesia construísse o seu projeto e as suas estratégias de *reciclagem das bases de constituição da sua hegemonia*. Dentre estas, inclui-se a *funcionalização* do atendimento dessas demandas ao seu projeto político. (MOTA, 2015, p. 181 *grifos da autora*).

O culto falacioso à cultura da crise justificou a manutenção das características rasteiras do desenvolvimento brasileiro para a concessão dos direitos sociais, fazendo com que os trabalhadores acreditassem que as incompletudes do Sistema de Proteção Social estivessem ancoradas na crise e que, assim, eram necessários ajustes para garantir os mínimos sociais. Possibilitou de todo modo, o consenso não apenas passivo, mas o consenso ativo, ao atender minimamente as necessidades da classe trabalhadora, ao passo que permitiu as investidas neoliberais que firmaram uma aliança necessária para a aceitação do Brasil no mercado mundial.

O entendimento do processo de construção de um Sistema de Proteção Social no Brasil, que pudesse efetivar o acesso aos direitos sociais para a classe trabalhadora, pela via das análises da ampliação do Estado para a instauração de um

consenso de classe, são primordiais para alcançar os limites da correlação de forças entre as classes, saindo da ilusória concepção de mudanças estruturais pela via do direito.

Decerto, a partir do escopo teórico que se adota até o momento, pode-se reafirmar que o Brasil não vivenciou o Welfare State, em razão da sua formação sócio-histórica, econômica, cultural e política, no entanto, verifica-se que os avanços na direção do atendimento das necessidades da classe trabalhadora, embora sendo esse atendimento distante das reivindicações pautadas pelas instâncias organizativas durante o processo político de retorno ao Estado democrático.

A luta contemporânea dos movimentos sociais é, sem dúvida, garantir o reconhecimento dos direitos sociais pela perspectiva da contradição existente na lógica de acumulação do capital, fazendo com que o Estado assuma a sua função diante da materialização dos direitos pela via das Políticas Sociais. O limite dessa assertiva está no cerne da estrutura que legitima o Estado tal como ele é, na tese desenvolvida por Marx e Engels (1999) de que não se trata de uma instância neutra e vazia, mas de um complexo contraditório, que tem sua origem na necessidade do capitalismo e manter sua hegemonia.

Sendo assim, reconhecer a necessidade de lutar pelo acesso a direitos necessários para a emancipação política da classe trabalhadora não deve impedir de observar os limites, quando o debate se dá em torno da superação da sociedade capitalista. A construção de um Sistema Protetivo, principalmente na realidade de um país periférico como o Brasil, em que o Estado, mais do que em outras realidades, transpõe seu caráter burguês: pauta-se na construção dos direitos sociais, mas sem sair da esfera individual, usando do mecanismo da psicologização, para camuflar o interesse político de manter a hegemonia dominante. Corroborando com essa análise, Gomes (2013, p. 103) ressalta:

Em sua particularidade, o direito na sociedade capitalista representa o ideal de uma sociedade que estabelece o contrato como uma relação individual, equiparando no plano formal o trabalhador como homem livre, ou sujeito de direito, o que permitiu a negociação entre o capital e trabalho, superando, assim, as formas pré-capitalistas de escravidão-mercadorias, contidas no direito escravista e feudal.

Por conseguinte, a busca pela efetivação dos direitos sociais deve ser compreendida através de mediações que deem conta de realizar a interface entre o

particular e o universal. Não se trata de algo estanque e sim dialético, que depende do poder organizativo dos trabalhadores, na correlação de forças com as determinações do modo de produção capitalista.

A realidade brasileira já define em seu nascituro a forma restrita do Sistema de Proteção Social que se visualiza na Seguridade Social, com as Políticas de Saúde, Assistência Social e Previdência. O reconhecimento das expressões da “questão social” pelo Estado indicou a saída da esfera privada para a esfera pública, mas, de fato, as ações estatais não romperam com a dinâmica da via privada, que deveria ocorrer na coletividade dos direitos sociais e não com a incorporação dos indivíduos nesse processo, os responsabilizando pelas problemáticas advindas da contradição capitalista.

Dentre as Políticas que compõem a Seguridade Social brasileira, a Assistência Social carrega peculiaridades que representa as problemáticas da instituição dos direitos sociais presentes na realidade brasileira, via intervenção estatal. Carrega todo o ranço do favor, da ajuda, da benevolência, ou seja, do caráter solidário dado ao tratamento da desigualdade social ao longo dos anos. A sua inserção enquanto uma política da Seguridade Social representa a tentativa de tratá-la como direito e não como favor, no entanto, a sua materialização consiste um projeto inconcluso, devido ao contexto e espaço que passou a ocupar em face do processo de sucateamento das Políticas Sociais.

A fragilidade do Sistema de Proteção Social brasileiro minado pela lógica neoliberal tarda o processo de reconhecimento da Assistência Social como Política Pública a ser materializada pela gestão do Estado. A prova dessa realidade é o período tardio do marco legal da Assistência Social, que se torna Lei Orgânica, em 1993; a operacionalização dessa Política ocorreu em 2004, no governo Lula, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); e a efetivação enquanto sistema organizado pela tipificação dos serviços socioassistenciais, aprovada apenas em 2009, vinte e um anos após a promulgação da Constituição Federal.

A Política de Assistência Social é, dentre as Políticas que compõem a Seguridade Social, a que não oferece vias lucrativas para o capitalismo, como na Previdência Social e na Saúde. Todavia, ela tem um importante papel para a manutenção do exército industrial de reserva, pois é dela que vem a garantia dos

mínimos sociais, necessários para a reprodução da vida social, ao menos, em seu sentido biológico.

A problematização realizada por Sposati (2013) sobre a Seguridade Social possibilita traçar elementos analíticos importantes para o debate sobre a Política de Assistência Social. Um dos pontos de tensionamento discutido pela referida autora trata da não consolidação da responsabilidade estatal no trato das mazelas sociais, implicando em um traço *mix* entre o público e o privado. Para a Assistência Social significa o não rompimento com o seu caráter assistencialista, uma vez que o campo privado, individual, não a tratará como direito, mas como uma necessidade de servir ao outro, por meio de ações de benevolência.

Soma-se a essa constatação, o incentivo ao empreendedorismo dos sujeitos e o trabalho com o “protagonismo” que permeiam a Política de Assistência Social como centralidade; e apesar dos esforços significativos daqueles que operam essa Política de se distanciarem desses discursos e da perspectiva do “empoderamento” que enaltecem o individualismo burguês e o princípio da meritocracia que acabam por responsabilizar os sujeitos “vulneráveis” pelos reflexos da contradição capitalista, reforçando as características do modelo paternalista, patrimonialista e coronelista da colonização brasileira.

Dentre os diversos intelectuais (MOTA, BOSCHETTI, PEREIRA, SILVA E SILVA, SPOSATI, YAZBEK, RAICHELIS, COUTO, dentre outros) que estudam, debatem e pesquisam sobre a Política de Assistência há um ponto em comum, que se coloca como central: a defesa intransigente pelo reconhecimento da Assistência Social como Política Pública de direito, de ser a Proteção Social de responsabilidade do Estado, e de se constituir uma mediação entre Trabalho X Capital, amortizando os efeitos da desigualdade social.

Essa luta contribui para que a Assistência Social possa ser vista, assim como são a Saúde e a Previdência dentro da Seguridade Social, um direito dos sujeitos sociais, distanciando sua efetivação da noção de ajuda e do favor que favorecem a culpabilização daqueles que dela usufruem como sinaliza Couto (2015, p. 669):

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e descolando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalistas. Não

raro é possível ouvir argumentos da opção dos sujeitos pela pobreza, pela falta de condições. Recai sobre eles a culpa pela sua precária situação, da mesma forma que a sua redenção, bastando para isso esforço e dedicação.

A Política de Assistência Social carrega em seu cerne as nuances da contradição que fecundam as ações estatais, uma vez que o tensionamento ocorre justamente na lógica de atendimento do Estado burguês, ou seja, da garantia de acesso aos direitos sociais por meio de um mecanismo que tem direcionamento no enfrentamento da luta de classes. Portanto, a Assistência Social é um campo minado desde seu nascimento pelas raízes do individualismo e da moralização, que se sustentam pela corrente ideológica do conservadorismo. Não se trata apenas de sua operacionalização, mas da própria forma organizativa legal que possui caráter dual (híbrido), destoando da defesa dos trabalhadores pelo acesso universal dos direitos sociais, exigindo um esforço de ressignificação dos seus princípios, para que sua materialização contribua para a emancipação política dos sujeitos sociais.

Compreender e debater as problemáticas em torno da Política de Assistência Social não desmerece os seus benefícios para a luta social da classe trabalhadora, como mecanismo de mediação para amenização das desigualdades sociais. Contudo, contextualizar essas problemáticas contribuem para divisar os desafios e limites, quando se trata de pensar uma sociedade anticapitalista que se pauta nos direitos universais e não individuais.

A formulação e a materialização da Política de Assistência Social apresentam como parâmetro a psicologização. Em face dessa constatação, torna-se preciso elencar pontos de discussão que a tradição marxista levanta sobre o caráter psicologizante da Assistência Social.

Primeiramente, chama-se atenção para a centralidade dada à família, no direcionamento imprimido no texto da legislação jurídica, que se materializa na responsabilização familiar pelas problemáticas que a perpassam. A centralidade na família, mesmo com o objetivo de emancipá-la social e economicamente, acaba por desvincular a problemática social da verdadeira origem, que é a Lei Geral da Acumulação Capitalista, ao responsabilizar os indivíduos, principalmente quando os gestores da Política não conseguem propor uma análise sobre as determinações do sistema capitalista e foca o trabalho em ações pessoais, como: “falta de estudo”,

“preguiça de procurar trabalho”, “é preciso ter esforço para crescer na vida”, dentre outras falas preconceituosas, meritocráticas e moralistas.

Desloca-se do debate a luta por investimentos e acesso à riqueza socialmente produzida. Incorpora-se a ideia de a política de assistencial social ter apenas um papel residual, compensatório e dirigido somente a uma parcela da população incapaz de se sustentar por si própria. Reatualiza-se nessa perspectiva o entendimento da política como resposta a incapacidades individuais que devem ser parametradas, com imposição de metas que demonstrem o “envolvimento” positivo tanto dos sujeitos que buscam atendimento na política de assistência social como dos trabalhadores que executam o trabalho. A noção de que algo está “errado” com essas famílias e que é preciso identificar sua responsabilidade sustenta práticas invasivas e moralistas. (COUTO, 2015, p. 673-674).

O debate sobre a matricialidade familiar na Política de Assistência Social expõe as dificuldades de trabalhar com famílias na perspectiva de propiciar o “protagonismo” a “autonomia” dos sujeitos. Na verdade, o Estado não possibilita sequer os mínimos para a suspensão da pobreza relativa, uma vez que a superação da pobreza estrutural está associada à existência do capitalismo. Associa-se a essa problemática, o tratamento primordial aos conceitos de vulnerabilidade social e risco social, que se traduzem na ênfase pelas condições de qualificação e de moradia dos sujeitos, como explicação para a precária situação de vida.

A dualidade das Políticas Sociais e da sua serventia na sociedade burguesa, que é de mediar a relação contraditória advinda da socialização da produção aos trabalhadores e da concentração da riqueza pelos burgueses, exige que sejam pensadas estratégias que possam suspender o cotidiano, de modo que a funcionalidade das Políticas Sociais sejam utilizadas para benefício da emancipação política da classe trabalhadora. Assim, distanciar-se do caráter psicologizante dado às Políticas Sociais, na qual a Assistência Social se inclui, é uma tarefa constante de distanciar-se da esfera privada para aproximar-se da esfera pública, em buscar de trabalhar o acesso aos direitos sociais lado a lado com a defesa da centralidade do trabalho, como retoma COUTO (ib., p. 674),

Outra característica está desenhada na esfera da vida privada das famílias como explicação para problemas estruturais vivenciados pela classe trabalhadora. Para isso tem contribuído um fenômeno tratado como a psicologização das relações sociais. Reforça-se nesse âmbito a culpabilização/ responsabilização dos indivíduos pelas mazelas

impostas pelo sistema. Nesse terreno, a identificação dos “problemas sociais” como campo da relação privada das famílias desconstitui a possibilidade de trabalhar o campo do embate necessário para ampliar o acesso à proteção social. Recai-se na lógica de que basta “reintegrar” famílias, trabalhadores na ótica da sociedade capitalista, para promover o “bem-estar”.

Evidentemente, o trato dado à Política de Assistência Social corresponde a projetos societários de disputa pela hegemonia, que envolve o gerenciamento pela via do debate sobre o fundo público, ou seja, sobre o financiamento das Políticas Sociais, chamando para a responsabilidade aqueles que representam o poder da classe burguesa. O direcionamento da forma em que se estrutura a Assistência Social no Brasil, como fato histórico, dependeu e dependerá do poder de barganha da classe trabalhadora na disputa junto aos representantes do povo.

A tarefa da sociedade é refletir sobre a atuação do Estado frente às expressões da “questão social”, tendo a Política de Assistência Social como ponto de partida, assim como uma reflexão crítica sobre a psicologização ser algo inerente à função do Estado na sociedade capitalista e atentar para o fato de os partidos políticos, enquanto representantes direcionam a ação estatal com esse fim?

A compreensão dos Planos e Programas de Governo⁷, desde o processo de reabertura democrática até o governo de Temer (1990-2016), permitirá apresentar e analisar criticamente dentro de um panorama histórico as ações governamentais na materialização da Política de Assistência Social, o que se espera contribuir para a realização de mediações que perpassam pela superestrutura e infraestrutura da sociedade capitalista contemporânea.

⁷ Dentre os governos civis pós-Ditadura, deixa-se de analisar o governo Sarney que nada fez politicamente para aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), só ocorrida em 1993; bem como o tratamento inexpressivo dado à Proteção Social em seu falacioso slogan de governo “*Tudo pelo social*”.

3 ANÁLISE DOS RECENTES PLANOS/PROGRAMAS DE GOVERNOS: Estado, Questão Social, Luta de Classes na Análise do Fenômeno da Psicologização

A fase do capitalismo maduro, também conhecido como capitalismo tardio ou contemporâneo, trouxe questionamentos aos estudos embalados pela tradição marxista. A forma como o capitalismo passou a se reproduzir, pela via da tecnologia e com um Estado à disposição de negociar com o antagonismo das classes, proporcionou fôlego para eleger o sistema burguês como a única saída, como o campo vitorioso, em que se naturalizam suas expressões mercantis e desumanas.

Esse contexto exigiu/exige recuperar os elementos investigados por Marx, que refutam a ideia de que a sua análise e da sua tradição, vinculam-se apenas, ao campo econômico. O caráter e a natureza do sistema capitalista foram desvendados pelos estudos de Marx, mas a compreensão dos elementos que se reconfiguram na contemporaneidade é tarefa atual, sobretudo da academia, dos partidos políticos, dos sindicatos, dentre outros atores sociais. Tarefa esta que requisita a compreensão dos aspectos culturais, sociais, políticos da superestrutura do capitalismo, que se reorganiza para manter a sua essência contraditória e destrutiva.

O fenômeno da psicologização é elemento da fase madura do capitalismo, do ápice em que a relação entre o Capital e Trabalhadores, exige uma reação do Estado que não seja puramente punitiva, mas integrativa, que possa beneficiar, ainda mais, a reprodução da lógica lucrativa do capital, trazendo os trabalhadores para o ciclo reprodutivo da mercadoria, não apenas no processo da produção, como na circulação e realização da mercadoria. Tratar desses aspectos é estar atento à forma da materialização do Estado pela via do campo político.

Diante do recorte analítico da presente pesquisa, cujo objeto de estudo se configura no debate da Psicologização na Política de Assistência Social, parte-se do contexto da reabertura democrática com a promulgação da Constituição de 1988, enquanto recorte temporal em que o Estado brasileiro é chamado a intervir, por meio de Políticas Sociais, nas expressões da “questão social”. Para tanto, recorre-se aos Planos ou Programas de Governos que sucederam a promulgação da Carta Magna, a partir das categorias de análise que perpassam este objeto investigativo: Estado, Questão Social, Luta de Classes.

3.1 OS PLANOS/PROGRAMAS DE GOVERNOS: elementos para compreensão da construção da Política de Assistência Social no Brasil

Não há como abordar o processo de reabertura democrática brasileiro sem pensar o período que antecedeu, ou seja, o marco ditatorial. Apesar de haver uma determinação histórica para o fim do regime militar, esse processo não se deu rapidamente e nem tão pouco de forma linear e harmoniosa.

Chauí e Nogueira (2007) ao analisarem esse momento, afirmam que o espírito que rondava a realidade brasileira a partir de 1974 era de uma possível crise de legitimidade do sistema e do vazio de poder. A crise que se instaurava no sistema militar tinha como um dos pontos centrais de debate daquela época, segundo essas autoras, era que as lideranças do poder burguês estavam atentas às formas de manutenção do que foi construído politicamente durante a ditadura. Ademais, debatiam-se outros temas, como o autoritarismo na América Latina, as questões envolvendo a democracia e o socialismo e, por fim, os aspectos da ideologia dominante e o papel da luta de classes. Esses eram assuntos que pairavam em torno tanto da direita, quanto da esquerda e passavam a definir as estratégias políticas para o fim do regime ditatorial.

Acerca desse período de transição, elucidam-se ainda nas análises realizadas por Chauí e Nogueira (ib., p. 198), que não havia apenas a preocupação em derrotar o sistema ditatorial, como o que seria feito quando isso acontecesse. A preocupação estava presentes em ambos os lados, tanto da direita quanto da esquerda, que particularmente, pensavam como “[...] recomposição e alargamento do sistema político, de incorporação e integração social, de expansão e consolidação da democracia em sentido amplo”.

O pensamento da esquerda era de pensar uma democracia representativa, que rompesse com a concepção liberal corporativa e instituisse algo real para o povo. Esse era um debate realizado por aqueles que se inseriam no debate político, como expressão dos movimentos estudantis e de categorias profissionais.

[...] aquele pensamento voltava-se para o tema da representação política, procurando consolidar uma reflexão que fosse crítica da ideia liberal de representação, mas que também se mostrasse capaz de negar e ultrapassar a ideia imperativa ou vinculada de representação, mais típica de certas variantes da esquerda. Buscava-se estabelecer uma ideia de representação entendida não de maneira corporativa e, portanto, não segundo o princípio que advoga que o representante

deve se comportar e agir de acordo com instruções recebidas de quem o elegeu, mas de acordo com uma ideia política de mandato. Buscava-se pensar a representação, mediante a fórmula italiana da “democracia de massas”, na qual a participação era concebida como ocupando um papel central na formatação de um novo sistema representativo que, por ela, seria “alargado” e revigorado. (CHAUÍ, NOGUEIRA, 2007, p.199)

A via pela política se colocava como a mais sensata para o momento, uma vez que as tentativas de enfrentamento direto haviam sido reprimidas duramente pelo regime. Além disso, não havia elementos que indicassem uma revolução de massas, por isso a estratégia encontrada foi a organização política com o intuito de ocupar os espaços para, assim, modificá-los. Chauí e Nogueira (ib.,) afirmam que a esquerda se ancorou nas ideias de Gramsci para pensar a direção política de enfrentamento da ditadura e a construção de algo novo dentro da sociedade capitalista.

A versão brasileira da democracia progressiva, portanto, não se voltava somente para o bom funcionamento do sistema político ou para a colocação em prática de operações que promovessem maior sintonia entre governantes e governados. Seu sentido principal estava dado pela busca da reforma social na legalidade democrática, pela ativação de uma dialética Estado/sociedade que fizesse de cada conquista a base e o impulso para novas e mais importantes conquistas sucessivas, à imagem e semelhança de um processo reformador radicalizado e permanente. Precisamente por isso, política e cultura estavam destinadas a caminhar juntas, uma alimentando a outra. (ib., id., p. 201).

Adotar o caminho da democracia demandava a reorganização partidária, que sofreu influência do marxismo italiano, do eurocomunismo, da socialdemocracia alemã e do liberal-socialismo de Norberto Bobbio. Desse momento, resultou a reorganização do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

O debate sobre o processo de redemocratização ou democratização é complexo em terras brasileiras. Chauí e Nogueira (ib.,) chamam atenção para o fato de que as demarcações históricas servem apenas a título de análise, mas não explicam a incompletude da instituição da democracia no Brasil, que vivenciou momentos de avanço e retrocessos associados. O que se pode categorizar é que, a organização política à época colocou fim ao governo organizado de forma ditatorial, entretanto, não se pode afirmar que as táticas para a instauração de uma democracia, nos moldes como a esquerda vinha defendendo, foi instaurada com

sucesso, basta se observar a realidade atual dos últimos episódios de profundos retrocessos na política brasileira.

Certamente, os anos de 1970 não eram um cenário positivo para a esquerda. Mundialmente, o capitalismo se reorganizava e urdia uma “nova” lógica organizativa para os países de economia dependente, como o Brasil. A ideologia socialista vivia a crise do socialismo real e assim, os avanços da esquerda brasileira pareciam caminhar contrários à ordem mundial do capitalismo. Contudo, não tardou para que os efeitos da ordem globalizada chegassem e tornassem inconcluso o processo de consolidação da democracia como a esquerda brasileira havia pensado e debatido.

Nesse cenário, concordando com a análise desses estudiosos que apontam o processo de reabertura democrática brasileira como algo complexo e inconcluso, passa-se a dialogar com os planos/programas dos governos que foram eleitos por eleições diretas a partir dos anos de 1990. A análise se apresenta de forma introdutória, cujos debates são aprofundados nos tópicos seguintes.

O primeiro governo eleito por meio do voto direto foi o de Fernando Collor de Melo (1990-1992), na época, ele era filiado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN). O programa de governo, aliás Projeto, apresentado por Fernando Collor de Melo baseia-se no discurso pronunciado pelo próprio no parlatório do Palácio do Planalto, em 15 de Março de 1990, e, posteriormente, transcrito pela Imprensa Nacional, intitulado **“O Projeto de Reconstrução Nacional e o Compromisso com a Democracia”**, publicado com uma tiragem de cinco mil exemplares, em dezembro do mesmo ano.

A centralidade desse Projeto estava na defesa pela manutenção do Estado Democrático, na perspectiva da modernização do país, visando inseri-lo nos formatos da plataforma internacional da economia.

O Projeto do Governo de Collor de Mello pontua dois grandes tópicos: o primeiro denomina-se o Projeto de Reconstrução Nacional com uma série de sub tópicos, a saber: Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia; Estatização monetária e financeira: prioridade absoluta; Modernização econômica pela privatização e pela abertura: a esperança de completar a liberdade política com a liberdade econômica; Diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e à expansão do mercado, o imperativo ecológico; Libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça; É preciso

buscar fórmulas novas de inserção do país o mundo; Dívida: pagar depois de garantido o nosso desenvolvimento econômico. E como segundo tópico intitulava-se o Compromisso com a Democracia.

A seguir, apresenta-se o Quadro que demonstra a centralidade programática de cada governo pós-processo de reabertura democrática brasileira.

QUADRO 03 – Planos/Programas dos Governos pós-processo de reabertura democrática brasileira. Brasil, 2019.

PRESIDENTES	Fernando Collor de Melo	Itamar Franco	Fernando Henrique Cardoso		Luís Inácio Lula da Silva		Dilma Vana Rousseff		Michel Temer
PARTIDO	PRN	PMDB	PSDB		PT		PT		PMDB
ANOS	1990-1992	1992-1994	1995-1998	1999-2002	2003-2006	2007-2010	2011-2014	2014-2016	2016-2018
PLANOS/ PROGRAMAS DE GOVERNO	O projeto de Reconstrução Nacional	Não há plano	Mãos à obra, Brasil: Proposta de governo	Avança, Brasil: proposta de governo	Programa de governo: Coligação Lula presidente	Lula Presidente programa de governo 2007-2010	Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira	Mais mudanças, mais futuro	Uma ponte para o futuro
MODELOS DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA SOCIEDADE	Neoliberal	Neoliberal	Neoliberal		Social Liberal		Social Liberal		Neoliberal
ORIGEM DO PLANO	Pronunciamento oficial publicado	Não há plano	Plano apresentado ao TSE		Plano apresentado ao TSE		Plano apresentado ao TSE		Plano da fundação Ulysses Guimarães
LOCAL PARA CONSULTA	Biblioteca da Presidência da República Online	Não há plano	Biblioteca Virtual do Centro Eldestein		Biblioteca Virtual da Fundação Perseu Abramo		Biblioteca Virtual da Fundação Perseu Abramo		Biblioteca Virtual da Fundação Ulysses Guimarães
DISCUSSÃO SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	NÃO	NÃO	NÃO		SIM		SIM		NÃO

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Os principais temas abordados no Projeto de Governo de Collor podem ser visualizados no Quadro 3 que são expressados em trecho do seu discurso seguinte:

Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o

desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo (BRASIL, 1991, p.11),

Maciel (2011) traz elementos importantes para analisar o governo de Fernando Collor de Melo. Para esse autor, Collor representava a união da direita brasileira, sendo o escolhido para representar os interesses do grande capital, por meio da ideologia neoliberal, em um período marcado pela disputa da garantia da consolidação do capital internacional, em contraposição à materialização da Constituinte, promulgada anteriormente ao seu governo. A falácia do seu projeto econômico e a dificuldade de mediar o conflito entre as classes, o que era ainda muito latente, levaram ao seu impeachment, em 1992, assumindo a presidência do Brasil, o seu vice, Itamar Franco (PMDB).

Apesar de não ter um programa de governo de destaque, haja vista que assume em um processo de impeachment, Itamar sanciona em 07/12/1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS 8.742/1993), instituindo a Assistência Social como: “[...] direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. (BRASIL, Presidência da República, Loas, 1993, p.1)

A instituição da LOAS foi um avanço importante para ponderar sobre a Assistência Social como uma política de Estado, com objetivos, princípios e diretrizes definidos. A construção da LOAS contou com a participação massiva dos movimentos sociais da época, que desde o processo da instauração da Seguridade Social vinham realizando um amplo debate comunitário sobre a criação de um arcabouço legal para a Política de Assistência Social. No entanto, mesmo com a LOAS promulgada, não se visualizava, nos dois mandatos posteriores, a efetivação da Assistência Social, o que seria redimensionada a partir dos governos petistas. (SPOSATI, 2013).

O sucessor do governo de Itamar Franco foi superministro (das Relações Exteriores e da Fazenda), Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995-1998. Assumiu posicionamento de destaque em nível nacional e internacional e coordenou economicamente os direcionamentos econômicos, concretizados ainda no governo de Itamar, com o Plano Real (1994) que equilibrou a economia nacional, um dos imperativos da classe burguesa. A ênfase do 1º governo de FHC deu-se pela

participação ativa na economia, na intencionalidade da tão almejada racionalização monetária que conduziria o controle inflacionário.

Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo Partido da Social Democracia brasileira (PSDB), apresentou a sua proposta ainda em 1994, publicada e divulgada mais tarde, em 2008, pelo Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, no Rio de Janeiro/RJ, intitulado **“De Mãos à Obra, Brasil: Proposta de governo”**. Esse documento possui 131 páginas e está disponibilizado na Biblioteca Virtual do Centro Eldestein e em indexadores virtuais tal como o SciELO books.

O governo FHC consolidou as propostas de continuidade da política neoliberal, inserindo mais incisivamente a desresponsabilização Estatal no campo social e investindo nas privatizações e lógicas individualizantes. Os estudos de Behring (2009) apontam esse governo como sendo um dos mais perversos para a materialização da lógica neoliberal por meio da privatização, terceirização e desregulamentação do trabalho. Essa lógica neoliberal seria materializado no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, em 1995, que a referida autora chamou de contrarreforma do Estado.

O programa de governo de FHC pauta cinco grandes capítulos que se subdividem em temas defendidos em sua plataforma: o primeiro deles denomina-se *Um novo projeto de desenvolvimento*; o segundo intitula-se *A construção do novo país* que traz tópicos sobre financiamento do desenvolvimento, infraestrutura e integração ambiental, além do programa setorial de investimento, energia, telecomunicações, transportes, política industrial e de comércio exterior, ciência e tecnologia e política externa; no terceiro capítulo existem as cinco metas prioritárias e setores complementares do governo, sendo subdivididos em agricultura, educação, emprego, saúde, segurança, habitação, saneamento e turismo; no quarto capítulo versa integralmente sobre a Reforma do Estado, pautando-se na reforma administrativa, reforma fiscal, previdência social e privatização; e, no último dos capítulos traça a parceria Estado-Sociedade, subdividindo em cultura, meio ambiente, pobreza e fome, criança e adolescente, mulher, negros, índios, portadores de deficiência, terceira idade e esporte. Em anexo, encontram-se dois adendos: *O Real e o Sonho* e *Reforma e Imaginação*.

Nas metas prioritárias citadas são: Agricultura, educação, emprego, saúde, segurança, habitação, saneamento, turismo, no entanto, a assistência social não é

assinalada. Discussões de cunho “social” são inseridas no capítulo V sobre a parceria do Estado-sociedade através de pautas descentralizadas, acima arroladas. Com introdução à ênfase ao identitarismo sob a defesa das minorias que se sobrepõe ao argumento mínimo de classes sociais, sobreposto pela ideia de cidadania em Collor de Melo.

Apesar dos desafios de instituir a correlação de forças entre as classes antagônicas, FHC consegue atender os interesses do grande capital. Seu governo proporcionou a internacionalização do capitalismo no Brasil, por meio das privatizações das principais nacionais brasileiras. No processo eleitoral seguinte, seu nome foi indicado novamente como candidato à reeleição, com uma nova proposta de governo, que propunha oferecer continuidade da sua gestão.

Trata-se de uma proposta do ano de 1998, publicada e divulgada de forma resumida também pelo Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, em 2008, no Rio de Janeiro/RJ, intitulado “**Avança, Brasil: proposta de governo**”. Esse documento analisado integra 172 páginas e também disponibilizado na Biblioteca Virtual do Centro Eldestein e em indexadores virtuais, como o SciELO books.

A proposta de governo **Avança, Brasil** encontra momento oportuno, vez que FHC, como candidato reeleito, já havia constituído bases políticas e culturais que subsidiariam sua nova investida. Defendia a continuidade da modernização brasileira através da inserção na economia internacional pelas vias do neoliberalismo e inseria elementos individualizantes e psicologizantes em seus projetos.

A divisão realizada pela proposta de governo se dividiu numa apreensão introdutória denominada *Um novo Estado para uma nova sociedade* que apresentava as diretrizes básicas do programa de governo que contemplava quatro principais objetivos, quais foram: o primeiro deles seria - Consolidar a estabilidade econômica, com discussão sobre o real e o impulso do crescimento, a herança do passado inflacionário, os rumos do real: horizontes da política econômica e política externa para o desenvolvimento. O segundo objetivo buscava promover o crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda, com intencionalidade de crescer e gerar empregos: as bases do desenvolvimento sustentado, investimento e crescimento regional e setorial e conhecimento, qualificação e melhoria do perfil educacional. O terceiro objetivava eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda, com

propostas de universalizar o alcance e melhorar a qualidade dos serviços sociais básicos, ações focalizadas nas áreas críticas, os novos Nordeste, revitalizar renovar e melhorar a qualidade de vida urbana e um novo mundo rural. E o quarto e último objetivo visava consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos, o qual detém em sua estrutura a modernização do Estado, a reforma política, reformas do judiciário, a defesa nacional como fator de consolidação da democracia e do desenvolvimento, a política de segurança e defesa da pessoa, a promoção da cidadania e a participação e responsabilidade social. O documento finaliza com algumas considerações, nomeadas de *Avança, Brasil*.

Assim como as propostas de governos antecessores, a proposta de governo FHC não contempla a Política de Assistência Social, apenas ações programáticas com ênfase em “áreas críticas”. Durante todo documento muito evidencia a assistência, mas a utilizando para referir-se à assistência farmacêutica, hospitalar, educacional. Entretanto, Assistência Social nos devidos termos e condições formais do conceito dessa palavra, atesta-se apenas o direcionamento num formato introdutório em alguns parágrafos do tópico “ações focalizadas nas áreas críticas”.

As ações na área da assistência vêm sendo ampliadas, conjugando de forma articulada a concessão de benefícios e a oferta de serviços sociais a seus beneficiários. Sem se afastar da idéia central da universalização, reforçou-se a seletividade e o foco dirigido, na montagem dos programas sociais. No plano institucional, essas estratégias permitiram descentralizar os programas governamentais, bem como a formação de parcerias entre entidades públicas e privadas. Mais do que isso, introduziram a noção de prioridade da agenda social como compromisso da União, estados e municípios. (CARDOSO, 2008b, p.94)

Existe a defesa da ampliação da Assistência Social, mas não como Política Social inclusive em diversos momentos sendo submissa a políticas consolidadas:

Os compromissos do governo do presidente Fernando Henrique, em relação à criança de até seis anos, estão firmemente fundados na educação, assistência social, saúde e participação das famílias e comunidades. Na área da assistência social, as ações sempre serão orientadas de acordo com as demais áreas do governo, em especial educação e saúde. (Ib., Id.)

Registra-se um fato curioso: é que ao procurar diretamente por Política de Assistência Social no referido documento, depara-se com: Política de assistência à

criança, com ações puramente da saúde e da educação e política de assistência farmacêutica, também vinculada à Saúde. Draibe (2003) chama atenção para o Programa Comunidade Solidária⁸, instituído no primeiro governo de FHC, coordenado pela esposa, Ruth Cardoso. Esse programa apresentava um caráter atribuído ao social pelo governo, que mesmo estando em vigor a LOAS, foi ignorada como política social, uma vez que essa proposta se baseava nitidamente, no caráter da benevolência como uma forma de materializar a Assistência Social.

Essa autora discute a proposta apresentada no documento “Uma Estratégia de Desenvolvimento Social”, onde se encontra o debate sobre a Política Social no governo de FHC. A análise do documento explicita a ausência do debate mais profundo sobre a Política de Assistência Social, pois o foco estava em políticas de promoção ao bem-estar, estando, por vezes, os elementos que deveriam ser acoplados na Política de Assistência Social, mas foram operacionalizados pelas demais Políticas da Seguridade Social.

O campo de proposta é delimitado: a política social tratada no documento é a que se destina a garantir o direito social, a promover a igualdade de oportunidades e a proteger os grupos vulneráveis. Não abrange, portanto, os outros programas públicos sociais ou de impacto social, restringindo-se aos voltados “mas diretamente para políticas de bem-estar e promoção social que são –seguindo a tradição internacional – as áreas de educação, saúde e nutrição, previdência social e seguro-desemprego, trabalho, habitação e saneamento”. (DRAIBE, 2003, p 72).

Apesar da ausência do debate de forma direta, destacam-se como avanços da institucionalização da Política de Assistência Social, previstos na LOAS: a criação do Conselho Nacional de Assistência Social (Conanda), o Fundo Nacional de Assistência Social, os conselhos e os fundos estaduais e municipais. Além de registrar a criação de uma incipiente rede social, com destaque para o Bolsa-escola, Agente Jovem, Auxílio-gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e implantação do Cadastro Único.

Até então, todos os governos que assumiram a Presidência da República do Brasil, pós-processo de reabertura democrática, não avaliavam ou não traziam como centralidade o desenvolvimento econômico atrelado ao desenvolvimento social, esse último era visto como uma necessidade, puramente, de controlar os anseios da classe

⁸ Houve também a instalação dos Programas: Comunidade Ativa e o Projeto Alvorada.

trabalhadora. Percebe-se nas propostas ora elencadas, um distanciamento da Seguridade Social, instituída em 1988 pela Constituição Federal. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil era, sem dúvida, a maior preocupação desses governos, que se valiam do neoliberalismo para seguir a tendência imposta pelos organismos internacionais aos países de economia dependente.

Essa realidade acarretou, por outro lado, na latência da pobreza, nos altos índices inflacionários, no aumento do desemprego, no alto grau de mercadologização das Políticas Sociais que tinham caráter focalista. Quanto à Política de Assistência Social não se consolidou e continuava a ser tratada pelo viés da caridade, da filantropia, sendo utilizada para socorrer aqueles que o mercado não conseguia incorporar. Já a Política de Saúde, passava a ser sucateada, em um processo seguido de valorização da coisa privada, incentivando a privatização, não gerindo bem o SUS. A Previdência continuava restritiva àqueles que podiam contribuir e estava atrelada, sobre medida, às reformas do mundo do trabalho.

O contexto em que se situava as eleições de 2002 era do visível descontentamento com os formatos políticos utilizados, no campo dos indicadores sociais visualizava-se 14% da população brasileira na linha internacional de extrema pobreza, com 12,4% de analfabetos e uma dívida mobiliária de R\$ 600 bilhões ou aproximadamente 38,2% do PIB (PNAD/IBGE apud PEREIRA, 2006) entre outros inúmeros fatores referentes ao desemprego, desigualdade social, precário acesso aos serviços de saúde e educação.

Na perspectiva do contraditório e da dialética, a precariedade da vida da classe trabalhadora, somada às alianças realizadas pelo Partido dos Trabalhadores, possibilitou Luís Inácio Lula da Silva (Lula) chegar ao poder, com sua proposta central de acabar com a fome do Brasil.

A proposta apresentada pelo Partido dos Trabalhadores fora intitulada **“Programa de Governo: coligação Lula Presidente”**, divulgada pelo Comitê Lula Presidente. Esse documento possui 73 páginas e disponibilizado virtualmente nos arquivos do Blog do Fernando Rodrigues, na coluna política do site do UOL. Existe também um arquivo referente a diversos planos de governo construídos pelo PT no site da Fundação Perseu Abramo.

O governo Lula colocava-se como alternativa oposta ao preconizado por FHC, fazendo parte da coligação adversária ao PSDB no pleito de 2001. O presidente Lula

advinha historicamente do PT e de movimentos sociais ligados a posicionamentos políticos à esquerda, inclusive arrolando questões polêmicas dentro do cenário político nacional, tal como a desprivatização.

O Programa de Governo “Coligação Lula Presidente” dividiu-se em quatro grandes tópicos: o primeiro denominado “Crescimento, emprego e inclusão social”, em que discute especialmente economia, política externa, Justiça ambiental, emprego e o programa de reformas (agrária, tributária, previdência, trabalhista e política). O segundo intitulado “Desenvolvimento, distribuição de renda e estabilidade”, debate os pressupostos econômicos e sociais da condição brasileira e, posteriormente, apresenta o novo modelo que será utilizado para o desenvolvimento, destacando o social. O terceiro tópico trata da inclusão social, em que são apresentadas as propostas para Políticas Sociais, renda mínima, educação, saúde e a assistência social. No quarto tópico há a discussão sobre Infraestrutura e desenvolvimento sustentável, com subtópicos que contemplam mobilidade urbana, transporte, projetos para moradia, desenvolvimento regional, saneamento, energias, combustíveis, Meio ambiente, tecnologia da informação e telecomunicações.

Evidenciada em seu programa de governo, a política “lulista” tinha como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico, conjuntamente com o desenvolvimento social, através de programas e projetos sociais, com destaque para os programas de transferência de renda, inseridos na Política de Assistência Social.

No primeiro mandato do governo de Lula (2003-2006), constituiu-se como avanços para a Política de Assistência Social a formulação da Política Nacional de Assistência Social (2004), a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS-2005), a Norma Operacional SUAS (NOB/SUAS 2005) e a Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB/RH 2006). É importante registrar que é apenas no governo de Lula que a Assistência Social ganha um ministério próprio, se desvinculando da Previdência Social.

A diferença crucial entre os governos que antecederam o mandato de Lula está no fato de que a Política de Assistência Social assumir centralidade em seu governo. Pode-se afirmar: sem dúvida, que a Assistência Social foi a “menina dos olhos” dos governos lulistas. Justifica-se essa afirmação ao se elencar os seguintes programas: Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, a tipificação dos programas sociais, instituindo o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à

Família) e PAEFI (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos).

A segunda proposta de governo de Lula, apresentada em 2006, foi chamada de **“Lula Presidente: programa de governo 2007-2010”**. Esse documento possui 34 páginas e disponibilizado virtualmente nos arquivos de programas de governo do PT, situados na página online referente à Fundação Perseu Abramo.

O segundo governo Lula adentra sob um contexto positivo, com indicadores sociais favoráveis para a redução da miséria, estabilização das dívidas mobiliárias e ampla aceitação da população desse modo de governabilidade, além da implantação da Política de Assistência Social e respectiva operacionalização de diversos programas.

A proposta seguiu a linha de conceitos que subsidiavam a proposta anterior e se colocava como alternativa frente à oposição e o seu projeto falido de poder, que não ocasionaria o impulso para a ampliação da reestabilização econômica e social produzida por essa governabilidade.

O documento “Lula presidente programa de governo 2007-2010”, em sua segunda página, expressa uma consideração importante sobre sua nomenclatura e sobre a reafirmação do direcionamento que a proposta se coloca. “O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.”

O programa não apresenta sumário, mas, compreende alguns tópicos, quais sejam: O enfrentamento do atraso; A construção do futuro, compromissos com o povo brasileiro para continuar mudando e Brasil produtivo. Compromissos com o povo brasileiro para continuar mudando e apresenta alguns subtópicos que discutem alguns conteúdos centrais para o programa, tais como: exclusão social, à pobreza e a desigualdade, distribuição de renda e sustentabilidade ambiental, educação massiva e de qualidade, ciência e tecnologia, democracia, segurança, inserção do Brasil no mundo.

Quanto ao tópico Brasil produtivo também apresenta alguns subtópicos que versam sobre: Distribuição de renda, investimentos, reforma agrária, políticas agrícola e industrial, comércio exterior, educação, ciência e tecnologia, cultura, comunicação, trabalho e emprego, energia, minérios, transporte, desenvolvimento regional e urbano, meio ambiente, aquicultura e pesca, violência, turismo, reforma do Estado, Gestão,

previdência, democracia, justiça, direitos humanos, defesa, saúde, desenvolvimento social, segurança alimentar, igualdade racial, mulheres, indígenas, pessoa idosa, infância e adolescência, pessoas com deficiência, GLBT e cidadania, e esportes.

Em um trecho específico trata do “Desenvolvimento Social”, que se vinculava à Política de Assistência Social e aponta como direcionamento a continuação dos programas já existentes, com destaque para o Programa Bolsa Família, “carro-chefe” do seu governo. Nesse Programa de Governo, já foi tratado da necessidade de consolidação da rede socioassistencial a partir dos conceitos de vulnerabilidade social e risco social, pontos que serão posteriormente discutidos.

O legado econômico, político e social alcançado por Lula, apesar de todas as contradições em face da continuidade do projeto neoliberal, fez com que o Partido dos Trabalhadores elegeesse um novo representante, dessa vez, de forma inédita na história brasileira por ser a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Brasil, Dilma Vana Rousseff, em janeiro de 2011.

O contexto em que se situou a candidatura da presidenta Dilma Rousseff era de estabilidade política e econômica proporcionada pelo seu antecessor. Além de integrar o PT, Dilma participou ativamente das duas gestões lulistas, como ministra de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil, portanto na defesa de pautas extremamente semelhantes e expressando a necessidade de dar continuidade aos atos da última gestão de Lula.

Cerca de 14,7 milhões de empregos formais foram criados. O desemprego, que alcançava quase 12% da população economicamente ativa em 2002, foi reduzido para cerca de 6%. Pela primeira vez, o número de trabalhadores formais supera o de informais. Mais de 36 milhões de homens e mulheres ascenderam à classe média e 28 milhões saíram da pobreza. Esse processo ocorreu sem abalos macroeconômicos. A inflação foi mantida sob controle: os índices gerais de preços, que superavam 25% em 2002, hoje estão em torno de 5%. As taxas reais de juros recuaram de proximadamente 20%, no governo FHC-Serra, para cerca de 6% no Governo Lula-Dilma. Em relação ao Produto Interno Bruto, a dívida líquida pública diminuiu de 61% para 41% entre 2002 e 2010. (PLANO DE GOVERNO DILMA..., 2010, p.3)

O Plano de Governo apresentado por Dilma Vana Rousseff tratava de uma proposta apresentada em 2010, intitulado “Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff para debate na sociedade brasileira”, divulgado pela Comissão De

Programa de Governo da Coligação “Para o Brasil seguir mudando”. Esse Documento possui 18 páginas e disponibilizado virtualmente através do arquivo referente a planos de governo construídos pelo Partido dos Trabalhadores, no site da Fundação Perseu Abramo.

Quanto aos “13 Compromissos Programáticos”, importante considerar que houve uma substituição do Programa protocolado junto ao Tribunal Superior Eleitoral no qual se argumentava que as propostas contemplavam pautas específicas do PT estabelecidas em Congresso Partidário, e o novo Documento continha a completude de propostas dos demais Partidos Políticos que compunham a coligação.

As pautas que foram mais radicalmente modificadas ou excluídas da proposta versam em torno do controle midiático e democratização da comunicação social; além de outro trecho que debatia a reforma tributária, enfatizando a valorização da tributação direta, especialmente sobre grandes fortunas. Também sofreram cortes a parte referente à Reforma Agrária, principalmente na centralidade da reforma para o desenvolvimento sustentável e a revogação de atos do governo FHC que criminalizavam movimentos sociais; como também a pauta em torno dos direitos das mulheres, foi retirada por contemplar a decisão da mulher sobre o próprio corpo.

O segundo Programa de Governo apresentado por Dilma Rousseff foi apresentado em 2014, nominado de “**Mais Mudanças, mais futuro**”, elaborado em consonância com as propostas da candidata e do PT com consulta aos movimentos sociais e Partidos aliados. Esse Documento possui 42 páginas e disponibilizado virtualmente no arquivo referente aos Planos de Governo construídos pelo Partido dos Trabalhadores no site da Fundação Perseu Abramo.

O contexto conjuntural do segundo mandato de Dilma (201502018) era de aproximação de crise política. A governabilidade do PT estava abalada com as oposições insatisfeitas em virtude dos escândalos de corrupção ou má administração do recursos públicos. O país havia saído de uma conjuntura internacional de crise, mas ainda conseguia manter algumas de suas características “pseudodesenvolvimentistas” a duras penas.

O Programa de Governo “*Mais mudanças, Mais futuro*” consistiu em um documento dividido estruturalmente em tópicos, a saber: Os 12 anos que transformaram o Brasil; Grandes mudanças, o ponto de partida para mais transformações. Relembra parte da trajetória histórica política brasileira e contempla

as conquistas obtidas no período petista e por fim no tópico *Um novo ciclo histórico* que elencava os compromissos de campanha e as possíveis aplicabilidades para a gestão seguinte.

Os 14 de governos petistas, que englobam os dois mandatos de Lula e um mandato e outro inconcluso de Dilma, com ressalva de suas diferenças organizacionais de planejamento e estratégia, tinham como foco o desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social, em uma perspectiva que os alguns teóricos denominaram de “neodesenvolvimentismo”. Conformava um período de governabilidade que englobou os mais variados segmentos de classes, por meio da manobra do “cidadão consumidor”.

Para buscar o crescimento econômico, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff lançaram mão de alguns elementos importantes de política econômica e social que estavam ausentes nas gestões de Fernando Henrique Cardoso: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juro subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica. (BOITO JR; BERRINGER, 2013, p. 32).

A política neodesenvolvimentista realizava uma conciliação entre as classes de modo atender interesses diversos, sem modificar o ciclo lucrativo do capitalismo, mas pelo contrário, expandido o crescimento econômico.

Em entrevista realizada com Rodrigo Castelo⁹, esse autor afirma que a forma como o Estado, na gestão petista, assume as expressões da “questão social” está vinculado à lógica da ideologia do social-liberalismo, que impulsiona o discurso da equidade, da igualdade de oportunidades por meio dos programas de transferência de renda, e, ao passo que contribuía para o desenvolvimento social, possibilitava a inserção do Brasil no capitalismo internacional.

O caráter da ideologia do social-liberalismo é tratado pelo viés economicista, em que tudo se dá em torno do alcance máximo do econômico e assim, não é diferente

⁹ CASTELO, R. A questão neodesenvolvimentismo e as políticas públicas. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n. 119, p. 583-591, Jul./Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n119/a09n119.pdf> (Acesso em: 13 de Janeiro de 2020).

nas Políticas Sociais, na qual a Assistência Social faz parte. Nesse sentido, a Assistência Social é alocada como um socorro para aqueles que não conseguem acessar os bens sociais pela via do mercado, que é o caminho apontado para ser seguido. Por isso, os investimentos em Programas e Projetos ligados à Assistência Social nos governos petistas objetivavam proporcionar a tão comentada “autonomia ou protagonismo dos sujeitos”, para que eles fossem independentes do Estado e estivessem alimentados pela lógica do mercado.

Nesse aspecto, a Assistência Social não consegue romper com a sua gênese assistencialista porque quando não se materializava por meio das condições de acesso ao consumo, ocorria por meio da troca de favores, mas era exigido o compromisso ético-político daqueles que a operacionalizam para tratá-la como uma Política de Direito, com responsabilidade estatal.

Reconhecer os avanços proporcionados pela chegada do PT ao poder não impede de pontuar a continuidade na política neoliberal, engendrada pelos organismos internacionais. Os elementos progressistas que criaram um estatuto legítimo para a Política de Assistência Social não foram acompanhados pela crítica à estrutura da forma organizativa do modelo de produção capitalista, este seria o único caminho para se pensar a efetivação da Assistência Social como uma política de alcance emancipador.

Enfim, o último documento a ser debatido neste subtópico insere-se no período dos questionamentos realizados anteriormente sobre a periodização do processo de reabertura democrática. O *impeachment* da presidenta Dilma expôs a fragilidade da construção e materialização da democracia brasileira, colocando em alerta a ameaça aos direitos sociais conquistados a duras penas, que até então pareciam ser pequeno diante do que havia para ser conquistado.

O documento intitulado “**Uma ponte para o Futuro**”, norteou o governo interino de Michel Temer, após o golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Consistia em um programa construído pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pela Fundação Ulysses Guimarães no ano de 2015 como proposta de direcionamento político, econômico, social para o Brasil. Esse Documento possui 19 páginas e disponibilizado virtualmente através do Site da Fundação Ulysses Guimarães.

As linhas que registram o Documento apontam para a direção da direita conservadora, cujo caminho era o retorno à política neoliberal sobre o discurso, já desgastado, de que os investimentos no campo social seriam o motivo da crise econômica brasileira. O país não vivenciava apenas uma crise econômica, que era na verdade fruto do movimento do capitalismo internacional, mas também uma crise da política interna, que também era/é fruto das “novas” determinações do grande capital para os países periféricos.

Há muitos elementos por trás do golpe de 2016, entretanto, um dado se destaca: a política de conciliação de classes realizada pelo PT chegava ao fim. A partir de então entrasse em um período de retorno às características mais conservadoras do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro.

O referido Documento se dividia em tópicos de discussão, como: Um retrato do presente; A questão fiscal; Retorno a um orçamento verdadeiro; Previdência e demografia; Juros e dívida pública e Uma agenda para o desenvolvimento. O texto pouco aborda o desenvolvimento social, o foco central era o ajuste fiscal, as reformas econômicas e políticas. A prova desse conservadorismo é a aprovação da Lei (Emenda Constitucional 95) que congelou os investimentos no campo social e as mudanças com a reforma ministerial que pôs fim ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, unindo-o ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Analisar o governo Temer pode parecer tarefa fácil, tendo em vista o curto período e as circunstâncias do seu governo. A importância desse governo está em ter se constituído um governo transitório, de preparação para o que estava por vir, com relação às reformas conservadoras do aparelho do Estado. No campo da Assistência Social, o congelamento de gastos implicou em redução de serviços assistenciais, o que colocou a Política restrita ao campo assistencialista, sobretudo por recuperar a prática do primeiro-damismo na personificação de Marcela Temer.

O “carro-chefe” do governo Temer foi o Programa Criança Feliz, duramente criticado pelos oponentes da esquerda e por todos que estudam a Política de Assistência Social. Evidenciam-se duas críticas a esse programa: a primeira delas é o desvio dos investimentos que deveriam fortalecer a rede de Proteção Social brasileira com os programas e serviços já alocados na tipificação dos serviços socioassistenciais, por meio dos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social); e o caráter

moralista e individualizante desse Programa porque retirava da perspectiva pública para o âmbito privado familiar, o dever de proporcionar o desenvolvimento social das crianças.

Ao proceder a esta análise sucinta dos Programas de Governos pós-reabertura programática, na perspectiva de avaliar a materialização da Política de Assistência Social, comprovou-se a existência dessa Política como direito e direção ideológica emancipadora perpassada por rupturas e continuidades com o trato conservador ao se valer das práticas psicologizantes para retirar o dever de Estado de intervir junto às expressões da “questão social”.

A direção adotada para implementação da Política de Assistência Social possibilita atestar que o Estado não é algo abstrato e neutro, mas sim influenciado por perspectivas ideológicas de governos, que por sua vez representam os interesses antagônicos de classes, dependendo da correlação de forças com a sociedade civil para a sua atuação. Ademais, devem-se considerar que as determinações não são apenas internas, mas externas e que dão corpo ao fazer político do Estado.

Ciente da necessidade de compreender o fenômeno da psicologização, ainda mais a fundo, detém-se na análise de categorias temáticas deste estudo que se cruzam e determinam no tempo histórico as mediações econômicas, sociais e políticas das ideias dominantes. Portanto, a partir dos Planos/Programas de Governo analisam-se, a seguir, as seguintes categorias: Estado, “Questão Social” e Luta de Classe, relacionando-as com o fenômeno da psicologização.

3.2 “QUESTÃO SOCIAL”, ESTADO E LUTA DE CLASSES NOS PROGRAMAS DE GOVERNO: compreensão sobre o fenômeno da psicologização

Explicar a “questão social” não é uma tarefa simples porque a sua existência está atrelada à forma de como a sociedade passou a se organizar no sistema capitalista. No entanto, não se pode afirmar que a “questão social” é algo invariável ou estatístico, que se manifesta de forma linear. Embora a materialidade da “questão social” efetiva-se através de expressões concretas que estão ligadas às mesmas contradições de exploração do trabalho pelo capitalismo, mas essas expressões se manifestam de modos diferentes a partir do contexto histórico, social, econômico e cultural de uma determinada formação de sociedade.

Não há como analisar a “questão social” sem relacioná-la ao Estado e à luta de classes. Desse modo, a magnitude de suas expressões dependerá do poder de barganha política da classe trabalhadora junto ao Capital. O Estado, por sua vez, funciona como o intercessor, mediando a relação existente entre trabalhadores e capitalistas, cuja função não altera nem supera a existência das expressões da “questão social”, pois, esta se vincula diretamente à existência do capitalismo, mas, sem dúvida, cabe ao Estado atuar para amenizar os seus efeitos.

Dentre as mediações necessárias, a categoria Trabalho é um elemento central, tanto em seu sentido ontológico, como também no sentido alienado, do qual o capitalismo se apropria. A forma como os trabalhadores se organizaram na sociedade de classes e pleitearam por condições de produção e reprodução da sua força de trabalho, manifestarão o caráter das expressões da “questão social”.

Portanto, a natureza das manifestações da “questão social” atende as determinações históricas. A viabilidade histórica para que haja intervenção coletiva, depende de um cenário que não se resume aos aspectos puramente econômicos. Na realidade brasileira, da qual se trata neste estudo, necessário se faz proceder ao resgate de elementos de sua formação, atrelado ao amadurecimento das forças produtivas ao longo da história do capitalismo.

Santos (2012) assinala elementos importantes para este debate. A Tese de Doutorado¹⁰ dessa autora parte da hipótese de que, o atual cenário mundial de crise do capital não inaugura para a realidade brasileira, o processo de precarização do trabalho, apesar de aprofundar a lógica exploratória. O Brasil diferente da realidade dos países europeus que vivenciaram o Estado de Bem-estar Social e que veem na crise contemporânea a causa para a perda dos direitos sociais.

Iamamoto (2013), por sua vez, evidencia que a desigualdade social foi um fenômeno que acompanhou todo o processo de “modernização” brasileira para a inserção do capitalismo. Essa dinâmica seria resultante de uma burguesia nacional frágil, de uma classe trabalhadora constituída em sua gênese por imigrantes, incapaz de romper com os traços arcaicos da colonização brasileira, o que potencializou as expressões da “questão social” no contexto brasileiro diante do viés coronelista e patrimonialista. Esses traços marcantes da cultura política conservadora não

¹⁰ Essa Tese foi posteriormente publicada sob o título “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6)

instituíram/instituem a distinção entre a dinâmica do público e do privado, o que contribuiu para a perpetuação do conservadorismo que remonta desde o capitalismo em sua fase inicial.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 consiste em um divisor de águas em face da forma como regulou a intervenção da “questão social”, não por inaugurar as Políticas Públicas, mas por defender a perspectiva do direito. Em outras palavras: é a partir da promulgação da Constituição de 1988 que uma série de normativas retiram o debate da contradição capitalista da esfera privada e a levam para a esfera pública. Mas, incongruentemente, o Brasil não segue um modelo econômico baseado nas ideologias sociais, contrárias ao capitalismo. Assim, a possibilidade de construção e consolidação dos direitos sociais no Brasil acabou sendo minada pela lógica neoliberal, implicando em um processo de financeirização das expressões da “questão social”. (IAMAMOTO, 2013)

Os debates que perpassavam o contexto pós-ditadura militar eram de que havia uma crise fiscal no Estado brasileiro. Essa falácia argumentava que a herança histórica da cultura coronelista deixara o Estado em atraso, conforme se observa no Programa de Governo de Collor (BRASIL, Plano de FCM, 1991, p.13)

E assim fiz porque senti desde o primeiro momento, quando ainda governador [de Alagoas], a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

O modelo político adotado pelo Estado, naquele momento, pretendia abarcar as concepções de grupos diversos, oriundos das lutas que puseram fim ao Regime Militar. A ideia era de trabalhar com o eufemismo da situação, nem radicalizar a favor do capitalismo nem transparecer concepções socialistas. O governo Collor de Mello garantia com maestria a transição das tendências sociais do Estado aos formatos liberais, instituindo condições e propostas que poderiam/deveriam confortar as camadas populares.

Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos sociais pela hipertrofia voluntarista das funções

do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. (BRASIL, Plano de FCM, 1991, p.11-12)

Nesse momento histórico, eram impruteláveis as alternativas supostamente democráticas urdidas principalmente pela política neoliberal e o seu formato de modernização da exploração capitalista, via reestruturação produtiva que se desdobraram na pós década de 1970 até os dias atuais. Desse modo, não era visto com bons olhos qualquer projeto que se opunha a liberdade individual e de mercado vislumbrada no neoliberalismo.

No Brasil, as investidas neoliberais foram sentidas tardiamente, em razão da efervescência política da década de 1980; assim, teria a sua consolidação na década de 1990. A proposta de um Estado com mecanismos mistos e que em um ponto ou outro se ancorava no bem estar coletivo, através da Constituição de 1988, acaba por ser destituída ao longo da década.

Além da “pedra de toque” da modernização, o Presidente Collor argumentava sobre a inviabilidade financeira do Estado nos moldes em que se encontrava, alegando uma

“[...] hipertrofia voluntarista das funções do Estado” [...] “Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. [...] Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita”. (BRASIL, Plano de FCM, 1991, p.11)

Naquele período já estava posta a necessidade da reforma do aparelho do Estado com o objetivo de estimular a iniciativa privada, a qual era considerada como aspecto essencial à modernização do Estado, vez que Collor caracterizava o Brasil enquanto um país que não competia lado a lado em mercado internacional devido à baixa expressividade econômica e competitividade dos seus produtos, conforme se verifica no seguinte trecho: “[...] assim, via o Estado como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Essa convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado”. (Ib., Id., p.15)

Com esse discurso do governo Collor, o Estado acabava por delinear as bases do neoliberalismo, ao buscar a construção de um Estado mínimo, reduzindo a capacidade e a amplitude da máquina do Estado ao passo que garantia autonomia do capital privado, relegando a classe trabalhadora à responsabilização por sua

“prosperidade” econômica. Assim, cabia ao Estado intervir apenas no formato assistencialista em casos de baixa renda (de extrema miséria) para que houvesse competição justa no acesso meritocrático à sobrevivência, abandonando a ideia de universalidade, bandeira de luta dos movimentos sociais pós-ditadura militar.

O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos. (Ib. Id)

A partir do governo de FHC passaria a se visualizar uma ideia de Estado definida pela via do neoliberalismo. O Programa de Governo pautava-se na crítica à desorganização no plano de governabilidade estatal: “Por trás da desorganização do Estado e das dificuldades da economia que a inflação expressava, está o esgotamento do nosso **modelo de desenvolvimento** baseado na industrialização protegida.” (CARDOSO, 2008a, p.04). Essa dificuldade é vista como problema típico do protecionismo estatal, desqualificando formatos não liberais de governabilidade.

O processo resgatado pelo presidente FHC introduz a reestruturação produtiva no país, entendida como estratégia forjada na sociedade de capitalista frente à crise estrutural¹¹, iniciada na década de 1970. As mudanças provocadas pela reestruturação produtiva que acometem a sociedade inflexionam diretamente nas jornadas de trabalho, na divisão sóciotécnica do trabalho, no controle, nos formatos ainda mais fetichizados de consumo, paralelos à ênfase na descartabilidade. Os objetivos dessas mudanças estão claros desde seu princípio: a retomada da ascensão de valorização do capital, extraíndo lucros estratosféricos ao ponto em que se economiza trabalho vivo.

Mesmo diante da promulgação da Constituição de 1988, a sua composição híbrida, conforme explicitado anteriormente, infletem na operacionalização da Seguridade Social brasileira, ao apresentar formatos social-democratas (Saúde), liberais (Assistência Social) e corporativistas (Previdência Social). No entanto, mesmo

¹¹ A crise estrutural atingiu de forma exorbitante as três dimensões fundamentais do capital, a produção de mercadorias, a circulação e a realização. (MESZAROS, 2011)

o modelo híbrido regulado pela Constituição ao Estado não se materializa. A década de 1990 marcaria a contrarreforma do Estado, cujo direcionamento modernizante liberal (neoliberal) passaria a atender aos imperativos do capitalismo em nível internacional.

A proposta do 1º governo de FHC (1995-1998) repetiria muitas das prerrogativas do governo Fernando Collor de Mello ao defender novamente a modernização do Estado brasileiro através da sua ampliação ou introdução em setores “estratégicos”, apontando a parceria público-privada (com fortalecimento da materialização da iniciativa privada) como fórmula de desenvolvimento econômico para obter uma transformação social no Brasil.

O país terá de avançar – e muito – na reforma da educação e nos estímulos à ciência e tecnologia para que tenha condições de forjar um novo modelo de desenvolvimento, que gere empregos de qualidade superior, impulse inadiáveis transformações sociais e alcance presença significativa na economia mundial. Para chegar a isso, será fundamental estabelecer uma verdadeira parceria entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico. (CARDOSO, Plano de FHC, 2008, p.04)

Essa proposta conciliaria a contrarreforma do Estado e os ditames do capitalismo em nível mundial, ao trazer à tona o neoliberalismo como orientação sumariamente importante e única e enquanto novo panorama político nacional. “O processo de liberalização da economia e a abertura para o exterior terá seguimento, não como um objetivo em si, mas como uma peça estratégica da modernização de nossa economia”. (Ib., Id, p.122)

A proposta que se desdobra através do neoliberalismo giraria em torno da privatização, sob as alegações da ineficiência Estatal em certas áreas, do déficit de gestão em nível internacional, além das possibilidades de ampliação tecnológica e de abertura à globalização.

Tornar o governo mais eficaz, para gerir o país e prestar os serviços que a população requer, significa, também, racionalizar a máquina pública e reduzir a presença do Estado, em áreas onde ela não é mais necessária. O processo de privatização será acelerado, mas teremos o cuidado de não somente reforçar o poder regulamentador e fiscalizador do governo, como também, de evitar a formação de monopólios privados. (Ib., Id, p.121)

A modernização atrelada à liberalização da economia passou a discutida abertamente. O papel do Estado nesse sentido era de regulação para “evitar” grandes discrepâncias nas gestões das instituições privadas.

O papel do Estado como produtor de bens e serviços será mantido nas áreas estratégicas, onde deverá ter a capacidade de produzir com eficiência, qualidade e preços competitivos. Para tanto, serão promovidas mudanças significativas no modelo de administração das empresas estatais, em especial com o uso de contratos de gestão. Este será o modelo predominante em alguns setores, como o petróleo e alguns segmentos de telecomunicações. Nestes casos, a parceria será estabelecida por meio da associação entre o setor público e o setor privado. Em outros casos, a participação do setor privado no investimento em infraestrutura será feita pela privatização. Neste novo modelo, é essencial reforçar o papel regulador do Estado na economia, de forma independente dos agentes de execução, sejam públicos ou privados. Isto implicará a aprovação da legislação relativa às concessões de serviços públicos e o fortalecimento do poder de regulação e fiscalização do Estado, para coibir os abusos do poder econômico e garantir a prestação de serviços públicos adequados. (CARDOSO, Plano de FHC, 2008, p.89)

Processar-se-ia um retorno ao Estado em seu modelo clássico, ou seja, como provedor exclusivo dos interesses do capitalismo, ao realizar, de modo direto, a reprodução e a preservação do ciclo lucrativo. Havia, assim, uma defesa crescente, fundamentada em autores neoliberais (MISES; HAYEK; FRIEDMAN; GREENSPAN e outros) e do acompanhamento das tendências internacionais frente ao Estado no governo de Fernando Henrique Cardoso com a ideia de priorização do Estado mínimo e do avanço social, científico e tecnológico atrelado a esse modelo político.

A perspectiva do Plano do 2º Governo de FHC (1999-2002) centrava na continuidade ao desmonte do aparelho do Estado e fortalecimento do setor privado. O Estado nesse governo funcionava como uma via direta para o alcance dos interesses do capitalismo internacional.

Cada vez mais se veiculava o discurso ideológico de que esse modelo compreendia a fórmula mais benéfica para o Brasil, portanto mistificando a realidade da disparidade de concentração de renda através do suposto êxito frente ao mercado internacional, a geração de receita obtida pela privatização ou concessão dos órgãos e instituições nacionais e do estímulo ao empreendedorismo através dos financiamentos em endividamento da população.

O enaltecimento aos ditames liberais e à iniciativa privada estava potencializado na proposta do governo FHC que se referia ao Estado com o papel de suma importância na dinâmica neoliberal, em sua nova faceta de moderador, que se constituía “[...] nem Estado mínimo, nem Estado máximo: Estado necessário para cuidar de tudo aquilo que não pode nem deve delegar” (Ib., Id., p.139), um Estado que “[...] historicamente voltado para si mesmo cede a vez a um Estado cuja motivação primeira será a de servir seu cliente: o cidadão.” (Ib., Id., p.140).

Ao acompanhar o quadro político brasileiro, tendo como marco o retorno às eleições diretas, observa-se que a construção do poder em se dado em torno de um ciclo: ora elege-se um partido de cunho liberal, representante legítimo dos interesses da burguesia, ora elege-se um partido voltado para o discurso da classe trabalhadora. A categoria da contradição explica esse fenômeno. A sociedade capitalista é formada por interesses diversos, não há como se manter sem realizar a correlação de forças entre as classes, o que permite que o capitalismo se reproduza, toda vez que o acirramento da desigualdade geraria possivelmente, uma revolução anticapitalista.

Essa foi a resposta dada pela classe trabalhadora nas eleições seguintes, ao garantir a vitória do representante do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva. Obviamente, não se pode esquecer um fator central, que foi a conciliação feita com os setores da burguesia nacional.

Ademais, o Programa do 1º Governo Lula (2003-2006) em oposto aos programas dos governos antecessores, já iniciou pautando o Estado sob outra lógica, no sentido de aumentar sua estrutura e força, buscando sua desprivatização e a democratização do seu acesso para participação popular.

É indispensável, por isso, promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado, colocando-o a serviço do conjunto dos cidadãos, em especial dos setores socialmente marginalizados. Desprivatizar o Estado implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública. A administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu. Um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos é também a melhor arma contra o desperdício e a corrupção. (PT, Programa do Governo Lula, 2002, p.2)

Esse Programa, inclusive, fazia críticas ao modelo de governabilidade anterior e suas tendências neoliberais, principalmente no que tange ao trato com o Estado, as privatizações e a desigualdade social. Argumentava que houve um aumento significativo na produção da pobreza em razão da política adotada pelo Estado.

De seu lado, a experiência liberalizante dos anos 90 provocou corrosão do tecido industrial, com perdas de elos importantes das cadeias produtivas, enfraquecendo a capacitação interna e ampliando a vulnerabilidade externa do País. Ao longo dos últimos anos, as políticas do atual governo aprofundaram a fragmentação da estrutura econômica e industrial, as desigualdades regionais e a concentração de renda. (Ib., Id., p.52).

Nessa direção, citam-se ainda dois trechos igualmente relevantes que o Programa do Governo Lula realiza essa crítica: “Trata-se de um equívoco a ideia de que basta equilíbrio macroeconômico, abertura e livre ação das forças de mercado para que o desenvolvimento flua naturalmente.” (Ib., Id., p.13) Nesse outro trecho, apontava: “As privatizações e a fragilização financeira do Estado debilitaram a infraestrutura econômica e social, comprometendo a competitividade e o potencial de crescimento da economia”. (PT, Programa do Governo Lula, 2002, p.27)

As privatizações realizadas nos modelos governamentais anteriores geraram receitas e amplificaram o processo de industrialização e inserção de tecnologias no país, no entanto, como aponta o Programa do Governo de Lula, essa prática ampliou expressões já conhecidas no histórico de governabilidade brasileiro, como o clientelismo, a ineficiência econômica e a ampliação da concentração de renda.

Como estratégia para se distanciar do direcionamento liberal do Estado, o governo petista pautou o fortalecimento da estrutura do Estado, por meio dos investimentos no campo social, como analisado anteriormente. O investimento social, expandiu-se, não se limitando à concessões assistenciais, mas envolveu uma gama de dimensões em que o Estado encontrava-se presente, como: infraestrutura, ciência, educação, saúde. Conforme se verificou no “Programa de Governo: coligação Lula presidente” (Ib., Id., p. 25):

O desenvolvimento com justiça social implica uma ruptura com duas tendências históricas da sociedade brasileira: a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda, que gera forte exclusão social. Por isso mesmo, a dimensão social tem de ser o eixo do desenvolvimento e não mero apêndice ou um suposto resultado natural do crescimento econômico. A recuperação da capacidade de definir e operar políticas econômicas ativas, a ampliação do mercado interno de massas, o aumento da competitividade brasileira e o impulso às exportações constituem aspectos indissociáveis do novo estilo de desenvolvimento, voltado para o fortalecimento da economia nacional.

Todavia, esse discurso não se alinhava nessa perspectiva por toda proposta governamental. A iniciativa no campo privado não fora esquecida do Programa Governamental, na

verdade, o que o PT usava como estratégia era desfocar a atenção dos eleitores para proposta que eram apresentadas de modo secundário. Isso se ocorreu, não apenas, com relação aos investimentos privados no setor da infraestrutura e nos bens de consumo, mas também nas Políticas Sociais, quando propôs a lógica privatista para a gestão da Saúde.

O Programa do 2º Governo Lula (2007-2010) explicita o panorama de divisão ideológica que o país sofre: a força progressista que garante um projeto desenvolvimentista, democrático e popular que se opôs às forças conservadoras e neoliberais, os opositores, que apresentaram propostas com destaque à “ética, crescimento e choque de gestão”. (PT, Plano do Governo Lula, 2007/2010, p.7).

O referido Programa de Governo critica as bases neoliberais de orientação do Estado, fazendo oposição à ineficiência do Estado mínimo. Esclarece a dificuldade de governabilidade no primeiro mandato porque recebeu “[...] um Estado debilitado, corrupto, desequilibrado, frágil e praticamente à beira de uma crise econômica”. (PT, Plano do Governo Lula, 2007/2010, p.5). Assinala ainda a importância do Estado no processo desenvolvimentista do país “[...] o fortalecimento da iniciativa do Estado, das empresas estatais e do sistema financeiro público, por sua capacidade indutora do desenvolvimento.” (Ib., Id, p.10)

Estruturalmente, o país vivia as consequências de décadas de um crescimento concentrador de renda e de poder, constantemente mergulhado em crises inflacionárias ou de endividamento, incapaz de criar bases sólidas para financiar um desenvolvimento duradouro, que combinasse crescimento, democracia e bem-estar social. (Ib., Id., p.5).

O texto do supracitado Programa continuaria a fortalecer a estrutura do Estado, em especial quando trata de democracia, de saúde, de educação, direitos humanos, gestão de recursos minerais, incentivo à cultura e desenvolvimento social.

Outro ponto relevante discutido no Programa é da capacidade de estímulo ao controle social da população sobre o Estado, enfatizando as possibilidades de participação tanto no campo da formulação das políticas, do orçamento, da avaliação, da definição através de mecanismos de representação. Retoma a discussão da reforma do Estado, já levantada no Programa de Governo anterior, como premissa essencial ao processo de ampliação do combate à corrupção, do combate à burocracia e da maximização da transparência e controle social.

Mesmo que haja um discurso de enaltecimento ao público, o Programa ainda oferece margens e garantias ao setor privado, como alternativa regulada e complementar ao desenvolvimento. Nota-se um Estado com forte inclinação social em seu planejamento, mas que ainda busca adequação aos ditames do mercado internacional e vê no investimento privado os meios necessários para garantir esse equilíbrio interno e externo. “Terão continuidade ações de regulação que garantam as condições para o investimento privado necessário ao desenvolvimento do país, além de novas alterações na legislação que favoreçam o ambiente para investimento”. (Ib., Id., p.10)

Também o Programa demonstra a perspectiva de conciliação do Estado com a iniciativa privada no campo de geração de emprego, uma das pautas essenciais ao desenvolvimento social proposto, como no exemplo: “Gerar mais e melhores empregos, por meio da expansão do investimento público e do estímulo ao investimento privado nos setores com maior potencial de criação de novos postos de trabalho.” (PT, Plano do Governo Lula, 2007/2010, p.18)

A diferença da proposta do Estado existente entre o governo de Lula e os governos anteriores está no aspecto que Castelo (2014) vai explicitar acerca do social-liberalismo, apesar de a demarcação histórica já indicar esse modelo ideológico presente nas formulações do Governo de Collor e de FHC.

Lula chega ao fim do seu segundo mandato com aprovação de 87%¹² da população, confirmando sua popularidade. A indicação de Dilma Rousseff à Presidência advém do trabalho que ela realizou ao lado do Presidente Lula em seus dois mandatos, além da militância nos anos de chumbo no Brasil. Dilma seria a primeira presidenta mulher e, com isso todos os desafios que a questão de gênero traria para uma política majoritariamente masculina. Esse fato também era resultante da política de inclusão das chamadas “minorias”, realizada nos dois mandatos do governo de Lula, em que se avalia como de suma importância na visibilidade de populações deslocadas dos espaços de decisão.

Bastos (2017) analisa o cenário que Dilma Rousseff assume a Presidência do Brasil, chamando atenção para o processo de recuperação dos efeitos financeiros sentidos pela crise de 2008 e as estratégias utilizadas pelo governo para manter a sua

¹² Ver: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/12/popularidade-de-lula-bate-recorde-e-chega-87-diz-ibope.html> Acesso em: 17 de Janeiro de 2020.

política econômica. O autor argumenta que apesar dos esforços de manter as alianças com o capitalismo financeiro, o governo de Dilma não conseguiu dar continuidade ao aumento do ciclo lucrativo do capital, devido aos diversos fatores relacionados ao quesito conciliação de classes. Para exemplificar, Bastos (2017) evidencia os dados de endividamento da classe trabalhadora, algo que não derivava do governo de Dilma, mas que se processava como resultado da política de abertura de crédito, pela via dos programas de transferência de renda, do período lulista.

Fora ao cenário econômico, destaca-se a crise política, que se engana quem a concebe como originária dos anos de 2016. Em Junho de 2013 eclode uma série de manifestações contrárias às propostas do governo Dilma. Já em 2014 inicia-se a Operação da Lava-Jato, que investiga esquemas de corrupções, colocando o Partido dos Trabalhadores como alvo central, sem deixar de mencionar as greves e ocupações, que segundo Braga (2016) demonstram a insatisfação das classes sociais, sobretudo das chamadas “classes médias”.

O Estado é tratado no Programa Governamental do 1º primeiro mandato de Dilma, como um mecanismo forte, pronto para avançar na política de desenvolvimento social, aliado ao desenvolvimento econômico. Mas, não há um debate direto sobre o Estado, que aponte para uma possível reforma ou ampliação de suas funções.

O Programa do Segundo Governo de Dilma, por sua vez, resultou de um governo que se reelegeu, em uma disputa acirrada, mediante uma crise política e econômica interna. O caráter da transparência do Estado foi algo central. Era preciso apresentar o aparelhamento estatal de modo mais eficiente e capaz de recuperar o estado social e econômico cunhado nos primeiros governos petistas: “[...] construir um Estado cada vez mais eficiente, transparente e moderno.” (PT, Programa de Governo Dilma Rousseff, 2014, p.26). Ao buscar manter uma função supostamente desenvolvimentista que possibilitasse intervir junto à população: “[...] o Estado vai aonde os pobres estão”. (Ib. Id, p.36) Conforme se visualiza no trecho extraído do citado Programa:

A política macroeconômica defendida nas campanhas eleitorais e executada nos governos do PT e dos partidos aliados é baseada na construção de condições para redução sustentável das taxas de juros; na flexibilidade da taxa de câmbio em patamares compatíveis com as condições estruturais do País; na inflação baixa e estável; no rigor da gestão fiscal; na ampliação do investimento público; no incentivo ao investimento privado e no fortalecimento das parcerias entre Estado e iniciativa privada. (Ib. Id, p.9)

A reforma do Estado que não se apresentou como algo central na primeira proposta, aparece no segundo Programa. A reforma seria consolidar o Estado como mentor do projeto social, o qual daria oportunidade para que todos alcançassem os benefícios do capitalismo: “Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de país desenvolvido e justo, uma Nação em que todas as pessoas tenham as mesmas oportunidades: de estudar, trabalhar, de cuidar da sua saúde, ter casa para morar, condições dignas de viver nas cidades e no campo.” (Ib. Id, p. 25).

Apesar dos esforços para a manutenção da política social-liberal, pela via do (neo) desenvolvimentismo, é preciso atentar para os fatos históricos que levaram a incompletude do segundo mandato da presidenta Dilma.

O debate defendido pelo setor midiático fazia crer que o *impeachment* da presidenta Dilma era fruto dos escândalos de corrupção, aliados a problemas de governança. A personalidade da presidenta foi duramente atacada, sob o argumento de que ela não tinha o mesmo carisma do presidente Lula¹³.

A essência do processo do impedimento revelava, na verdade, a urgência da direita pelo retorno ao poder, para que fosse detonado o ajuste fiscal, pela via liberal do aparelho do Estado. Pautava-se no fim da política de conciliação de classes porque era preciso retomar os lucros econômicos, mesmo que o caráter social fosse ameaçado, era preciso realizar a Reforma Trabalhista, entregar a Previdência Social e a Política de Saúde para o setor privado, pois não havia mais tempo para aguardar o “bolo crescer” para depois dividi-lo. Nesse caso, a burguesia internacional tinha pressa de propagar as “novas” modalidades lucrativas do capital no Brasil.

Esse cenário era reforçado pelo temor da direita de não se alcançar o poder pelas vias democráticas, haja vista que por mais de dozes anos consecutivos não conseguia eleger o seu representante direto. O “Estado” Democrático de Direto era posto em xeque e iniciava-se um processo de *impeachment* de Dilma, formulado por meio de um golpe midiático, um golpe de Estado, julgado sem provas concretas, mas por evidências. Como afirma Löwy (2016, p. 54) “[...] foi um golpe de Estado. Golpe de Estado pseudolegal, “constitucional”, “institucional”, parlamentar ou o que se preferir, mas golpe de Estado”. O Golpe concretizou em 31 de agosto de 2016 com o *impeachment* da Presidenta Dilma.

¹³ Esse fato é explanado pelo Documentário: “Democracia em Vertigem”, lançado em 2019, dirigido por Petra Costa, indicado ao Oscar em 2020.

O sucessor de Dilma, melhor dizendo, o vice-presidente, era fruto de uma aliança feita entre o PT e o PMDB, na tentativa de atender os interesses de classes (trabalhadoras e burguesas). O documentário de Petra “Democracia em Vertigem” (2019), baseado em fatos reais, apresenta a figura de Michel Temer como um político calmo, mas escolhido para executar o golpe da direita.

O Estado estava sendo concebido e divulgado pela direita como um aparelho devassado e incapaz de contribuir com o desenvolvimento econômico do país. A culpa por essa situação era atribuída ao modelo político e econômico adotado pelos governos petistas, conforme exposto a seguir:

As modernas economias de mercado precisam de um Estado ativo e também moderno. Quem nos diz isto não é apenas a teoria econômica, mas a experiência histórica dos países bem-sucedidos. Só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado, e só ele também pode suprir os bens e serviços cujos benefícios sociais superam os benefícios privados. Portanto, as discussões sobre o tamanho e o escopo do Estado quase sempre se movem no vazio, porque a questão central é que o Estado deve ser funcional, qualquer que seja o seu tamanho. Para ser funcional ele deve distribuir os incentivos corretos para a iniciativa privada e administrar de modo racional e equilibrado os conflitos distributivos que proliferam no interior de qualquer sociedade. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p.4)

A proposta central do governo interino de Temer é a reforma do Estado, em um planejamento que visava uma série de reformas secundárias que chegariam a uma nova roupagem para o aparelho estatal. O Estado não deveria recear a iniciativa privada, em especial os “investimentos” internacionais, mas sim deveria elaborar um suporte econômico que estimulasse e potencializasse a condição do setor privado: “[...] o Estado deve cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando com sinceridade o maior número possível de alianças ou parcerias regionais, que incluam, além da redução de tarifas, a convergência de normas, na forma das parcerias [...]” (Ib., Id, p.17).

O modelo de Estado proposto pelo Programa de Governo criticava os processos falíveis do modelo anterior, assim surgia a oportunidade de reacender uma defesa do Estado puramente neoliberal e a defesa da globalização como horizonte econômico de “crescimento”: “[...] caberá ao Estado, operado por uma maioria política articulada com os objetivos deste crescimento, com base na livre iniciativa, na livre

competição e na busca por integração com os mercados externos, realizar ajustes legislativos em áreas críticas. (Ib., Id.)

A forma como se organiza a estrutura estatal observa a luta de classe como um impulsionador para a ampliação das funções primárias do Estado, resultando no entendimento sobre as expressões da “questão social”. Percebe-se, assim, que há uma linearidade, que não estava isenta do caráter contraditório da história, mas que contribui para compreender o panorama da formulação das formas adotadas para amenizar as refrações da desigualdade entre as classes.

O governo de Collor, por ser um governo de transição, avaliava que era preciso fortalecer a figura do Estado, para que pudesse investir no âmbito do social, livrando-se da herança conservadora intrínseca à formação brasileira. Esse presidente reconhecia as expressões “Questão Social” no trato da civilização brasileira, em diversos momentos do Plano de Governo, no entanto não buscava realizar o debate aprofundado sobre esse determinado assunto. Utilizando de um linguajar alegórico, o presidente Collor retratava a situação das expressões da “Questão Social” da seguinte forma: “Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico, mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade.” (BRASIL, Plano Collor, 1991, p.18) Em outro dos pontos de seu discurso enfatizava a frase “A finalidade maior do meu governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça”. (Ib., Id.)

As poucas críticas que realizava a respeito do trato das expressões da “Questão Social” foram feitas às práticas constituídas anteriores ao seu governo, sempre direcionando-as como práticas engessadas, retrogradadas, de cunho paternalista, visualizando como iniciativas pontuais deficitárias incapazes de dar conta da totalidade brasileira.

Para tanto, o discurso indicava o papel do Estado no enfrentamento da “Questão Social” como aquele que intervinha e proporcionaria igualdade no acesso ao mercado, ou ao menos a sobrevivência e o sub acesso ao mercado operacionalizado pelo liberalismo. Deixando claro que se tratava de uma estratégia “passageira” até o acesso à “justiça social”.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como *produtor* de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu *distribuidor*. Mas tampouco recairemos na facilidade do

social sem amanhã, do alívio efêmero, do redistributivismo incoseqüente em prejuízo do esforço produtivo. (Ib. Id.,p.18-19)

O reconhecimento das problemáticas sociais também foi pautado nos governos de FHC, através do reconhecimento da intensa miserabilidade, os déficits em diversas áreas como saúde, educação, saneamento básico, habitação, contudo não havia discussão atrelada a classes ou contradição estrutural do capitalismo.

O enfrentamento da “Questão social” na proposta de FHC constituiu-se em cinco metas prioritárias a setores complementares, em especial no capítulo três da proposta. Tratava-se de ações de reestruturação da agricultura, da educação, emprego, saúde, segurança, habitação, saneamento e turismo, com propostas que sempre seguiam em torno da abertura ao investimento privado como solução para as crises constantes.

A Assistência Social apontada brevemente, como um caminho para o enfrentamento das mazelas da “questão social”, vinha intrínseca à ideia de medida emergencial, até que se alcançasse o “equilíbrio” promovido pelas políticas neoliberais.

As condições essenciais para erradicar a miséria e a pobreza são dadas pela retomada do desenvolvimento econômico, em novas bases, com redistribuição de renda e geração de empregos, pelo controle da inflação e pela reforma do Estado para garantir mais investimentos na área social e maior eficácia nos programas compensatórios. Mas a gravidade da situação exige medidas de emergência: programas assistenciais específicos são urgentes e necessários. (CARDOSO, 2008a, p.98)

Verifica-se que tanto o Plano de Governo Collor quanto o de FHC tinham o entendimento da “Questão Social” como sendo uma problemática advinda do precário desenvolvimento capitalista brasileiro. Não realizavam a análise de que suas expressões são fruto da forma organizativa imposta pelo capitalismo e que sua resolutividade é inerente à superação do capitalismo.

Nos governos petistas essa assertiva dos governos anteriores não foi modificada, apesar de haver avanços importante no reconhecimento de lutas históricas e de avaliarem como uma dívida social, oriundas do desenvolvimento do capitalismo em terras brasileiras.

Os governos petistas inauguraram, assim, a ideia de “[...] imensa dívida social acumulada ao longo da história do país [...]” (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.41), a qual foi trabalhada a partir dos avanços na perspectiva do cidadão de direitos, buscando que o enfrentamento das expressões da “Questão social” fosse realizado através do acesso aos serviços públicos.

Para enfrentar a questão social no Brasil e reverter esse quadro, é necessário um movimento duplo: rever o modelo de desenvolvimento adotado e implementar uma nova geração de políticas públicas de inclusão social de caráter universal e sem fragmentação. É necessária, portanto, uma ação coordenada dos programas e das políticas, modificando a lógica setorializada e departamentalizada, que tem alto custo com os meios e baixo retorno nos fins. Para tanto, são imprescindíveis: a definição de uma nova concepção de gestão administrativa intersetorial, criando-se um Conselho de Desenvolvimento Social, e o estabelecimento de metas sociais que sejam acompanhadas, avaliadas e tenham um sistema de incentivos. (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.41).

Acrescenta-se às estratégias lulistas de enfrentamento também o papel da iniciativa privada na colaboração de fornecer serviços que complementassem a estrutura do Estado. O presidente afirmava que o terceiro setor não seria descartado em sua governabilidade e que se tornariam mecanismos de bom resultado que podem participar da intervenção para com a sociedade civil. (Ib., Id,)

Os dois governos de Dilma também seguiram a tendência do seu antecessor, ao analisar as Políticas Sociais como centralidade para o enfrentamento das expressões da “questão social”, dando seguimento ao que já estava sendo realizado, combinando desenvolvimento social com o desenvolvimento econômico. A perspectiva da iniciativa privada como participante desse processo, retirando do Estado o dever de impulsionar o social, era perceptível na proposta de Dilma.

Em torno dessa perspectiva que os governos petistas passaram a dar abertura a iniciativa privada para que se fizesse presente junto à realização das Políticas Sociais, no sentido da economia mista. Esse feito significou o direcionamento do PT nas Políticas de Transferência de Renda, enquanto deixava a cargo da iniciativa privada a oferta de serviços de Saúde e de Previdência. A Política de Assistência Social – em que se incluíam os Programas de Transferência de Renda – centrava suas ações de modo pontual, sem avançar na garantia dos serviços como direitos,

uma vez que passava a ser utilizada como o socorro para aqueles que não conseguiam se reproduzir via mercado.

A incompletude do mandato de Dilma, por meio do golpe institucional assinalado anteriormente, revigorou na realidade brasileira, traços que pareciam adormecidos diante das conquistas democráticas. Apesar das contradições que envolveram os governos petistas foi inegável afirmar que correspondeu a período progressista, com rearranjos políticos, sociais e econômicos de notória importância para a construção histórica do Brasil. O golpe não revelava apenas uma crise econômica, revelava todo o ranço conservador e a fragilidade das conquistas alcançadas pelos trabalhadores.

Diante desse processo, questionam-se os elementos principiantes dessa guinada à direita, quando, em nível de aparência, em uma análise superficial, parecia avançar na perspectiva social-democrática do direito. A mídia e todo o aparato ideológico da burguesia levam a pensar que o processo de *impeachment* foi cunhado pela corrupção interna aos governos petistas. Se isso por si só respondesse aos resultados dessa conjuntura, pode-se afirmar que de fato foi notória a fragilidade da construção política brasileira. Todavia, o “*impeachment*” não ocorreu para solucionar os problemas relacionados à corrupção política do Brasil, se assim fosse, teriam sido deflagradas sanções junto aos demais partidos políticos que incorreram nessa prática durante as últimas governanças.

A tese que se compartilha é de que: a insurgência esteve alocada para travar e acabar com um programa de governo, que embora aquém de ser o desejado pela classe trabalhadora, não mais representava o desejo da burguesia internacional e nacional. Os ajustes que estavam sendo solicitados pelo mercado, como a: reforma trabalhista, a reforma previdenciária, os congelamentos dos gastos com a Seguridade Social, ou seja, a destituição dos direitos alcançados historicamente, pelos trabalhadores não estava sendo priorizada pela política de Dilma.

A história é capaz de mostrar o percurso dos recentes eventos e indicar a direção dos fatos, basta que se observe a realidade. As medidas tomadas tanto pelo governo de Temer, quando pelo atual governo, revelam a face perversa do golpe. Uma série de ajustes descabidos e desmedidos vem sendo colocados em curso, sob o velho discurso de que o Brasil precisa voltar a crescer.

Diferentemente dos governos petistas, mas o que se presenciou na transição e na contemporaneidade foi o discurso de que os investimentos sociais foram gastos e não contribuíram para elevar o desenvolvimento econômico do país. Essa tese parte das ideias puras do liberalismo, de que o mercado é independente, se regula por si só, não necessita de intervenções estatais e que o avanço social será concomitante ao avanço econômico.

Os fatos recentes chamam atenção também para um pilar essencial dentro da mediação Estado – burguesia – “Questão Social”: trata-se do papel da luta de classe. A obra deixada por Marx não inaugura o termo classe, mas a sua concepção ligada às determinações de um modo de produção. Sobre essa compreensão que parte-se para entender o significado da luta de classe na impulsão do Estado, para que este assuma as expressões da “questão social”, como sendo fruto do movimento contraditório da relação que se estabelece entre as classes.

Marx e Engels no “Manifesto do Partido Comunista” (1988, p. 38) afirmam que “[...] toda luta de classe é uma luta política”. A organização dos trabalhadores corresponde às dadas determinações do tempo histórico e a tomada de consciência, de classe em si, para classe para si, ou seja, a conscientização sobre o processo de organização do capitalismo, fundamentado na exploração de uma classe sobre a outra.

Ao longo do processo de amadurecimento das forças produtivas do capitalismo, as classes vão se fraccionando para obedecer à dinâmica produtiva. Na contemporaneidade, o proletariado do chão de fábrica se mistificou, pelo fato da cadeia produtiva da fase atual do capital não se centrar na produção fabril da I Revolução Industrial. Isso não quer dizer que o desenvolvimento do capitalismo superou a formação de classes, como afirmam alguns intelectuais, que chegam a decretar, inclusive, a morte do trabalho. Na verdade, as “novas” ramificações da classe trabalhadora estão alicerçadas na dinâmica de sempre, mesmo quando as suas funções e formulações parecem corresponder a um novo cenário.

Dessa mesma concepção, emergem as teses que advogam em favor de uma “nova” questão social, da qual Pierre Rosanvallon (1998) é estudioso. O entendimento desse autor é que a crise do Estado-Providência teria ocasionado uma “nova” questão social, vinculada à relação que o Estado exerce com a sociedade, da qual o mesmo

deve ser isento, ficando a cargo da sociedade, do “terceiro setor”, agir de forma solidária.

Robert Castel, na obra “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário” (2001) também aponta para uma “nova” questão social, fundamentada no que chama de sociedade salarial. Para ele a sociedade salarial estaria vivenciando uma crise, que traria novos patamares de pobreza, ou seja, de vulnerabilidade social. A sua análise, resumidamente, reduz as expressões da “questão social” a fenômeno da pobreza, atrelado às determinações contemporâneas da fase capitalista, indicando o retorno ao Estado Social como resolução das problemáticas atuais.

As concepções de ambos os autores, citados acima, resultam das inalações sobre a crise do capital de 1970. A reorganização do capitalismo para o retorno da sua lucratividade buscou no aprofundamento da sua ideologia a fórmula certa para avançar nos seus métodos de produção-circulação e consumo da mercadoria, ao passo que desmobiliza os trabalhadores, sobre o discurso de que se vive uma nova era, não mais baseada na exploração do trabalho pelo capital. Os problemas dessa “nova” sociedade são pontuais e como tais devem ser tratados de modo individual, sem vinculação macrossocietária, buscando subsídios nas formulações da chamada pós-modernidade, onde nada mais é certo, nada mais pode ser apontado como verdade ou como mentira, onde o relativismo reina, se reinventando pelas matrizes do conservadorismo.

Ao contrário do que analisa tais autores, Iamamoto (2014) busca a compreensão da sociedade atual pela análise da financeirização do capitalismo e com essas formulações que transfiguram o capital como sendo seu próprio produtor. Para essa autora não há uma “nova” questão social, mas expressões da velha lógica, que apresenta uma face barbarizante da reprodução em sociedade, que alcança os aspectos subjetivos para desumanizar o humano, aprofundando a lógica das coisas fetichizadas.

A análise das expressões da “questão social” na contemporaneidade, feita sucintamente, permite chegar à luta de classe, uma vez que esta é uma categoria, que assim como a “questão social” e o Trabalho, são colocadas pela atual dinâmica do capitalismo, como inexistentes. As inalações de uma sociedade pós-moderna, ou seja, não mais ancorada no Projeto da Modernidade afirmam que não há mais lutas

coletivas derivadas de uma classe, ou de classes antagônicas, mas sim lutas de grupos específicos, que buscam defender suas identidades.

Ao analisar as lutas sociais na contemporaneidade, o pensamento pós-moderno supõe que as recentes transformações societárias não permitem mais aquelas formas de referências coletivas, como a de classe, que motivou as organizações sociais e políticas do século XIX e início do século XX. Essa forma de pensar considera que ocorre uma erosão da identidade de classe configurada na unidade ampla dos trabalhadores, predominando novas identidades de acordo com novos e múltiplos interesses, sempre parciais, e não mais universais. Assim, os interesses universais e de classe dão lugar aos desígnios grupais específicos e localistas, configurando-se nos chamados “novos movimento sociais”. (RIBEIRO, 2014, p. 102-103).

Essa concepção foi bem trabalhada pelos governos petistas, apesar de ter sido presente nos governos anteriores a pauta das políticas sociais pelo viés dos grupos identitários. O debate sobre as classes é notório nos Programas de Governos, apresentando um panorama que proporciona a intermediação entre o Estado e a sua atuação frente às manifestações da “questão social”.

No governo de FHC, há notoriamente uma tentativa de camuflar a dicotomia da sociedade de classes, utilizando das mais diversas formas, principalmente com a multi partição dos interesses de classe em pautas micropolíticas.

No que se refere à sociedade, sua diferenciação, heterogeneidade e complexidade cada vez maiores fazem com que os interesses se multipliquem e se organizem, exigindo crescente participação na definição e na gestão dos assuntos de governo. Cria-se a necessidade de múltiplos canais de participação, de representação, de negociação e de articulação desses interesses, muitas vezes conflitantes. (CARDOSO, 2008a, p.91)

O favorecimento à classe burguesa é nítido com intensa defesa ao neoliberalismo, com a abertura e ampliação da privatização de diversos elementos essenciais à população, como educação, saúde, comunicação, gerando concomitantemente um sucateamento do que é de ordem pública em favorecimento do privado. Privado este que está sob o controle da classe burguesa e expropriado da classe trabalhadora, sendo dificultado ou impossibilitado até mesmo o seu acesso a direitos fundamentais.

Mesmo que haja ainda a defesa de que o Estado não estará ausente e auxiliará as camadas mais vulneráveis (expressão da contradição capitalista e socorro

necessário à sobrevivência da classe trabalhadora), ainda há o nítido favorecimento que se sobrepõe uma classe sobre outra de forma velada ou não.

A questão da divisão de classes é de total eliminação de termos que remetam à luta de classes, ou qualquer antagonismo social. Quando citados termos referentes a trabalhadores são apenas em situações que remetam a emprego. A ideia de classe trabalhadora em si é desmembrada em grupos de “excluídos” que necessitam da intervenção estatal para acenderem socialmente e conseguirem disputar meritocraticamente a concorrência pela sobrevivência.

Os excluídos concentram-se em subgrupos que se encontram em maior vulnerabilidade na sociedade e o alvo principal das propostas pontuais estabelecidas no programa de governo.

As políticas de promoção da cidadania que o presidente Fernando Henrique irá adotar no segundo mandato desdobram-se em numerosos campos específicos, principalmente: direitos humanos, cultura, mulheres, combate à discriminação racial, valorização das comunidades indígenas, juventude e defesa do consumidor. (CARDOSO, 2008, p.152)

O favorecimento da classe burguesa e da classe trabalhadora mostra-se dicotômico em nível de aparência, relatando todos os esforços do primeiro mandato de FHC. Ao mesmo tempo em que se precisa da iniciativa privada e com ela os grandes e pequenos empresários para que continuem nessa dinâmica em busca da prosperidade econômica.

Contudo, em nível da essência veem-se elementos mesmo com o reconhecimento da fragilidade em diversos regimes de trabalho e reconhecendo a impossibilidade da negociação direta com o empregador, ainda se postula algo como a redução dos direitos trabalhistas e da possibilidade de eliminação da justiça do trabalho para que haja melhor “cooperação” entre as partes.

A particularidade dos governos petistas se difere dos Programas anteriores, objetivamente, pela sua política de conciliação de classes. Ao passo que se defende ampliação da concessão de direitos aos cidadãos, criação de políticas sociais e desprivatização, os governos petistas propuseram utilizar da iniciativa privada em diversos setores, tal como as telecomunicações, incentiva o empreendedorismo, entre outros fatores.

Nosso governo trabalhará para estabelecer um forte vínculo entre, por um lado, investimentos e progresso técnico e, por outro, salários e

demais rendimentos dos trabalhadores. Para tanto, vai desenvolver políticas sociais de modo a compensar a fragilidade do mercado no que se refere à transmissão do aumento de produtividade aos salários e ao necessário aumento da renda da família trabalhadora (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.35)

Há uma preocupação com a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora para fornecer uma mola propulsora ao mercado, preocupando-se especialmente na inclusão da população através do consumo. Como pode ser visualizado através do trecho: “Além disso, visando aumentar a massa de rendimentos e o perfil de distribuição de renda, nosso governo trabalhará com um programa de reajuste progressivo do poder de compra do salário mínimo.” (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.31)

A divisão em classes não é expressa nitidamente como classe trabalhadora e classe burguesa, mas há a utilização do termo “trabalhadores” para se referir à classe que vive do trabalho, e empresas ou empresários para se referir à burguesia e, ainda surge timidamente o termo “classe média” na parte referente à reforma tributária para conceituar aqueles que estão acima do que sejam considerados pobres e abaixo dos que são empresários.

Porém, mesmo com a utilização de tais termos ainda se observam aspectos sutilmente liberais entrelaçados em pautas sociais, verificando-se o que diversos autores apontam como possível modelo político social liberal.

Nesse sentido, o governo buscará intensamente compartilhar investimentos com o setor privado de modo a viabilizar o novo Compromisso pela Produção. Ganha todo sentido, para tanto, a utilização do mercado de capitais, seja pelo uso de recebíveis e lançamento de debêntures, seja pela abertura do capital das empresas. Essa alternativa pode permitir a mobilização de capitais, não só do grande investidor como, se bem articulado e com segurança, do pequeno poupador, hoje sem opções fora da caderneta de poupança. (Ib., Id, p.55)

Outros dois fatores a serem considerados são: a lógica da prosperidade através do fortalecimento do mercado pelas vias privatistas e o aposentado como força independente e desatrelada da classe trabalhadora.

No Programa referente ao segundo mandato do presidente Lula a lógica da individualização cresce e a tomada da responsabilização individual da sociedade civil vem atrelada, especialmente, às iniciativas de concessão de crédito, através de empréstimos e subsídios à pessoa jurídica. As terminologias ligadas à

empreendimento, micros e pequenas empresas e empresas estatais acabam por se colocarem em evidência utilizadas amplamente como saída econômica viável e moderna, sendo amplamente apoiada e investida pelos mecanismos estatais.

O Programa de Governo de Dilma é apresentado de forma enxuta, não faz menção à estratificação das classes, mas prossegue nas formulações de grupo sociais específicos, ramificando as expressões da “questão social”, como a questão da mulher negra, a questão do gay, da lésbica, etc.

Iasi (2014) realiza uma análise importante sobre as lutas de classes nos governos petistas. Ele utiliza-se dos estudos de Gramsci sobre o transformismo para explicar como o PT passou a absorver tanto segmentos como propostas da classe trabalhadora, resultando no apassivamento das classes. Nessa direção, Iasi (2014) afirma que a proposta governamental do PT era de uma democracia de cooptação, pois, pela estratégia de conciliação de classes, acabava por imobilizar manifestações estruturais, trazendo para perto as pautas centrais da classe trabalhadora¹⁴.

Essa lógica explica os dois mandatos de Lula e parte do primeiro mandato de Dilma. O final do seu segundo mandato já apresentava um descontentamento da política conciliatória entre as classes, que para se demarcar um período histórico para contextualizar o “*impeachment*” seria: a eclosão dos movimentos sociais no que ficou conhecido como as jornadas de junho, em 2013.

A compreensão dessa quadra histórica é importante para as devidas mediações com o processo do golpe, que colocou à mostra a fragilidade da organização política dos trabalhadores, bem como o processo de alienação e polarização das classes, que não se explica apenas pela análise da realidade brasileira contemporânea.

As manifestações de massa que ocorreram em junho/2013 foram, sem dúvida, o principal momento de eclosão de greves, passeatas e manifestações contra o governo. Apesar de haver motivos reais para uma organização política revolucionária, uma vez que o PT estava, silenciosamente, pondo em ação o projeto neoliberal, as manifestações pareciam não saber o caminho certo, destoavam quando os Partidos Políticos se faziam presente, chegaram a pauta propostas legitimamente liberais,

¹⁴ É importante destacar que, comungamos com Iasi (2014) quando o mesmo chama atenção para o fato de que a estratégia de cooptação para apassivamento das classes não significou a inexistência de lutas sociais, uma vez que essas são inerentes a lógica capitalista. O que na verdade ocorreu foi a incidência do partido dentro das lutas sociais, minando a luta organizada.

mostrando, definitivamente, que havia manifestações de massa, mas não havia organização política dos trabalhadores, capaz de propor a alteração da lógica produtiva.

Enquanto predominar o sistema exploratório instituído pelo capitalismo, haverá luta de classe. O antagonismo entre as classes resulta na luta, na disputa pela transformação da realidade ou manutenção do sistema, significando para a realidade as estratégias e táticas, que ao longo dos anos vem socorrendo-se por via das Políticas Públicas, como mecanismo capaz de enfrentar a “questão social”.

A realidade do Brasil não se explica por ela mesma. Desde a decadência do socialismo real, seguido pelas investidas do capitalismo fictício, que se assegura na ideologia neoconservadora pós-moderna, a luta de classes sofre inflexões, deslocando suas lutas do eixo central, que é a superação do capitalismo, para questões pontuais, que visam maneiras de melhorar as relações sociais, sem alterar a lógica capitalista. A realidade brasileira vive isso de forma impulsionada, pela fragilidade de sua burguesia nacional, pelas relações históricas da organização dos trabalhadores e por tantas outras determinações, das quais valem registrar: o modelo escravocrata, que predominou, majoritariamente, por anos; o ranço coronelista e clientelista somado às posturas conservadoras; a prematura formação democrática e a mais central, a subordinação ao capitalismo internacional.

A proposta de Temer para os trabalhadores, é a síntese que se alcança para explicar os resultados das jornadas de junho/2013. Não há proposta para os trabalhadores. Evidentemente, o seu posicionamento favorece a classe burguesa, por meio da destituição dos direitos sociais, sem nenhum relativismo.

Portanto, para melhor compreensão, apresenta-se o quadro a seguir:

Quadro 04: Comparativo de categorias: Estado, “Questão Social” e Luta de Classe entre os governos brasileiros pós-reabertura democrática

Categorias analisadas	Governo Collor	Governo Fernando Henrique Cardoso	Governo Lula	Governo Dilma	Governo Michel Temer
ESTADO	Em transição. Guinada ao neoliberalismo	Neoliberal em sua vertente clássica	Social-liberal	Social-liberal	Liberal

“QUESTÃO SOCIAL”	Compreendida como algo que deve ser enfrentando na perspectiva do direito	Compreendida pela lógica do mercado	Compreendida de forma híbrida, em que o Estado deve atuar junto ao mercado	Compreendida de forma híbrida, em que o Estado deve atuar junto ao mercado	Compreendida pela lógica do mercado
LUTA DE CLASSES	Governo de transição. Presença dos movimentos sociais oriundo do enfrentamento ao regime militar	Acirramento da luta política principalmente no segundo mandato	Política de cooptação, para apassivamento luta de classe	Política de cooptação, para apassivamento luta de classe, principalmente no primeiro mandato	Não há pautas propositivas para os trabalhadores.

Fonte: Elaboração própria, 2020.

Essa categorização é meramente simbólica. Não há um modelo político puro brasileiro, mas um hibridismo de correntes econômicas e ideológicas que correspondem ao direcionamento do capitalismo internacional. A interlocução entre as lutas de classes e o Estado, define a forma como se enfrenta as expressões da “questão social”. A Política de Assistência Social é, sem dúvida, uma das principais estratégias na correlação de forças, resta sintetizar se a sua formulação comunga com a perspectiva do direito social, barganhada pelos trabalhadores ou, se corresponde a um mecanismo de reprodução da lógica capitalista, servindo como prática psicologizante.

3.3 O DIRECIONAMENTO POLÍTICO DOS ELEMENTOS PSICOLOGIZANTES NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

O desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo elevou seu patamar de existência produtiva e reprodutiva, alcançando dimensões globais. A sua reorganização implicou na necessidade de ajustes na superestrutura, sem modificar o caráter da infraestrutura, como pensado por Marx. Essa afirmativa se traduz pela expansão da funcionalidade do Estado, no aprofundamento da mercadorização, no avanço tecnológico, nas novas faces de trabalho, na centralidade do capitalismo financeiro, dentre outros elementos que se modificam constantemente, sem alterar a lógica exploratória, na qual se sustenta o capitalismo.

Cada fase de desenvolvimento exige um aparato ideológico, para que as ilusões da burguesia não sejam elevadas ao nível da essência, ou seja, para que não

haja o desvelamento da realidade. São estratégias de manutenção da ordem capitalista que correspondem a particularidades históricas, econômica, política e social, mediadas pelo poder de consciência da classe trabalhadora.

Partindo da compreensão de que a cada fase do capitalismo renovam-se elementos já existentes para sua sustentação, sem alterações em sua lógica estrutural, reafirma-se que o Estado ganha uma nova roupagem na contemporaneidade do capitalismo, como tratado nos primeiros capítulos da presente pesquisa. A expansão das suas funções não deve ser vista como um ato benevolente, mas como uma necessidade de manutenção da ordem burguesa, exposta pelo seu movimento contraditória da luta de classe.

O caráter social do Estado tem seu fundamento em elementos da realidade concreta, dos quais se pode citar: organização política dos trabalhadores, aliado a manutenção da força de trabalho e expansão do poder aquisitivo para o consumo. A sua atuação através de políticas sociais, baseado na perspectiva do direito carrega em si o antagonismo da disputa societária, dos trabalhadores e dos capitalistas, daqueles que desapropriados dos seus meios de produção, vendem a sua força de trabalho e, daqueles que detêm o poder de comprar a mercadoria força de trabalho, em um processo de exploração e alienação.

Sendo assim, velando sobre a assertiva de que mesmo tendo suas funções “ampliadas”, o Estado continua sendo o “comitê executivo da burguesia” (MARX; ENGELS, 1999). Dessa forma, a sua intervenção no reconhecimento das expressões da “questão social” tenderá sempre para convergir elementos que possibilitem a acessão da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que alimenta o sistema reprodutivo do capitalismo. Não há como pensar em Políticas Sociais/Públicas como um mecanismo de superação da ordem societária, mas sim como estratégia política para elevação da consciência da classe trabalhadora, para guinada da revolução socialista.

É por isso que Netto (2011) aponta os elementos psicologizantes como mecanismos utilizados pelo Estado para enfrentar as expressões da “questão social”, na transfiguração das Políticas Sociais. O Estado investe no campo social, se apresenta como viabilizador de direitos sociais, no campo da aparência, ao passo que atua na responsabilização dos sujeitos pela sua sobrevivência e acessão na sociedade de classes. É o discurso de dar as condições de acesso aos bens

produzidos socialmente, para se desresponsabilizar pelo “fracasso” de não conseguir igualdade, nos termos substantivos dos quais trata Mészáros (2011).

Na realidade brasileira a construção de um Estado Social não acompanhou o desenvolvimento europeu, pelas condições de sua formação sócio-histórica, conforme tratado anteriormente. Vive-se, na verdade, uma incompletude de um Estado Democrático e da perspectiva dos direitos sociais, como conquistas da classe trabalhadora.

Desde o processo de “redemocratização” não houve nenhum governo que tenha pautado a construção de um Estado Social nos moldes do que foi o Welfare State para os países europeus, como se pode visualizar a partir dos Programas de Governos estudados, mesmo com a promulgação de uma Constituição que reflete e impõe a construção de um Sistema de Proteção Social, ancorado na Seguridade Social. O governo que mais se aproximou da dinâmica de proteção e – mesmo com vieses – foram os governos petistas que conseguiram avançar nas pautas referentes ao desenvolvimento social. Prova disso é a estruturação da Política de Assistência Social enquanto um sistema, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A escolha da Política de Assistência Social para este estudo não foi algo aleatório, certamente, a psicologização é uma estratégia que perpassa as políticas sociais/públicas como um todo, contudo, pelo caráter estrutural da Assistência Social, avalia-se que os elementos psicologizantes encontram-se enraizados e são utilizados para distanciar o caráter público que deve ser dado ao tratá-la como um direito e não como favor.

A história da institucionalização da Assistência Social como Política Social de dever do Estado é perpassada por avanços e retrocessos. A criação da LOAS data de 1993, mas apenas em 2004 é que efetiva a operacionalidade dessa Política, pela Resolução nº145, e passa a se pensar um sistema para sua materialização.

A sua institucionalização, enquanto Política corresponde a um período em que o governo centralizou as investidas no campo do desenvolvimento econômico, atrelado ao desenvolvimento social, pela via do social-liberalismo. Foi fruto das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e contou com a participação dos Conselhos de Direitos, dos fóruns nacional de secretários, dos colegiados de gestores nacionais, associações de municípios, estudiosos da área,

com destaque para os estudantes e intelectuais do Serviço Social, dentre outros representantes das três esferas, municipais, estaduais e federais.

Onze anos se passaram para que começasse a se pensar a Assistência Social na perspectiva da Política Social/Pública. Isso justifica a ausência e/ou diminuto debate nos Programas de governos anteriores aos anos 2000.

Na proposta governamental de Collor, o debate sobre a Assistência Social é escasso, no entanto, os traços paternalistas do assistencialismo se fazem presentes. Além disso, percebe-se o forte teor religioso e moralista como sendo a direção para se pensar as os aspectos resultantes da lógica capitalista. “Que Deus ajude o Presidente da República! Que Deus ajude os seus Ministros! Que Deus ajude o nosso Povo, para que nós encontremos, definitivamente, a trilha do crescimento econômico e da justiça social!” (BRASIL, Plano Collor, 1991, p.32)

Na mesma direção caminharam os dois governos de FHC que enalteciam a política neoliberal, vislumbrando a responsabilização dos sujeitos sociais, frente às demandas do mercado. A ideia dos programas assistenciais no neoliberalismo, apregoados pelo projeto de governo, foi de fornecer possibilidades de “competição igualitária” entre os indivíduos dentro do sistema. As camadas mais “vulneráveis” da sociedade seriam objeto dos programas assistenciais, camadas da classe trabalhadora que são descentralizadas em grupos e introjetadas com o novo *modus operandi* apresentado.

Não apenas a competitividade, mas também o incentivo ao micro empreendedorismo, o investimento em financiamentos e empréstimos também foram fatores que estimularam a individualização e conseqüentemente a culpabilização por não alcançar a prosperidade econômica.

Desenvolver programa de estímulo às micro, pequenas e médias empresas que compreenda a simplificação das exigências burocráticas; a criação de linhas de crédito preferencial; acesso à tecnologia e participação na política de compras governamentais. (CARDOSO, 2008a, p.34)

O segundo mandato de FHC começa a compreender que o desenvolvimento a cargo do mercado pode não obter resultantes imediatos, necessitando a ação do Estado. Por isso, realiza-se a defesa da ampliação do “gasto” dos programas sociais para além de setores como educação, saúde, saneamento, transporte e infraestrutura.

Também se enfatiza em especial a criação de uma política de transferência de renda, que conjugue diversos programas federais. A introdução da filantropia e do serviço civil voluntário são outros marcos da desresponsabilização Estatal, presentes em seu governo, encaixando-se ao projeto em condição oportuna de servir como válvula de escape para aqueles que não conseguem acessar o mercado neoliberal.

Há a transferência em nível moral e subjetivo advindo especialmente das consequências do primeiro mandato de FHC, enquanto resultado das ações do Plano Real e a suposta ascensão econômica prometida pela reorganização do aparelho do Estado.

O Plano Real reduziu a inflação aos mais baixos índices dos últimos cinquenta anos, garantindo o poder de compra dos salários e a estabilidade do custo da cesta básica. Em consequência, melhorou a renda média dos brasileiros, especialmente dos mais pobres. Os efeitos sociais benéficos do fim da carestia não se esgotaram. Eles continuam a se fazer sentir na medida em que a estabilização alcança os preços de serviços públicos, aluguéis, serviços pessoais e bens de consumo antes sujeitos a fortes variações. (CARDOSO, 2008b, p.9)

Aqueles que não alcançaram a prosperidade econômica no Plano Real foram chamados excluídos que são o público das ações: “O sentido geral da mudança – o grande objetivo com o qual os demais se alinham – é a **inclusão dos excluídos**.” (Ib., id., p.6)

As mudanças proporcionaram ao brasileiro ultrapassar a ideia cidadão estabelecida em programas anteriores para tornar-se cliente (ou consumidor): “[...] Ou seja, o controle da inflação beneficiou acima de tudo os segmentos de baixa renda; e o aumento de seu poder aquisitivo se converteu imediatamente em consumo, aquecendo a indústria de alimentos, artigos populares em geral e bens duráveis, além de serviços”. Ib., id., p.19)

O novo cidadão consumidor faz parte da lógica modernizante:

A democratização do cotidiano passa necessariamente pela ampliação dos direitos do consumidor. Em todos os países modernos, o acesso ao consumo de bens e serviços isentos de fraudes, preservando portanto o poder de compra das pessoas, é reconhecido como uma das expressões mais legítimas do exercício da cidadania. (Ib., id., p.157)

O “cidadão”, visto pelo governo, também deve cumprir seu papel frente à nova lógica sendo co-responsabilizado, tal como visto na citação: “Vencer a fome e a

miséria é tarefa de todos – Estado e sociedade”. (Ib., id., p.75). Ou ainda pode ser sentida em relação à resignificação do trabalho em setores públicos:

A **responsabilização** (*accountability*) amplia o conceito convencional de responsabilidade do servidor público. Significa avaliar se os objetivos a seu cargo foram alcançados de acordo com os padrões previstos de produtividade e qualidade. Estes passam a ser os critérios de julgamento de seu desempenho pessoal. A responsabilização é inerente ao conceito moderno de gestão em qualquer esfera de atividade (Ib., id., p.140, grifos do autor)

Também foi estimulado a desenvolver as liberdades particulares que posteriormente criam e regulam o sistema social. A democracia e o civismo também aparecem como reguladores individualizantes da esfera moral. A utilização do âmbito dos sentimentos e consonância com a responsabilidade social também se configuram como mistura perigosa e de potencial psicologizante, trazendo ao sujeito expectativas de sua condição perante a convivência em sociedade.

Por mais que a pobreza extrema, a exclusão, o desrespeito a direitos elementares e as vicissitudes do dia-a-dia possam amortecer o senso de responsabilidade social e eventualmente esterilizar os impulsos de solidariedade humana, o advento da democracia na vida cotidiana não pode esperar pelo fim das injustiças. A luta por mais justiça e igualdade é que não pode dispensar o envolvimento que transforma pessoas em cidadãos – e assim radicaliza a democracia. (CARDOSO, 2008b. p.160)

Atrelando o desempenho econômico, em especial o defendido sob a égide do neoliberalismo, o presidente FHC insere fatores de responsabilização pelo bem estar da população em geral através da culpa individual. Até mesmo quando tratavam de elementos para saúde pública, enfatizavam aspectos para a saúde da mulher, a qual se encaixava em uma das pastas de excluídos citadas pelo governo, ainda há o machismo arraigado dentro da psicologização. Ao exemplo da frase: “[...] quanto mais saudável a mulher, mais saudável também tende a ser a sua família.” (Ib., id., p.153)

Em suma, as propostas do segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de aparência conciliativa, implantam com maior ferocidade os ditames neoliberais em diversas dimensões da política nacional. Vale salientar que em plena proposta de 1998, mesmo com as prerrogativas legais da Política de Assistência Social tendo suas bases na Constituição de 1988, ainda não tinha se dado a sua materialização. Encontraram-se ações assistencialistas pontuais e alguns

programas que se misturavam por diversas vezes com saúde, educação ou saneamento.

Apenas ao tratar da renda mínima para idosos e pessoas com deficiência é que a proposta cita a Lei Orgânica de Assistência Social, no entanto não oferece mais do que um parágrafo prometendo a ampliação do acesso ao benefício, sem maiores questionamentos ou explicações.

Foi apenas no governo do PT que se passou a pensar e programar a Assistência Social como uma política pública de responsabilidade do Estado. O primeiro governo tinha como discurso central a materialização da justiça social, apontando o atraso social como fundamento para o atraso econômico, por isso, apontava a recuperação da formulação da Seguridade Social como algo que devia sair do papel e ganhar corpo.

A implementação de políticas sociais como eixo do desenvolvimento exige medidas audaciosas e criativas. As políticas sociais quase sempre foram tratadas no Brasil como questões marginais, vinculadas ao assistencialismo. Para mudar essa lógica, o primeiro passo é romper com as ações fragmentadas e dispersas, os feudos e loteamentos temáticos e clientelísticos que descaracterizam as políticas sociais no Brasil em todas as esferas, do município à União. O País precisa de políticas sociais integradas, estratégicas, formuladas e implementadas por meio de ações intersetoriais, buscando sempre parcerias com os diversos segmentos, entidades e movimentos sociais. (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.39)

Para a efetivação da Política de Assistência Social foi criado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, responsável por planejar programas e projetos em torno do desenvolvimento social. A sua governabilidade centrou seus esforços nas políticas de transferência de renda, tendo como carro chefe o Programa Bolsa Família, situado dentro da Assistência Social, com interlocução intersetorial.

Questionava a prática do assistencialismo e defendia a instituição da Política de Assistência Social como um direito, como uma construção da luta coletiva dos trabalhadores. Partilha da tese de que os investimentos do terceiro setor e de ações de benevolência da sociedade civil devem ser desenvolvidos na esfera privada.

De fato, os avanços da construção do arcabouço legal da Assistência Social, enquanto política de direito, são inegáveis, e, esse legado deve ser reconhecido como uma conquista pautada pelos diversos segmentos da classe trabalhadora, mas sem

menosprezar a capacidade de governança do PT. Tanto os dois governos de Lula, quanto os mandatos de Dilma tiveram a Política de Assistência Social como pedra de toque e fomentaram o debate em torno do fundo público, da composição de normativas, que pudessem direcionar a forma como essa Política devia ser materializada.

No entanto, reconhecer os avanços não impede de apontar os desafios e os elementos que compõem a essência dos fatos, e realizar as mediações com a composição contraditória da Política de Assistência Social, uma vez que se compartilha da tese de que não há um Estado neutro, nem tão pouco um partido que – dentro da lógica do capitalismo – esteja sendo benevolente para os trabalhadores.

Os investimentos na Política de Assistência Social nos governos do PT podem ser explicados pela política ideológica adotada. Castelo (2011) afirma que o viés político que deu sustentação aos governos do PT foi nomeado de social-liberalismo, uma vertente do neoliberalismo, que trabalha com o desenvolvimento econômico associado ao desenvolvimento social.

As transformações societárias advindas da crise do capital, que se iniciaram em 1970 e perduram até os dias atuais, põem em evidência a funcionalidade do sistema capitalista, apresentando os limites do seu desenvolvimento, no sentido de avanços humanitários. Sobre esse fato, Yamamoto (2013) adverte que o reordenamento do capitalismo trouxe o agudizamento das expressões da “questão social”, que passa a adentrar o subjetivo dos sujeitos sociais, elevando o nível de barbarização das relações sociais. Outro aspecto que Castelo (2011) chama atenção é sobre a falência do modelo neoliberal em sua composição mais tradicional, que seria de destituir o público em detrimento dos investimentos no setor privado. O social-liberalismo seria uma espécie de adequação dos direcionamentos do capital internacional, sobretudo nos países latino-americanos, como o Brasil.

Ao se observar a realidade brasileira é possível avaliar como o formato, do que está se chamando de neoliberalismo tradicional foi falido e não conseguiu terminar um ciclo de expansão. Melhor explicando e exemplificando: o governo de FHC que adotou uma (contra) reforma do Estado, para legitimação do neoliberalismo, privatizou grande parte das empresas estatais brasileiras, terceirizou e desregulamentou o mundo do trabalho, terminou seu mandato sobre uma forte crise interna, com altos índices de

desemprego e de rebaixamento das condições de vida dos trabalhadores. (BEHRING, 2008)

Sendo assim, conforme Castelo (2011, p. 25): “[...] o social-liberalismo opera como uma arma ideológica de neutralização político-cultural das forças adversárias, que se veem de mãos atadas (e cabeças degoladas) diante da ofensiva burguesa”.

O social-liberalismo introduz as pautas dos movimentos sociais no projeto econômico da burguesia, utilizando-as para resignificar a lógica capitalista. O sentido é fazer com que o Estado esteja mais presente em certas expressões da “questão social”, como a pobreza e os direitos sociais, realizando um sincretismo entre o mercado e o Estado. A logística é agrupar diversos segmentos em torno do discurso de superação das mazelas sociais e acessão do desenvolvimento econômico.

Inegavelmente, a pauta do desenvolvimento social, com o aprofundamento da contradição capitalista, passou a ser central nos debates políticos. Ciente disso, a burguesia incorporou esse debate e transvestiu o seu discurso, para que este fosse repassado como a única saída possível. Os organismos de representatividade do capital, a exemplo do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a CEPAL, passaram a direcionar a lógica, pelo viés da superação da pobreza, redimensionando a problemática, tirando o foco da contradição capitalista, por meio da focalização e do pragmatismo de sua atuação.

A problemática central do social-liberalismo – preserva a primazia da lógica do mercado como principal mecanismo de alocação de recursos e conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da “questão social” e as revoltas populares – é uma expressão teórica adequada aos interesses materiais da burguesia rentista, pois aos mesmo tempo que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa. (CASTELO, 2011, p. 259)

A sua função ideológica defende que o ajuste fiscal esteja atrelado a responsabilidade civil, a promoção da equidade social e ao incentivo da participação política dos indivíduos. Ao social-liberalismo estão ligadas as teses do “capitalismo responsável”; do “capitalismo humanizado”, da “globalização com face humana”. A intervenção nas expressões da “questão social” necessita da união entre o mercado, Estado e Sociedade Civil.

Não há como analisar o social-liberalismo e não visualizar a política petista, digo mais, e não enxergar os elementos presentes no corpo teórico e material da Política de Assistência Social. Além disso, a mediação com o fenômeno da psicologização permitiu afirmar que nos fundamentos do social-liberalismo, em sua essência, essa prática se fez presente, quase como originária da sua formação. O viés de capturar demandas coletivas e as tornou individuais, enalteceu a moralização das expressões da “questão social”, ao passo que fortaleceu o mercado, pois ativou a disputa de acessão, uma vez que esta passou a ser de responsabilidade de cada sujeito social.

Apesar dos avanços que pautaram a Política de Assistência Social, foram fundamentais os princípios do social-liberalismo. Trabalhar com os conceitos de risco social, vulnerabilidade social, matricialidade familiar, territorialização, dentre outros, que se não capturados pela análise crítica, tenderam a ser utilizados para responsabilizar as famílias pela sua situação, enquanto isentou o capitalismo. Apesar da crítica que há na Política, referente à herança de injustiça social, não se visualizou menção direta à superação da sociedade capitalista como saída para as mazelas sociais, de modo que a política se apresentou como essa alternativa, uma alternativa que possibilitava que os sujeitos e suas famílias melhorassem de vida e que pudessem caminhar sozinhos pela via do mercado.

O fundamento da Política de Assistência Social é o desenvolvimento do Protagonismo das famílias e dos indivíduos. A ideia é de incluir os sujeitos na lógica capitalista para que estejam distantes da vulnerabilidade social. Um dos principais autores que realizam o debate sobre as questões que enaltecem a inclusão, a individualização e o conceito de vulnerabilidade social é Beck (2010), que faz a defesa da sociedade industrial e da supressão das categorias marxianas, como classes sociais e trabalho.

No texto da Política de Assistência Social se faz presente a responsabilização dos sujeitos sociais:

[...] é possível, todavia, que alguns indivíduos não conquistem por toda a sua vida ou por um período dela, a autonomia destas provisões básicas, por exemplo, pela idade – uma criança ou um idoso – por alguma deficiência ou por uma restrição momentânea ou contínua da saúde física ou mental. (BRASIL, 2004, p.31).

A centralidade na matricialidade familiar reforça a questão da desresponsabilização do Estado. Organizada a partir da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a Política de Assistência Social trabalha a todo tempo com dois caminhos: programas de transferências de renda e com serviços socioassistenciais que trabalham com famílias expostas à vulnerabilidade social. A responsabilização, resultante na moralização das expressões da “questão social” ocorre quando se realiza o trabalho pontual com famílias, sem tocar na raiz da problemática, que é a apropriação da riqueza social. Com isso não se está afirmando que o trabalho da Assistência Social, viabilizando direitos sociais para famílias e indivíduos sociais não seja importante, mas que esse trabalho encontre seu limite na estrutura da sociedade capitalista.

O trabalho realizado, especificamente, pelos programas de transferência de renda, alocados na Política de Assistência Social, trazem desafios para o debate crítico, que deve mediar entre a necessidade de sanar a fome do povo, amenizando o pauperismo, em prol da expansão lucrativa que esses programas efetivam com a reprodução da lógica capitalista, sob o signo do “cidadão consumidor” “cidadão empreendedor”.

O incentivo a micro e pequenas empresas fornece subsídios para que haja uma individualização das expressões da “Questão social”, oferecendo margem para uma psicologização ao naturalizar questões que deveriam ser de responsabilidade estatal, transferindo-as para responsabilidade civil, indicando que o mesmo deve trilhar o empreendedorismo sob sua própria responsabilidade para alcançar a prosperidade econômica própria, como também de todo o país.

A valorização da mão-de-obra familiar ou solidária adentra a discussão como parte da proposta do governo do PT, como solução para expressões da “Questão social”, utilizando apenas de um pontapé inicial fornecido pelo Estado.

Trata-se também de valorizar os empreendimentos fundados na mão-de-obra familiar ou solidária e organizados sob a forma de pequenas e médias empresas ou cooperativas. É importante lhes assegurar condições econômicas de operação favorecidas, com serviços de apoio, linhas de crédito e tratamento tributário diferenciados, em relação aos grandes empreendimentos. (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.25)

Outra marca a destacar do governo de Lula, disposta em seu Programa de Governo que pôde oferecer margem à psicologização, é o controle social participativo,

do qual já se analisou anteriormente. A implantação da lógica de corresponsabilização vem sobre o discurso da construção coletiva das Políticas Sociais, dividindo a responsabilidade com a sociedade civil, colocando no cerne da gestão.

Ao contrário do que foi feito, nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e os consensos facilitados, o País poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, em que milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade. (PROGRAMA DE GOVERNO: COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002, p.12)

No Programa referente ao segundo mandato do presidente Lula, a lógica da individualização cresceu e a tomada da responsabilização individual da sociedade civil veio atrelada, especialmente, as iniciativas de concessão de crédito, através de empréstimos e subsídios à pessoa jurídica, inclusive com programas ligados a Assistência Social, a exemplo dos cursos profissionalizantes ofertados para os usuários do Programa Bolsa Família, trabalhando a concepção de “ao invés de dar o peixe, ensinar a pescar.”

As terminologias ligadas ao empreendimento, micros e pequenas empresas e empresas estatais se colocarem em evidência, utilizadas amplamente como saída econômica viável e moderna, sendo amplamente apoiadas e investidas pelos mecanismos estatais. A psicologização encontra-se em grande favorecimento na atuação do programa de governo apresentado. A forte individualização e as pautas identitárias, segregantes, meritocráticas e culpabilizantes forneceram os devidos subsídios para sua visualização.

A questão do “cidadão consumidor” como o modelo ideal de cidadania também amplificou a psicologização, transferindo a noção de humanidade, ou daquilo que se fazem humanos para o consumo. Exerce sua humanidade/cidadania aquele que conseguir acessar o mercado como consumidor.

Nosso Governo continuará em sua tarefa de constituir um grande mercado de bens de consumo de massas, o que vincula de maneira indissociável crescimento com distribuição de renda. Esse propósito requer prioritária diretriz governamental voltada para a elevação substancial dos investimentos, especialmente públicos e nacionais,

bem como privados e estrangeiros. (PLANO DE GOVERNO 2007/2010 – LULA PRESIDENTE, p.10),

A lógica da expansão do consumo foi realizada pelos programas de transferência de renda, que injetaram diretamente na sociedade o ilusório poder de compra. Mota (2015) chama atenção para esse direcionamento, o qual segundo essa autora, comprometeu a expansão do SUAS, dificultando a da Assistência Social como uma política de direito, capaz de contribuir com o enfrentamento das expressões da “questão social”.

As duas propostas de governo de Dilma seguiram a tendência dos primeiros mandatos do PT, trabalhar o fortalecimento da Política de Assistência Social, sem tocar na questão central, incentivar a autonomia das famílias e indivíduos, que deveriam buscar resolutividade para os problemas sociais em mecanismos sincréticos entre a lógica do público e do privado.

O golpe vivenciado pelo governo de Dilma trouxe questionamentos importantes: seria o fim do pacto conciliatório entre as classes e com ele o retorno ao neoliberalismo em sua vertente clássica? Se assim fosse, estaria adentrando-se em um período de retrocesso, de debate aberto sobre os traços elementares da cultura assistencialista, como o paternalismo e o patrimonialismo que subsidiaram as ações assistencialistas, moralizadoras, sem chance para um outro direcionamento para a Política de Assistência Social?.

A proposta do governo interino de Michel Temer apresentou com destreza o que se vivencia com o atual governo, realizou a crítica à forma social-liberal de governança dos governos petistas. O incentivo ao consumo foi duramente criticado e apresentado como uma estratégia, capaz de superar o desenvolvimento econômico.

Nos últimos anos o crescimento foi movido por ganhos extraordinários do setor externo e o aumento do consumo das famílias, alimentado pelo crescimento da renda pessoal e pela expansão do crédito ao consumo. Esses motores esgotaram-se e um novo ciclo de crescimento deverá apoiar-se no investimento privado e nos ganhos de competitividade do setor externo, tanto do agronegócio, quanto do setor industrial. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p.17)

A política de Temer destituiu as políticas sociais como centralidade da governabilidade e centrou as investidas no ajuste fiscal, nas reformas sociais e políticas, no avanço do conservadorismo, personificado no seu principal programa o

“Criança Feliz”, que desfavoreceu os investimentos em programas já existentes e quando não refuncionalizado fortaleceu o patriarcado, reforçando a figura materna como sendo a responsável pelos cuidados da primeira infância. Além disso, recuperou o primeiro damismo, colocando sua esposa, Marcela Temer para liderar o cenário dos “direitos sociais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo investigativo presente neste estudo indica um desafio com análises que não são esgotáveis em uma Dissertação de Mestrado, cujo prazo curtíssimo não possibilita a maturação de todas as mediações que perpassam um objeto de pesquisa complexo, que se materializa no contexto conjuntural da sociedade brasileira. Decerto, trata-se de uma aproximação analítica dos possíveis nexos elucidativos que permeiam o processo político, econômico e social de enfrentamento das expressões da “questão social” pelo Estado, a partir do fenômeno da psicologização, tendo a Política de Assistência Social como *locus* desta pesquisa.

Em termos de tentativas conclusivas deste estudo, detém inicialmente no fenômeno da psicologização, que por si só se configura como tarefa árdua pela profunda intensidade desse fenômeno e pela carência de referências bibliográficas acerca desse assunto, cujo processo de garimpagem bibliográfica deparou-se com citações esparsas em obras de poucos autores da área do Serviço Social (NETTO, IAMAMOTO, BOSCHETTI, YAZBEK, dentre outros).

Em razão dessas dificuldades, remete-se ainda a um conceito pouco explorado ou compreendido, apesar de não ser novo no enfrentamento da “questão social”. Ademais, tentar entender o fenômeno da psicologização demanda apreender conceitos filosóficos, como a alienação e sua relação conjuntural com o percurso histórico da estrutura econômica, política, social e cultural da sociedade capitalista e, sobretudo as especificidades da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, marcada pelo coronelismo, clientelismo, favoritismo e patrimonialismo. Afora, o fato de que todas essas formações sociológicas, políticas e antropológicas da sociedade brasileira ganham contornos politicamente culturais significantes nas regiões mais pobres do país, como o Norte e Nordeste, de onde “[...] o Estado era (*ainda é*) tudo, e a sociedade era (*ainda é*) primitiva e gelatinosa [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 262 *grifos*

nossos). Nessas regiões, o fenômeno da psicologização torna-se terreno fértil, berço do coronelismo brasileiro.

O processo que se desdobra a partir da interlocução entre psicologização e “Questão Social” é praticamente inevitável, pois o tratar da psicologização envolve diretamente as ações moralizantes, culpabilizantes, de deslocamento que são operacionalizadas pela figura do Estado, visando sua desresponsabilização ao passo que investe no adentramento da individualização na esfera subjetiva, privada dos sujeitos.

Sabidamente, Netto (2009) difere a psicologização do individualismo perpetuado pelo liberalismo clássico. Apesar de andarem juntos, a psicologização remete a um dado período histórico do capitalismo, o qual o Estado passa a reconhecer as expressões da “questão social” como resultado da contradição capitalista. No entanto, esse reconhecimento, que aparentemente retira do campo privado e traz para o campo público a responsabilização das mazelas sociais, em uma retórica que “retira” do campo individual e leva para o campo das demandas coletivas, utiliza-se das práticas psicologizantes para dar continuidade ao caráter moralizador, ajustador e punitivo, de uma forma mascarada. O Estado chama para si a responsabilidade de atuar junto à “questão social”, mas a sua atuação tem a mesma essência anterior, que é de encontrar formas de beneficiar a reprodução da lógica capitalista.

O percurso da psicologização nas práticas contemporâneas do Estado brasileiro encontra materialidade no formato de enfrentamento da “Questão social”. Distintas são as formas de atuação do Estado, uma vez que há particularidades históricas e geográficas que interferem na tomada de consciência dos trabalhadores. Nesse sentido, situo a luta de classes como um mecanismo indispensável para o tensionamento das ações do Estado.

É notório que há estratificações distintas, mesmo dentro do sistema capitalista, refletidas nos formatos históricos que o Estado se organiza e assume em diferentes tempos históricos e lugares do globo, culmina no planejamento, a formulação e na operacionalização dos enfrentamentos à “Questão Social”.

Os projetos societários de forma primária e os modelos de organização político-econômica da sociedade compreendem formatos assumidos pelo Estado.

Na realidade brasileira encontra-se uma tipologia mista do Estado, mas que anseia em diversos exercícios de governabilidade alcançar os patamares modernizantes fomentados pela ordem do capital internacional.

O processo investigativo em tela busca analisar a utilização das práticas psicologizantes pelo Estado na intervenção da “questão social”, reconhecendo os aspectos contraditórios pela efetivação das Políticas Sociais, com foco na Assistência Social na perspectiva da viabilização de direitos. A análise dos Planos/Programas/Projetos de Governos pós-reabertura democrática (1990-2018) permitiu traçar um panorama de como se articula o Estado diante da materialidade das expressões da “questão social”.

A realidade brasileira advém de um processo histórico particular que apesar de garantir aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos de desenvolvimento da ordem capitalista, esteve sempre como integrante da periferia das potências internacionais, que ditam a ideologia dominante.

Metodologicamente se faz necessário registrar os pontos conclusivos resultantes desta pesquisa. Dentre as mais variadas análises que podem ser levantadas, indica-se a essência dos projetos de sociedade, pela via política, que subsidia a lógica das práticas psicologizantes adotadas pelo Estado no enfrentamento das expressões da “questão social”.

É possível afirmar que entre o lapso de reabertura democrática e o contexto conjuntural atual, vivencia-se uma incompletude dos anseios democráticos perseguidos desde a falência da ditadura militar. Essa incompletude origina-se da estrutura lógica da sociedade capitalista, principalmente, quando o caminho percorrido não insere a classe trabalhadora no percurso, como foi e é na realidade brasileira. Portanto, a conquista de um Estado de Direito, aos moldes do Welfare State, processou-se no país – mesmo no marco inicial da reabertura democrática – em direção contrária.

O movimento que se articulava naquele período, com a promulgação da Constituição de 1988, apresentava um avanço que indicava tempos mais esperançosos para a classe trabalhadora. Entretanto, as mais variadas explicações que se conectam mundialmente com o desenvolvimento capitalista que se consolidou em terras brasileiras não foram capazes de barrar a chegada do projeto neoliberal, o

qual se fez presente, em maior ou menor intensidade em todos os governos desde o período de democratização.

A direção pela via do neoliberalismo, mesmo quando o Estado se apresentava com um caráter mais “humanizado”, fez com que a busca pelas práticas psicologizantes estivessem na ordem do dia. A individualização clássica, de responsabilização do indivíduo que se colocava como algo superado, em um contexto que tanto o capitalismo como as lutas socialistas apresentavam suas crises, as práticas psicologizantes passavam a se adequar perfeitamente e materializavam-se as estratégias adotadas pelos organismos internacionais de buscar o desenvolvimento econômico aliado ao desenvolvimento social.

No Brasil, encontra-se a partir do governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), um peculiar formato de transição que apresenta o projeto modernizante do imperialismo, ou melhor, os aspectos essenciais do neoliberalismo. No entanto, cabe ressaltar que há uma dicotomia no uso das palavras e no cuidado frente à ainda pungente noção de classe trabalhadora e de classe burguesa que perpassava a realidade social da época, justificada pela efervescência política dos movimentos sociais, que estavam articulados e eram herdeiros do legado da superação do *status* ditatorial e do processo de redemocratização.

As propostas psicologizantes na governabilidade Collor constituíram diversos tipos de desvios morais, seja na responsabilização da população pela unificação nacional em torno de pautas modernizantes, seja na introdução das práticas individualizantes como propulsor de mercado e até mesmo no misto de apelo emocional com religiosidade no trato do enfrentamento da “Questão social”.

Os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), por sua vez, injetam de forma pungente e consciente os ditames neoliberais, ao garantir políticas/programas sociais que permitissem a sobrevivência de parte da camada mais pobre da população, mas ao mesmo tempo investi pesadamente na introjeção dos valores individuais. Com clareza, foram discutidas as possibilidades no que tange à redução do Estado e à busca pela autonomia individual do homem para prosperar, na visão da economia de mercado como força essencial, indispensável e modelo moderno consolidado em países de capitalismo central que deveria ser seguido. Destaca-se também as premissas em torno das privatizações, concessões de crédito,

cidadão consumidor que contribuíram extraordinariamente para a caracterização dos aspectos psicologizantes.

Os governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) apresentam conteúdo ainda mais contraditório que seus predecessores, pelo seu caráter conciliatório de classe. Inicialmente, foi adotada uma perspectiva desprivatizante, com foco no desenvolvimento social, ao postular a direção inversa na contramão do neoliberalismo, inclusive expressando críticas a esse modelo. Todavia, não descartava a presença essencial da iniciativa privada com discursos de empreendedorismo, da autonomia econômica, estímulo ao financiamento, aumento do poder de compra atrelado ao mercado de consumo de massas, investindo na lógica da cidadania através do consumo.

O Plano de Governo Dilma Vana Rousseff (2011-2016) expressou a continuidade de diversas pautas do governo Lula, especialmente no foco do desenvolvimento social atrelado ao consumo, o foco no estímulo ao empreendedorismo, o investimento na descaracterização da noção de classe com o desmembramento em múltiplas classes ou subgrupos (as chamadas “minorias”).

O governo interino de Michel Temer, por sua vez, retoma aspectos mais explícitos do neoliberalismo, individualizante, não discorre sobre grandes narrativas a respeito de criação de Programas/Projetos Sociais e foca imensamente nos índices econômicos e no desprezo pela efetivação de Políticas Sociais.

Ao abordar a materialização das propostas na Política de Assistência Social, prevista em 1988 na Constituição Federal, verifica-se a aversão em face de sua perspectiva de desmercadorização, mas quando passa a ser implementada, com a aprovação do seu marco legal e operacional, mantém os seus elementos orgânicos, ou seja, o atrelamento à solidariedade, ao assistencialismo, ao clientelismo.

O presente objeto investigativo a Política de Assistência Social sob a égide das práticas psicologizantes não foi escolhido por acaso, mas por possibilitar analisar um mecanismo que se aplica na perspectiva psicossocial, área de interesse profissional. A origem histórica dessa Política atrela-se aos mecanismos utilizados para a sua efetivação de modo a afastá-la da perspectiva do direito e aproximá-la das ações benevolentes, da ajuda e da caridade. Fato que, por certo lapso temporal, a Política de Assistência Social foi relegada como dimensão de menor importância dentro da perspectiva de direitos.

Entre os governos Collor e Fernando Henrique ocorreram ações pontuais no âmbito da assistência/assistencialismo. Os governos de FHC não se preocuparam em patrocinar a estrutura necessária à operacionalização da Assistência Social, mesmo com aprovação da LOAS, em 1993. Apenas com o governo de viés social-liberal, do Presidente Lula que se abre o debate sobre a implantação dessa Política e as devidas providências para sua operacionalização.

Desse modo, não há como analisar a Política de Assistência Social nos Planos de Governos anteriores aos governos petistas, cuja explicação é simples: não havia Política de Assistência Social! A PNAS data de 2004, ou seja, ainda no primeiro governo de Lula (2003-2006). O distanciamento entre a aprovação da LOAS (1993), cinco após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a formulação da PNAS (2004), onze anos após a sua legalização como Lei Orgânica parece ser um fato insignificante, mas decerto, exige reflexão.

Após aprovação do PNAS, enquanto plano estratégico da Política de Assistência Social, concomitantemente se organiza o sistema operacional, chamado de SUAS (Sistema Único de Assistência Social). A luta pelo reconhecimento da Assistência Social como uma Política de direito, como assim deve ser reconhecida – mesmo com as anuências contraditórias do capitalismo – insere na mesma incompletude do movimento de redemocratização do Brasil diante da guinada conservadora.

Pensar a existência de traços psicologizantes na formulação da Política de Assistência Social remete ao ponto conclusivo que: as Políticas Sociais não estão imunes à lógica do capitalismo, pelo seu caráter contraditório inerente nem pelo seu executor, que é o Estado burguês. Entretanto, insere-se no movimento dialético da sociedade, tanto nos retrocessos políticos provocados pelo Estado burguês, como não se excluem os avanços conquistados pelo poder organizativo da classe trabalhadora, formulada nos movimentos sociais, nos partidos políticos de esquerda.

Alerta-se ao fato, para que não haja uma má compreensão dos elementos investigativos apontados pela pesquisa, no sentido de deslegitimar a importância da Política de Assistência Social. Relevante esse registro, sobretudo na defesa da Assistência Social que, assim como as demais Políticas Sociais vem sofrendo sérios cortes financeiros e ataques ideológicos do atual governo de extrema direita, que

provocam seu criminoso sucateamento, decorrente da adoção de projeto de poder claramente posto de cunho “liberal-fascista”.

O histórico de elementos paternalistas, clientelistas e paternalistas da Política de Assistência Social é transposto para a sua efetivação enquanto política de forma ideologizada, mediante a utilização de práticas psicologizantes, as quais, por sua vez, refletem a direção do capitalismo reorganizado pós-crise de 1970, o qual passa a reconfigurar o conservadorismo pela via da pós-modernidade.

As práticas psicologizantes não são de uso exclusivo da Política de Assistência Social. Ela está inserida na lógica do Estado na fase contemporânea do capitalismo, que busca camuflar a suas ações de privatizar as expressões da “questão social”.

Decerto, ao se analisar a forma organizativa, como disposto na LOAS, percebe-se alguns elementos que abrem caminho para que haja a psicologização na concepção e no enfrentamento das mazelas sociais. De modo sucinto, recupera-se o debate realizado no último tópico deste estudo, em torno da centralidade da família, do protagonismo social e do trabalho nas potencialidades dos sujeitos. Apesar de não ser a ideia dos movimentos sociais que pautam a defesa da PNAS, compreende-se através das análises realizadas sobre tais conceitos frente aos limites do capitalismo, que há na própria centralidade das ações na família, no desenvolvimento de sua autonomia, na busca do seu protagonismo, a margem suficiente para a responsabilização dos sujeitos sociais, individualizando-os pela situação social e colocando-os como os únicos capazes de superar a situação de pauperismos e quando esses sujeitos não conseguem ascender, se autovitimizam.

Outro ponto que é necessário recuperar é a análise em torno dos conceitos de “vulnerabilidade social” e “risco social”, que assim como discutido anteriormente, reverbera em práticas psicologizantes, por colocar as situações como sendo problemas sociais, esvaziadas de sentido, desconectadas da conjuntura do próprio sistema capitalista, ao qual deveria ser referenciado quanto à estrutura que possibilita uma superestrutura da qual é campo para as mazelas sociais.

A utilização das práticas psicologizantes na Política de Assistência Social é deveras preocupante, por ser um potente mecanismo ideológico capaz de camuflar e desvirtuar o campo político e os resultados da lógica alienante do capitalismo, responsabilizando, assim, os indivíduos e suas famílias.

A Política de Assistência no trato das expressões da “questão social” como “problemas sociais” vincula-se à vulnerabilidade de forma isolada e particular dos segmentos da sociedade pauperizados, como se todos aqueles que vendem sua força de trabalho, seja em qual setor da classe trabalhadora, também não sofressem, em maior ou menor grau, a contradição capitalista. Como assevera Iamamoto (2014, p. 164 *grifos da autora*): “Por uma artimanha ideológica, elimina-se, no nível da análise, a dimensão coletiva da *questão social* – a exploração da classe trabalhadora – reduzindo-a a uma dificuldade do indivíduo”.

Esses elementos somam ao debate que enaltece a lógica do consumo. Aparentemente, o trabalho com as famílias na busca pela sua autonomia, poderia incidir na emancipação política e, sucessivamente, na emancipação humana, mas aí está a contradição: é papel das Políticas Sociais e, desse modo, da Política de Assistência Social o debate em torno da superação da sociedade capitalista? Ou ela estaria na linearidade de buscar formas de garantir a sobrevivência da classe trabalhadora, ao servir a dois deuses, parafraseando Iamamoto (2014).

A Política de Assistência Social por si mesma, não promove a transformação do sistema, porque mesmo com os avanços políticos e econômicos promovidos por esta, ainda se mantém a contradição essencial do capitalismo: a produção de riqueza privativa e a socialização do trabalho e da pobreza. Não é função das Políticas Sociais a transformação social, mas, a depender do tensionamento da luta de classe, a sua existência é indispensável para ascender, fazer valer e contribuir com o projeto dos trabalhadores.

Os Planos/ Programas/ Projetos de Governo pós-reabertura democrática revelam um caráter que não é particular da realidade brasileira, mas um direcionamento dos organismos internacionais da ordem capitalista. As ações do Estado frente às expressões da “questão social” no pós-crise de 1970 representam a necessidade de o capitalismo buscar os altos níveis de lucratividade, vivenciados nos “30 anos gloriosos” (1945-1975). A forma clássica e liberal estava falida porque os limites do desenvolvimento capitalista demonstravam dificuldade de se recuperar, como assegura Mézáros (2002). As expressões da “questão social” adentram todos os espaços da vida em sociedade, ganham plenitude na subsunção real da sociedade ao capitalismo. (IAMAMOTO, 2014).

Por assim, o caráter ontológico da “questão social” se mantém estático, cuja superação atrela-se à superação da ordem capitalista.

As teses que pairam em torno da uma “nova” “questão social”, que se somam às concepções que recuperam a adequação da sociedade ao capitalismo, pelo discurso de que há “disfunções” humanas e até mesmo da inadaptação, nada mais são do que teses que materializam a guinada do capital, na busca de reoxigenação, via financeirização mundial no pós-crise de 1970.

A “questão social” materializa-se na profundidade de suas expressões com a superexploração do trabalho, com a elevação da pobreza absoluta, com a focalização e privatização das Políticas Sociais, com a devastação do meio ambiente e das relações sociais, alcançando as arenas da subjetividade humana.

Portanto, não há como se pensar em formular ou reformular Políticas Sociais sem a análise ontológica da “questão social”, pois ela permite a compreensão de que as Políticas Sociais, seja da Assistência Social ou quaisquer outras, tem seu limite na ordem do capitalismo, o que não as impedem de serem utilizadas como estratégia de elevação da consciência de classe.

Demarcar os limites das Políticas Sociais como estratégia de enfrentamento às expressões da “questão social” não eximem as conquistas em torno da busca pela consolidação do Sistema Único de Assistência Social, o qual vem sendo duramente atacado pelo atual governo de ultradireita, que se distancia do trato social-liberal e adota a ideologia fascista e neoliberal.

Obviamente que os resultados desta pesquisa são os passos iniciais para provocações futuras, partilhando da tese de que não há conhecimento esgotável, que apenas aproxima-se da realidade. Avalia-se, assim, que diante do aprofundamento da lógica dominante, se faz urgente pensarmos estratégias coletivas que fortaleçam a luta coletiva dos trabalhadores.

A psicologização é apenas uma das práticas utilizadas pelo capitalismo, via Estado, para “amenizar” e ocultar as expressões concretas da realidade postas pela concentração gritante da riqueza no capitalismo. Sem dúvida, é a prática que revela a ideologia da ordem dominante e que trata de realizar a manutenção da correlação de forças em nível de favorecimento do grande capital, por via das tendências neoconservadoras da pós-modernidade, da terceira via, do fortalecimento da decadência ideológica.

A atual realidade brasileira e de alguns países latinos apresenta a consolidação do divórcio com a direção ideo-política do social-liberalismo. A história cumpre seu papel dialético, de avanços e retrocessos. As tendências que se visualizam no terreno fértil das ações do atual governo, indicam ações que sequer disfarçam a atuação da lógica dominante: o trato das expressões da “questão social” pela via da moral, da “disfunção social”, dos comportamentos subjetivos, conferindo, inclusive, o caráter biológico dado às expressões da “questão social” no início da industrialização.

Não há dúvida, vivem-se tempos sombrios de retrocessos incalculáveis. A crítica realizada em torno das ações do Estado, em sua vertente social-liberal, passa a ser ponderada pelo temor de perder, ainda mais, direitos conquistados a duras penas. Por isso, destaca-se a importância da luta coletiva, do retorno aos trabalhos de base, do redimensionamento dado na materialização de programas e serviços ligados às Políticas Sociais, sobretudo a Política de Assistência Social, de modo que se tornem estratégias para a elevação da consciência da classe trabalhadora.

Apenas a luta da classe trabalhadora é capaz de superar as expressões da “questão social”, nos termos de Mézáros (2002), ao utilizar o desenvolvimento das forças produtivas para o desenvolvimento da igualdade substantiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** São Paulo: Cortez, 2002.

BARROCO, M.L.S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BECK. **A Sociedade de Risco: rumo à outra modernidade.** São Paulo: Editora 34, 2010.

BEHRING, E. Fundamentos da Política Social. In: **Serviço Social e Saúde, Trabalho e formação profissional.** Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

_____. **Política Social no Capitalismo Tardio.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** 2ºed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JR. A; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. In: **Revista de Sociologia e Política.** V. 21, nº 47, p.31-38, Set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf> Acesso em: 13 de Janeiro de 2020.

BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRASIL, Lei nº8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).** Brasília, 7 de dezembro de 1993.

BRAGA, R. O fim do Lulismo. In: **Por que gritamos Golpe?** Boitempo, 2016.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** Campinas: Papirus, 1998.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social.** Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAUI, M; NOGUEIRA, M.A. O Pensamento Político e a Redemocratização do Brasil. In: **Revista Lua Nova.** São Paulo, 71. 173-228, 2007.

COUTO, B. R. Assistência Social: direito social ou bem-estar? In: **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, nº124. P. 665-677, out./dez.2015.

COSTA, G, **Indivíduo e Sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács.** 3ª. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

ESPING-ANDERSEN, G. E. As três economias políticas do Welfare State. In: **Lua nova** – revista de cultura e política. São Paulo, 1991.

FIORI, J. L. Estado de bem-estar social: padrões e crises. In: **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, Dec. 1997.

GOMES, C. **Em busca de consenso**: radicalização democrática e afirmação de direitos, tendências contemporâneas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Laumen Juríd, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** (v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUERRA, Y. Em defesa da qualidade da formação e do trabalho profissional: materialização do projeto ético-político profissional em tempos de barbárie. In: **Revista Conexão Gerais**. Cress – MG. 2014. Disponível em: <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/revista-2s-2014.pdf>

GUERRA, Y. *et al.* Elementos para o debate contemporâneo da “questão social”: a importância dos seus fundamentos. In: **Revista de Políticas Públicas**. V. 11, nº2, Maranhão – UFMA.

HOLANDA, M. N. A. B. **LUKÁCS**: Ontologia e Alienação. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez: 1998.

_____. O Brasil das Desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: **Ser Social**. Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, Jul. /Dez. 2013.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 8ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 14^oed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. 15ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2013.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: DURIGUETTO, M. L *et al.* **Movimentos Sociais e Serviço Social**: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

KONDER, L. **Marxismo e Alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

LESSA, S. **O Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LÖWY, M. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: **Por que gritamos Golpe?** Boitempo, 2016.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social**: os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACIEL, D. **O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990 – 1992)**. Revista UFG. Ano XIII. Nº 11. Dezembro, 2011.

MANDEL, E. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

_____. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

MARX, K; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. 3ª ed., São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo, Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, maio de 2002.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. 2.ed.rev. e ampliada. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009.

_____. Crise, desenvolvimentismo e tendências das políticas sociais no Brasil e na América Latina. In: **Revista Configurações**, 2012.

NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. Construção do Projeto Ético Político Contemporâneo. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Cinco notas a propósito da Questão Social. **Temporalis**, n. 3, ano II, jan./jun. Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001, p. 41-49.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: out.2019.

PASTORINI, A. **A Categoria Questão Social em Debate**. São Paulo: Cortez, 2004. Coleção Questões da Nossa Época, v. 109.

PEREIRA, P. A.P. **Política Social: temas e questões**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLANO DE GOVERNO **2007/2010 - Lula Presidente**. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo/>>. Acesso em: out. 2019.

PLANO DE GOVERNO. **Os 13 Compromissos Programáticos de Dilma Rousseff Para Debate na Sociedade Brasileira**, 2010. Disponível em <<https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo/>>. Acesso em: out. 2019.

PROGRAMA DE GOVERNO: **Coligação Lula Presidente**, 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo>. Acesso em: out.2019

PROGRAMA DE GOVERNO DILMA ROUSSEFF, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/programas-de-governo>. Acesso em: out.2019

RIBEIRO, S. P. F. Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. In: DURIGUETTO, M. L *et al.* **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social: repensando o Estado Providência**. Trad. de Sérgio Bath. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998.

SANTOS, J. S. **Particularidade da “Questão Social” no Capitalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Tese de doutorado).

_____. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 6)

SOUZA, J. M. A. O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 122, ed. Abril-Junho/2015.

SPOSATI, A. Proteção Social e Seguridade Social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. In: **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, nº 116, p. 652-674, out./dez.2013.

TELES, V. Questão Social: afinal do que se trata? In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95.

VASQUEZ, D. A. Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmuss e Esping Andersen. In: **Revista Pensamento e Realidade**. Ano X, nº 21 – PUC/São Paulo, 2007.

YAZBEK, M. C. O significado sócio histórico da profissão. In: CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. (Org.). **Direitos e Competências Profissionais**. Brasília-DF: CEAD/UNB, 2009.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil. In: **Temporalis**, n. 3, ano II, jan./jun, Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001, p. 33-40.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Ficha 01- Estado, “Questão Social” e Luta de Classes

Projeto de Pesquisa:

Período:

Fase da pesquisa:

Nome do plano/programa de governo:

Período do governo:

Perspectiva analítica do Plano de Governo
<ul style="list-style-type: none">• Deve ser analisado se o Plano esclarece o seu viés político e o modelo de Estado.
<ul style="list-style-type: none">• Deve observar se o Plano de Governo trata da Seguridade Social e a sua forma de financiamento;
<ul style="list-style-type: none">• Deve observar se o Plano faz menção ao direito da classe trabalhadora ou a defesa da classe burguesa, ou a dualidade dessas defesas (hibridez);

Análise do Plano de Governo com base na tipologia de Esping-Andersen (1991)
<ul style="list-style-type: none">• Realizar uma análise a partir do que foi realizado dos três tipos de Economia Política de Welfare State (nos países que tiverem um modelo de proteção social desenvolvido) com o intuito de realizar um estudo comparativo com a realidade brasileira.

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Ficha 02 – “Questão Social”, política social e Psicologização

Projeto de Pesquisa:

Período:

Fase da pesquisa:

Nome do plano/programa de governo:

Período do governo:

A psicologização da “Questão Social” nos Planos/ Programas de Governos e na Política de Assistência Social e respectivos enfoques centrais

- Averiguar a forma como as expressões da “Questão Social” são tratadas;
- Avaliar a presença de traços morais e culpabilizantes nas ações propostas para o enfrentamento da “Questão Social”;
- Avaliar a presença do deslocamento das ações do nível da transformação da realidade para o trato subjetivo, utilizando as concepções originárias da Psicologia para dar conta das sequelas sociais;
- Realizar o recorte dos trechos que indiquem a presença de traços da “psicologização”;
- Apresentar os enfoques centrais que materializam a “psicologização” em cada governo, realizando um balanço de como vem direcionando o enfrentamento da “questão social” na realidade brasileira.

